

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
UNIDADE ACADÊMICA DE LICENCIATURA E FORMAÇÃO GERAL
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

JOÃO EMERSON RODRIGUES DA SILVA

Da Lei aos Dados: trajetória legislativa das cotas e o perfil estatístico dos candidatos ao
ensino técnico do IFPB (2012-2026)

JOÃO PESSOA
2026

JOÃO EMERSON RODRIGUES DA SILVA

Da Lei aos Dados: trajetória legislativa das cotas e o perfil estatístico dos candidatos ao ensino técnico do IFPB (2012-2026)

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática, apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Matos de Carvalho

JOÃO PESSOA
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

S586d

Silva, João Emerson Rodrigues da.

Da lei aos dados : trajetória legislativa das cotas e o perfil estatístico dos candidatos ao ensino técnico do IFPB (2012-2026) / João Emerson Rodrigues da Silva. – 2026.

106 f. : il.

TCC (Graduação – Licenciatura em Matemática) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB / Coordenação do Curso de Licenciatura em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Matos de Carvalho.

1. Lei de cotas. 2. Ações afirmativas. 3. Ensino técnico integrado. 4. Ensino técnico integrado. 5. IFPB. I. Título.

CDU 37.014.53

JOÃO EMERSON RODRIGUES DA SILVA

**DA LEI AOS DADOS: TRAJETÓRIA LEGISLATIVA DAS COTAS E O PERFIL ESTATÍSTICO DOS
CANDIDATOS AO ENSINO TÉCNICO DO IFPB (2012-2026)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) submetido a
Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Matemática,
do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como parte dos requisitos
institucionais para a obtenção do grau de **LICENCIADO EM
MATEMÁTICA.**

Aprovada 03/07/2026 15:00.

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. DANIEL MATOS DE CARVALHO

Instituto Federal da Paraíba
Orientador Interno

Prof. Dr. FLAVIO ALVES DE ALBUQUERQUE

Instituto Federal da Paraíba
Examinador Interno

Prof. Dr. FABIO VERISSIMO JAQUES DA SILVEIRA

Instituto de Federal da Paraíba
Examinador Interno

Documento assinado eletronicamente por:

- Daniel Matos de Carvalho, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/07/2026 06:29:51.
- Fabio Verissimo Jaques da Silveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 08/07/2026 08:56:39.
- Flavio Alves de Albuquerque, COORDENADOR(A) DE CURSOS - FUC1 - UA4-JP, em 08/07/2026 12:20:02.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/07/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 901420
Verificador: 8359837d59
Código de Autenticação:



DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho...

À minha família, que foi minha base inabalável, oferecendo-me amor, paciência e o incentivo necessário para que eu pudesse trilhar este caminho com segurança, sempre confiante nos resultados que almejo.

Aos meus professores, que não apenas transmitiram conhecimento, mas me inspiraram, guiaram meus passos com maestria e acreditaram no meu potencial antes mesmo que eu o fizesse. De forma especial, agradeço ao meu orientador, que acreditou, desde o início, na proposta de pesquisa que construímos juntos.

E, com profundo carinho, aos alunos do ensino público. Vocês são a razão de ser de toda esta pesquisa. Dedico este esforço à resiliência de cada um de vocês, na esperança de que a educação continue sendo a chave para transformar realidades.

AGRADECIMENTOS

Ao IFPB, minha casa e minha escola. Expresso minha profunda gratidão a esta instituição que me acolhe diariamente em dupla jornada: como servidor público orgulhoso da profissão que exerço e, agora, como concluinte deste curso. Agradeço por ser um espaço que fomenta a transformação social através da educação e por me permitir aplicar, na prática do serviço público, o conhecimento aqui adquirido. Estendo este agradecimento a toda a comunidade acadêmica e aos meus colegas servidores, pelo apoio e pela compreensão nos momentos de dedicação a este trabalho.

"O principal objetivo da educação  criar pessoas capazes de fazer coisas novas, e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram."
— Jean Piaget

RESUMO

Este trabalho analisa a trajetória normativa das políticas de reserva de vagas aplicadas ao ingresso nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e examina o perfil estatístico dos candidatos e ingressantes no Processo Seletivo para os Cursos Técnicos (PSCT). A pesquisa parte da Lei nº 12.711/2012, marco nacional da política de cotas nas instituições federais de ensino, e considera suas atualizações, especialmente a Lei nº 13.409/2016, que incorporou as pessoas com deficiência ao sistema de reserva, bem como a Lei nº 14.723/2023, que alterou o critério de renda e incluiu os quilombolas entre os grupos contemplados. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e documental, com abordagem quantitativa, baseada em dados institucionais do IFPB e em editais do PSCT. O recorte normativo compreende o período de 2012 a 2026; a análise das inscrições abrange 82.156 registros, entre 2020 e 2026; e a análise dos matriculados contempla 13.365 vagas ofertadas e 11.971 matrículas realizadas entre 2021 e 2025. Os resultados indicam crescimento da demanda pelos cursos técnicos integrados após a queda observada em 2021, com maior número de inscrições em 2024, concentração relevante nos *campi* João Pessoa e Campina Grande, predominância feminina entre inscritos e matriculados e expressiva participação de estudantes egressos de escola pública. A análise das matrículas evidencia elevada taxa geral de ocupação das vagas, presença majoritária de estudantes autodeclarados pretos e pardos, concentração em faixas de menor renda familiar e desempenho acadêmico elevado tanto entre candidatos da ampla concorrência quanto entre os matriculados por cotas. Observa-se, ainda, reconfiguração das modalidades de ingresso após as alterações legislativas recentes, especialmente a partir de 2025. Conclui-se que as ações afirmativas desempenham papel relevante na democratização do acesso ao ensino técnico integrado do IFPB, embora seu acompanhamento exija monitoramento contínuo, padronização das bases institucionais e estudos complementares sobre permanência, êxito e conclusão dos estudantes.

Palavras-chave: Lei de Cotas; Ações Afirmativas; Ensino Técnico Integrado; Políticas Públicas; IFPB.

ABSTRACT

This study analyzes the normative trajectory of quota policies applied to admission in Integrated Technical Courses at the Secondary Education level at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB) and examines the statistical profile of candidates and enrollees in the Selection Process for Technical Courses (PSCT). The research begins with Law nº 12.711/2012, a national landmark for quota policy in federal educational institutions, and considers its updates, especially Law nº 13.409/2016, which incorporated persons with disabilities into the reserve system, and Law nº 14.723/2023, which altered the income criterion and included quilombola communities among the beneficiary groups. Methodologically, this is an applied, descriptive, and documentary research with a quantitative approach, based on IFPB institutional data and PSCT public notices. The normative scope covers the period from 2012 to 2026; the analysis of applications encompasses 82,156 records between 2020 and 2026; and the analysis of enrolled students covers 13,365 offered positions and 11,971 enrollments made between 2021 and 2025. The results indicate growing demand for integrated technical courses following the decline observed in 2021, with the highest number of applications in 2024, significant concentration in the João Pessoa and Campina Grande campuses, female predominance among applicants and enrolled students, and significant participation of public school graduates. The analysis of enrollments reveals a high overall vacancy occupation rate, majority presence of self-declared Black and Brown students, concentration in lower family income brackets, and high academic performance both among open competition candidates and among students admitted through quota systems. There is also a reconfiguration of admission modalities following recent legislative changes, especially from 2025 onwards. It is concluded that affirmative action plays a relevant role in democratizing access to integrated technical education at IFPB, although its monitoring requires continuous follow-up, standardization of institutional databases, and complementary studies on student persistence, success, and course completion.

Keywords: Quota Law; Affirmative Action; Integrated Technical Education; Public Policies; IFPB.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de inscritos por sexo e ano (2020–2026)

Gráfico 2 – Boxplot da renda bruta familiar dos matriculados por ano (2021–2025)

Gráfico 3 – Boxplot da renda bruta familiar dos matriculados por cotas (2021–2025)

Gráfico 4 – Boxplot das notas dos candidatos matriculados por cotas (2021–2025)

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Número de inscritos e percentual de inscrição por ano (2020–2026)
- Tabela 2 – Número de inscritos por *campus* e ano (2020–2026)
- Tabela 3 – Número de inscritos por curso Técnico Integrado (TI) e *campus* (2020–2026)
- Tabela 4 – Número total de inscritos por curso Técnico Integrado (TI) e *campus* (2020–2026)
- Tabela 5 – Número de inscritos por ano e *campus* do sexo masculino (2020–2026)
- Tabela 6 – Número de inscritos por ano e *campus* do sexo feminino (2020–2026)
- Tabela 7 – Número de inscritos por ano e sexo (2020–2026)
- Tabela 8 – Distribuição das inscrições por *campus*, ano e percentual acumulado (2020–2026)
- Tabela 9 – Distribuição das inscrições por modalidade de ingresso e ano (2020–2026)
- Tabela 10 – Distribuição das inscrições de EEP por faixa de renda (2020–2026)
- Tabela 11 – Evolução dos perfis associados às modalidades de cota por ano (2020–2026)
- Tabela 12 – Evolução dos grupos vinculados às modalidades de reserva de vagas (2020–2026)
- Tabela 13 – Número de vagas ofertadas e matrículas realizadas por ano (2021–2025)
- Tabela 14 – Número de matriculados por *campus* e curso (2021–2025)
- Tabela 15 – Número total de matriculados por *campus* e curso (2021–2025)
- Tabela 16 – Matrículas realizadas em relação às vagas ofertadas por *campus* e ano (2021–2025)
- Tabela 17 – Número de matriculados por *campus*, ano e sexo (2021–2025)
- Tabela 18 – Distribuição dos matriculados por sexo (2021–2025)
- Tabela 19 – Distribuição das matrículas por modalidade de ingresso e ano (2021–2025)
- Tabela 20 – Distribuição das matrículas de EEP por faixa de renda (2021–2025)
- Tabela 21 – Distribuição das matrículas por modalidades e grupos associados às ações afirmativas (2021–2025)
- Tabela 22 – Distribuição das matrículas por raça/cor dos matriculados (2021–2025)
- Tabela 23 – Distribuição das matrículas por faixa de renda familiar (2021–2025)
- Tabela 24 – Medidas estatísticas da renda bruta familiar dos matriculados todas as modalidades (2021–2025)
- Tabela 25 – Medidas estatísticas da renda bruta familiar dos matriculados por cotas (2021–2025)
- Tabela 26 – Medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados pela ampla concorrência (2021–2025)
- Tabela 27 – Medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados por cotas (2021–2025)

Tabela 28 – Média das notas dos candidatos matriculados por modalidades e grupos de cotas (2021–2025)

Tabela 29 – Distribuição das idades dos matriculados por faixa etária (2021–2025)

Tabela 30 – Medidas estatísticas da idade dos matriculados (2021–2025)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição de vagas no IFPB até 2011, antes da Lei de Cotas

Quadro 2 – Distribuição de vagas no IFPB em 2012, antes da Lei de Cotas

Quadro 3 – Distribuição de vagas no IFPB em 2012, após a Lei nº 12.711/2012

Quadro 4 – Distribuição de vagas no IFPB a partir de 2013, após a Lei de Cotas

Quadro 5 – Distribuição de vagas no IFPB a partir de 2018, após a Lei nº 13.409/2016

Quadro 6 – Distribuição de vagas no IFPB a partir de 2025, após a Lei nº 14.723/2023

Quadro 7 – Operacionalização das variáveis do estudo

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC – Ampla Concorrência

ARA – Assentados da Reforma Agrária

CEFETPB – Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba

COVID-19 – Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

EAA – Escola de Aprendizizes Artífices

EEP – Egressos de Escola Pública

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ETFPB – Escola Técnica Federal da Paraíba

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituto Federal do Espírito Santo

IFPB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

IFRS – Instituto Federal do Rio Grande do Sul

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IR – Independente de Renda

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

PcD – Pessoa com Deficiência

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PPI – Pretos, Pardos e Indígenas

PPI IR – Pretos, Pardos e Indígenas Independentes de Renda

PPI R – Pretos, Pardos e Indígenas com Renda Inferior

PSCT – Processo Seletivo para os Cursos Técnicos

PUB IR – Escola Pública Independente de Renda

PUB R – Escola Pública com Renda Inferior

REF AGRA – Reforma Agrária

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Sisu – Sistema de Seleção Unificada

STF – Supremo Tribunal Federal

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Técnico Integrado

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	17
1.2 Objetivos	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivos Específicos:	19
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
2.1 O Papel do IFPB na Educação Paraibana	20
2.2 Ações Afirmativas no Brasil: Fundamentos e Evolução Histórica	22
2.3 A Lei de Cotas: Marcos Legais e Estrutura de Implementação	23
2.4 Evidências Empíricas: Impactos das Cotas no Perfil Discente	28
3 METODOLOGIA	30
3.1 Caracterização do Campo Empírico	30
3.2 Natureza e Abordagem da Pesquisa	31
3.3 Recorte Temporal e Universo de Análise	31
3.4 Operacionalização das Variáveis	33
3.5 Coleta e Fontes de Dados	33
3.6 Tratamento e Análise dos Dados	35
3.7 Limitações da Pesquisa	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1 Panorama Geral das Inscrições	37
4.2 Distribuição das inscrições por sexo e campus	47
4.3 Modalidades de Ingresso e Política de Cotas nas inscrições	54
4.4 Panorama dos Matriculados e Política de Cotas	61
4.4.1 Ocupação das vagas e distribuição das matrículas por campus e curso	61
4.4.2 Distribuição dos matriculados por sexo	71
4.4.3 Modalidades de ingresso e ações afirmativas entre os matriculados	75
4.4.4 Perfil racial e socioeconômico dos matriculados	80
4.4.5 Desempenho acadêmico dos matriculados	88
4.4.6 Perfil etário dos matriculados	94
5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
5.1 Respondendo aos Objetivos da Pesquisa e à Evolução do Perfil Discente	98
5.2 Transições legislativas, modalidades de ingresso e desempenho acadêmico	99
5.3 Limitações e Recomendações para Estudos Futuros	101
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional orienta-se para a transmissão de conhecimentos e o desenvolvimento de competências essenciais para a participação ativa no mercado de trabalho. Busca assegurar o acesso equitativo e promover a inclusão social, ampliando o número de jovens e adultos com as competências técnicas e profissionais necessárias para o trabalho (Unesco, 2019).

É importante, contudo, reconhecer os limites dessa abordagem. Frigotto (2001) adverte que o ensino profissional não deve ser reduzido a uma política voltada unicamente à geração de emprego ou à contenção de questões sociais. Para o autor, o ser humano – e não o mercado ou o capital – deve ser o centro orientador de qualquer proposta educacional. Nessa mesma perspectiva, Azevedo (2009) ressalta que o papel da escola, independente da modalidade de ensino oferecida, deve ser o de acolher e construir com cada jovem uma trajetória de desenvolvimento e sucesso, concebendo o currículo como um campo de oportunidades e não apenas como um conjunto de prescrições a serem cumpridas.

Historicamente, a educação profissional foi considerada uma modalidade desprestigiada, direcionada às camadas sociais menos favorecidas (Frigotto, 2001). Sem desconsiderar tal argumento, este trabalho parte da perspectiva de que o ensino profissional pode configurar-se como uma modalidade genuinamente inclusiva, capaz de acolher a diversidade de estudantes e promover sua realização pessoal e socioprofissional, representando uma alternativa legítima e necessária frente à lógica seletiva que historicamente marcou o ensino geral.

Neste contexto, o acesso às Instituições Federais de Ensino Técnico constitui um ponto de tensão relevante. Os processos seletivos, ao exigirem desempenho acadêmico acumulado ao longo da trajetória escolar, tendem a reproduzir as desigualdades de origem socioeconômica e racial dos candidatos. Grupos historicamente marginalizados de estudantes de escolas públicas, pessoas negras e de baixa renda encontravam-se sub-representados nessas instituições antes da adoção de políticas de reserva de vagas, não por ausência de capacidade, mas por ausência de condições equânimes de competição.

No Brasil, segundo o Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 55,52% da população brasileira se autodeclara negra (10,17% preta e 45,35% parda). No estado da Paraíba, esse percentual é ainda mais expressivo: 63,51% da população paraibana se autodeclara preta ou parda, evidenciando a relevância de políticas de inclusão no contexto regional. No ambiente escolar, dados do Ministério da Educação indicam que

estudantes negros representam parcela majoritária das matrículas em escolas públicas, tornando ainda mais necessária a discussão sobre o acesso dessa população às Instituições Federais de qualidade.

É nesse cenário que se insere o presente estudo e o IFPB constitui uma das principais referências de ensino público de qualidade no estado, ofertando Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em dezoito *campi* distribuídos do litoral ao sertão paraibano. O ingresso nessa instituição ocorre por meio do PSCT (Processo Seletivo para Ingresso nos Cursos Técnicos), baseado na análise curricular do Ensino Fundamental II.

A partir da promulgação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, o IFPB passou a reservar 50% de suas vagas para estudantes egressos de escola pública, com subdivisões por renda familiar e autodeclaração étnico-racial. Em 2023, a Lei nº 14.723 atualizou esses critérios, reduzindo o limite de renda *per capita* de 1,5 para 1 salário-mínimo e incluindo os quilombolas no sistema de reservas. Nesse sentido, a presente pesquisa articula a trajetória normativa das políticas de cotas no período de 2012 a 2026 com a análise empírica do perfil das inscrições no PSCT/IFPB entre 2020 e 2026.

A relevância deste estudo situa-se em uma lacuna específica da literatura. Embora haja produção acadêmica consolidada sobre os efeitos da Lei de Cotas no ensino superior federal (Senkevics; Mello, 2019; Nonato, 2018), os estudos voltados ao ensino técnico integrado ao ensino médio ainda são escassos sobretudo aqueles que articulam análise quantitativa longitudinal com dados institucionais reais.

A transição legislativa de 2023 representa, ademais, um momento analítico privilegiado, pois permite observar, em uma mesma série histórica, os efeitos de dois regimes normativos distintos sobre o perfil dos candidatos. Investigar esse processo no âmbito do IFPB, instituição com capilaridade estadual e perfil socioeconômico de candidatos diversificados contribui tanto para o debate acadêmico quanto para o aprimoramento das próprias políticas institucionais.

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar de que maneira as mudanças promovidas pelas Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023 se refletiram no perfil dos candidatos aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB e na ocupação das vagas reservadas ao longo do período compreendido entre 2012 e 2026.

Este trabalho organiza-se em cinco capítulos. O Capítulo 2 apresenta a fundamentação teórica, abordando o papel histórico do IFPB na educação paraibana, a evolução das ações afirmativas no Brasil, os marcos legais da Lei de Cotas e as evidências empíricas sobre seus reflexos no perfil discente das instituições federais. O Capítulo 3 descreve o percurso

metodológico da pesquisa, incluindo a caracterização do campo empírico, o recorte temporal, as fontes de dados, a operacionalização das variáveis e os procedimentos de análise adotados. O Capítulo 4 apresenta e discute os resultados, examinando o perfil das inscrições no PSCT/IFPB entre 2020 e 2026 e dos matriculados entre 2021 e 2025, considerando variáveis como ano, *campus*, curso, sexo, modalidade de ingresso, raça/cor, renda familiar, desempenho acadêmico e idade. Por fim, o Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões, apresenta as limitações da pesquisa e aponta recomendações para estudos futuros e para o aprimoramento das políticas de acesso, permanência e êxito no IFPB.

1.1 Justificativa

A educação pública brasileira tem sido historicamente marcada por desigualdades estruturais que limitam o acesso de determinados grupos sociais ao ensino de qualidade, especialmente a população negra, os estudantes oriundos de escolas públicas e os grupos de baixa renda. Tais desigualdades refletem-se diretamente nas oportunidades educacionais, tornando o acesso às Instituições Federais um direito formalmente aberto a todos, mas materialmente condicionado por trajetórias escolares, sociais e econômicas desiguais.

No caso da educação profissional e tecnológica, essa problemática assume contornos específicos. Os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelos Institutos Federais possuem elevada relevância social, pois articulam formação geral e formação profissional, oferecendo aos estudantes uma possibilidade de acesso a uma educação pública, gratuita e socialmente reconhecida. Entretanto, os processos seletivos para ingresso nesses cursos, ainda que baseados em critérios objetivos, podem reproduzir desigualdades acumuladas ao longo do Ensino Fundamental, especialmente quando candidatos de diferentes origens sociais competem a partir de condições educacionais desiguais.

Do ponto de vista da produção científica, observa-se uma assimetria relevante. Enquanto os efeitos da Lei de Cotas sobre o perfil dos ingressantes nas universidades federais têm sido objeto de investigação sistemática (Senkevics; Mello, 2019; Nonato, 2018), os estudos sobre o ensino técnico integrado ao ensino médio ainda são relativamente escassos. Essa lacuna é particularmente significativa no que se refere à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cuja dinâmica de ingresso difere substancialmente do ensino superior, seja pelo perfil etário dos candidatos, seja pela utilização de processos seletivos próprios, seja pela aplicação das políticas de cotas a estudantes oriundos do Ensino Fundamental.

Do ponto de vista político-legislativo, a trajetória recente da política de cotas também justifica a realização desta pesquisa, visto que a Lei nº 12.711/2012 instituiu um marco nacional para a reserva de vagas nas instituições federais de ensino, ao estabelecer critérios vinculados à escola pública, à renda familiar e à autodeclaração étnico-racial. Posteriormente, a Lei nº 13.409/2016 incorporou as pessoas com deficiência ao sistema de reserva, ampliando sua abrangência social. Mais recentemente, a Lei nº 14.723/2023 promoveu novas alterações, reduzindo o critério de renda *per capita* de 1,5 para 1 salário-mínimo e incluindo os quilombolas entre os grupos contemplados. Essas mudanças tornam necessário acompanhar,

no plano institucional, como os diferentes marcos normativos se refletem na organização das modalidades de ingresso e no perfil dos candidatos e matriculados.

Do ponto de vista empírico, a disponibilidade de dados longitudinais sistematizados pelo IFPB, oferece uma oportunidade metodológica relevante para compreender a dinâmica do acesso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. A análise das inscrições no período de 2020 a 2026 permite observar tendências de demanda, distribuição por *campus*, curso, sexo e modalidade de ingresso. Já a análise dos matriculados, no período de 2021 a 2025, possibilita examinar a ocupação das vagas e a composição do corpo discente ingressante, considerando variáveis como sexo, raça/cor, renda familiar, modalidade de ingresso, desempenho acadêmico e idade.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se por articular três dimensões complementares: a trajetória normativa das políticas de cotas entre 2012 e 2026, o perfil estatístico das inscrições no PSCT/IFPB entre 2020 e 2026 e a caracterização dos matriculados entre 2021 e 2025. Essa articulação permite compreender não apenas a evolução legal das ações afirmativas, mas também sua expressão nos dados institucionais do IFPB, respeitando os limites próprios de uma análise descritiva e documental.

Diante desse cenário, justifica-se a realização do presente estudo, que busca contribuir para a compreensão das desigualdades educacionais e para o aprimoramento das políticas públicas de acesso ao ensino técnico integrado. Ao analisar o caso do IFPB, instituição com ampla capilaridade territorial no estado da Paraíba, o trabalho pretende oferecer subsídios para o monitoramento das ações afirmativas, para a qualificação das bases institucionais de dados e para o fortalecimento de políticas voltadas à promoção da equidade no ensino público federal.

1.2 Objetivos

1.2.1 *Objetivo Geral*

Analisar a trajetória normativa das políticas de reserva de vagas e o perfil estatístico dos candidatos e ingressantes nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, considerando os reflexos das Leis nº 12.711/2012, nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023 na democratização do acesso.

1.2.2 *Objetivos Específicos:*

- Caracterizar o perfil estatístico dos inscritos no PSCT/IFPB entre 2020 e 2026, considerando variáveis como ano, *campus*, curso, sexo e modalidade de ingresso;
- Analisar a ocupação das vagas e o perfil dos estudantes matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB entre 2021 e 2025, considerando *campus*, curso, sexo, raça/cor, renda familiar, idade e modalidade de ingresso;
- Examinar a distribuição dos inscritos e matriculados segundo as modalidades de ingresso e os grupos vinculados às políticas de ação afirmativa, com atenção aos critérios de escola pública, renda, pertencimento étnico-racial, deficiência, reforma agrária e condição quilombola;
- Analisar o desempenho acadêmico dos candidatos matriculados, a partir das notas utilizadas no processo seletivo, considerando a ampla concorrência e as modalidades de cotas;
- Identificar os reflexos das mudanças legislativas recentes, especialmente das Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023, na configuração das modalidades de ingresso e no perfil dos candidatos e matriculados do IFPB.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão acerca das políticas de ação afirmativa no Brasil consolidou-se como um campo relevante de investigação, especialmente após a promulgação da Lei nº 12.711/2012, que instituiu a reserva de vagas em instituições federais de ensino. A literatura evidencia que tais políticas não surgem de forma isolada, mas estão inseridas em um processo histórico marcado por desigualdades estruturais de natureza social e racial (Nunes *et al.*, 2021).

Este capítulo organiza-se em quatro seções: a primeira reconstitui a trajetória histórica do IFPB e seu papel na educação paraibana, a segunda examina os fundamentos teóricos das ações afirmativas, com ênfase na tensão entre meritocracia e equidade; a terceira descreve os marcos legais da Lei de Cotas e sua estrutura de implementação; e a quarta apresenta as evidências empíricas sobre os impactos dessas políticas no perfil discente das instituições federais, identificando a lacuna que este trabalho se propõe a preencher.

2.1 O Papel do IFPB na Educação Paraibana

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), tem início com o ensino profissionalizante, por meio das Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), criadas pelo Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha. A unidade da capital paraibana: Escola de Aprendizes Artífices da Parahyba do Norte foi inaugurada em 1910 e funcionou inicialmente no prédio do Batalhão da Polícia Militar, no Centro de João Pessoa, ofertando os cursos de Alfaiataria, Serralharia, Marcenaria, Sapataria e Encadernação, acompanhados do curso primário da época.

Em 1937 com o Governo de Getúlio Vargas, em meio à transição do país de uma economia agrária para industrial, a Escola passou a ser denominada Lyceu Industrial de João Pessoa. A partir de 1942, transformou-se em Escola Industrial, com o objetivo de articular a formação de mão de obra ao processo de industrialização brasileiro. Em 1965, recebeu a denominação de Escola Industrial Federal da Paraíba e, três anos depois, após mudanças sociais significativas, incluindo a aceitação de estudantes do sexo feminino, passou a se chamar Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), nome que manteve até 1999.

Em 1999, após longo período de prestígio e consolidação como instituição de ensino de qualidade comprovada, a ETFPB, transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFETPB), tendo autorizado o seu primeiro curso superior no ano 2000, o Curso de Tecnólogo em Telemática.

A partir de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a instituição passou a integrar a Rede Federal de Educação Tecnológica, surgindo, assim, o IFPB (Brasil, 2008)

Os Institutos Federais são instituições pluricurriculares e multicampi, voltadas à formação para o trabalho de maneira a atender os diversos setores da economia, ofertando educação superior, básica e profissional, com cursos técnicos integrados ao ensino médio, curso de formação inicial e continuada, cursos superiores de tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharia, além de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (Oliveira; Arruda, 2026). A Lei nº 11.892/2008 determina, em seu art. 8º, que cada Instituto Federal deverá garantir o mínimo de 50% de suas vagas para os cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma integrada (Brasil, 2008).

Desde a sua criação, a população menos favorecida que ansiava por formação profissional buscou o ensino de qualidade ofertado pela Instituição, e a cada ano o número de inscritos cresceu, tornando necessária a implantação de um processo seletivo estruturado. Por volta da década de 80, esse processo ganhou maior sistematização, com a elaboração de provas, contemplando conteúdos de Português, Matemática, História e Geografia do Ensino Fundamental II.

Como publicado no subitem 5.1.2.1 do Edital nº 124/2011, de 23/08/2011, seção 5. DAS PROVAS:

5.1.2.1 A prova para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio constará de um único teste que avaliará conhecimentos de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História em nível de Ensino Fundamental, abrangendo os conteúdos programáticos que constam deste Edital. (IFPB, 2011, p. 13)

A partir de 2015, o IFPB reformulou seu processo seletivo, adotando a análise curricular como critério de seleção: os candidatos deveriam estar cursando o nono ano e apresentar o histórico parcial escolar do sexto, sétimo e oitavo anos do Ensino Fundamental II. (IFPB, 2025). Essa mudança resultou em aumento significativo do número de inscritos e democratizou o acesso geográfico ao processo, uma vez que a realização de provas presenciais em múltiplos *campi* demandava aporte financeiro elevado, sujeito a cortes orçamentários. Em 2012, início do recorte temporal desta pesquisa, o PSCT contemplava dez unidades, já em 2026, a abrangência alcança 18 *campi*, revelando o expressivo processo de expansão e interiorização da instituição, do litoral ao Sertão paraibano

2.2 Ações Afirmativas no Brasil: Fundamentos e Evolução Histórica

As políticas de ação afirmativa constituem um conjunto de orientações governamentais que visam promover maior diversidade e reconhecimento a minorias e grupos discriminados, buscando igualdade de oportunidades e enfrentando estruturas de desigualdade historicamente consolidadas (Teixeira; Mariot, 2023). Sua emergência não é espontânea: resulta de pressões e lutas oriundas da sociedade civil, em especial dos movimentos sociais que, diante da exclusão histórica e da restrição de acesso a espaços institucionais, pautaram essa demanda na esfera pública, forçando o Estado a reconhecer a necessidade de mecanismos de inclusão e justiça social.

Nessa perspectiva, Gomes (2017) compreende o Movimento Negro como sujeito político e educador, responsável por produzir saberes emancipatórios e por tensionar o Estado brasileiro diante das desigualdades raciais historicamente naturalizadas. Tal contribuição permite compreender as ações afirmativas não apenas como medidas administrativas de reserva de vagas, mas como resultado de um processo histórico de luta, denúncia do racismo e reivindicação do direito à educação pela população negra.

Ao longo do século XX, diferentes iniciativas buscaram corrigir desigualdades sociais por meio de mecanismos de discriminação positiva, evidenciando que tais políticas são instrumentos de promoção da equidade (Nunes *et al.*, 2021). Entretanto, apenas a partir da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, das mobilizações do Movimento Negro, as ações afirmativas passaram a ser direcionadas de forma mais consistente ao enfrentamento das desigualdades raciais no país. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), pela Lei nº 10.678, nascida do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro Brasileiro (Geraldo; Tancredi, 2012). Após prolongado trâmite legislativo de mais de uma década, o Projeto de Lei nº 73/1999 culminou na promulgação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012).

Um dos debates centrais que atravessa a literatura sobre ações afirmativas é a tensão entre meritocracia e igualdade de oportunidades. A adoção exclusiva do critério meritocrático tende a reproduzir desigualdades sociais historicamente constituídas, uma vez que desconsidera as condições desiguais de partida entre os indivíduos (Junior, 2024). Nesse sentido, o mérito não é uma grandeza neutra, mas reflete, em larga medida, o capital cultural, econômico e social acumulado pelas famílias ao longo de gerações. As políticas de ação afirmativa emergem, portanto, como instrumentos necessários para a construção de uma

igualdade material e não apenas formal, corrigindo assimetrias que o mercado e a competição livre tendem a perpetuar.

Uma segunda tensão identificada na literatura diz respeito à distinção entre acesso e permanência, pois a ampliação do ingresso de grupos vulneráveis às Instituições Federais não garante, por si só, a conclusão bem-sucedida dos cursos. A evasão entre estudantes cotistas é influenciada principalmente por fatores econômicos e pela dificuldade de conciliar estudo e trabalho (Bastos, 2021). Enquanto o acesso foca na entrada, a inclusão real exige que o estudante consiga permanecer na instituição, sinta-se pertencente e tenha oportunidades equânimes de aprendizagem. Nesse contexto, políticas de assistência estudantil como o PNAES surgem como instrumentos complementares indispensáveis para que a reserva de vagas cumpra sua função social plena.

Uma terceira tensão relevante concerne à relação entre a uniformização normativa produzida pela Lei de Cotas e a heterogeneidade das realidades regionais onde ela é aplicada. A legislação padronizou critérios mínimos de reserva em toda a rede federal, mas seus efeitos manifestam-se de forma heterogênea entre as unidades da federação (Senkevics; Mello, 2019). Em estados com alta proporção de população negra, como a Paraíba onde 63,51% da população se autodeclara preta ou parda (IBGE, 2022), o percentual de vagas reservadas para PPI pode ser significativamente mais alto do que em estados do Sul do país, gerando dinâmicas distintas de concorrência e ocupação de vagas. Essa heterogeneidade reforça a necessidade de estudos de caráter regional, como o que aqui se propõe.

2.3 A Lei de Cotas: Marcos Legais e Estrutura de Implementação

O surgimento do sistema de cotas no Brasil ocorreu no início dos anos 2000, quando diversas instituições de ensino adotaram voluntariamente algum tipo de reserva de vagas, mas foi com a publicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que esse sistema tornou-se obrigatório para todas as Instituições Federais de Ensino (Brasil, 2012).

O ordenamento vigente estabelece um sistema de reserva de vagas fundamentado em critérios cumulativos e interdependentes. Primordialmente, a legislação determina a destinação compulsória de 50% das vagas de cada curso e turno para estudantes egressos integralmente da rede pública de ensino. No âmbito desse contingente, a norma prescreve subdivisões adicionais: reserva de 50% para candidatos oriundos de famílias com renda *per capita* de até 1,5 salário-mínimo, e uma parcela proporcional para autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), balizada pela composição demográfica da unidade federativa

correspondente, conforme o último censo do IBGE (Senkevics; Mello, 2019). A implementação foi gradual: a Lei determinava que as instituições reservassem, no mínimo, 25% das vagas previstas a cada ano, com prazo máximo de quatro anos para o cumprimento integral, ou seja, com implementação plena a partir de 2016.

No caso do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), a adoção de ações afirmativas não se iniciou com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, antes mesmo da obrigatoriedade legal, a instituição já reservava parte de suas vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino, demonstrando um compromisso institucional com a ampliação do acesso e a redução das desigualdades educacionais, como constatado no item 4.1 seguido do subitem 4.1.1 do Edital nº 124/2011, de 23/08/2011:

4.1. DA COTA PARA REDE PÚBLICA

4.1.1 Para o total de vagas de cada Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio (ensino técnico + ensino médio) ofertado por cada *campus* do IFPB por meio deste Edital será destinada uma cota de cinquenta por cento (50%) por curso/turno/*campus* do total de vagas disponíveis, após o desconto das vagas destinadas a Pessoas com Deficiência/Portadores de Necessidades Especiais (item 2.4.5), para preenchimento por candidato aprovado que tiver cursado o Ensino Fundamental – 2a fase, isto é do 6o ao 9o ano ou da antiga 5a a 8a série, em regime regular ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), em escolas da Rede Pública de Ensino Federal, Estadual ou Municipal. (IFPB, 2011, p. 12)

Observa-se que a política adotada pelo IFPB antes da Lei nº 12.711/2012 possuía escopo mais restrito que o modelo posteriormente instituído em âmbito nacional. Enquanto a reserva de vagas institucional contemplava apenas estudantes oriundos da rede pública de ensino, a legislação federal introduziu critérios adicionais de renda e pertencimento étnico-racial, ampliando o alcance das ações afirmativas e tornando mais complexa a estrutura de distribuição das vagas.

Os Quadros 1, 2, 3 e 4 ilustram como essa estrutura se traduziu concretamente na distribuição de vagas do IFPB, antes e após a promulgação da Lei de Cotas, tomando como exemplo editais que oferecem um curso hipotético com 40 vagas.

Quadro 1 - Distribuição de vagas no IFPB até 2011, antes da Lei de Cotas

Categoria	Vagas
Ampla concorrência	19
Egressos de Escola Pública (EEP)	20
Pessoas com Deficiência (PcD)	1
Total	40

Fonte: Edital nº 124/2011, de 23/08/2011 - PSCT 2012

Quadro 2 - Distribuição de vagas no IFPB em 2012, antes da Lei de Cotas

Categoria	Vagas
Ampla concorrência	19
Egressos de Escola Pública (EEP)	20
Pessoas com Deficiência (PcD)	1
Total	40

Fonte: Edital nº 188/2012, de 27/08/2012 - PSCT 2013

A publicação da Lei nº 12.711/2012 ocorreu após a divulgação inicial do Edital nº 188/2012. Em razão da necessidade de adequação imediata à nova legislação, o IFPB publicou o Edital nº 226/2012 suspendendo o calendário do PSCT 2013, com a finalidade de adequar a distribuição de vagas às novas exigências legais. Posteriormente, a instituição publicou o Edital nº 230/2012, que promoveu a retificação das regras de reserva de vagas e restabeleceu o cronograma do processo seletivo iniciado através do Edital nº 188/2012 (IFPB, 2012). Esse episódio evidencia a reconfiguração das modalidades sobre os processos seletivos da instituição, exigindo alterações estruturais ainda durante a execução do PSCT 2013.

Quadro 3 - Distribuição de vagas no IFPB em 2012, após a Lei nº 12.711/2012

Categoria	Vagas
Ampla concorrência	18
Egressos de Escola Pública (EEP), Renda $\leq$ 1,5 salário mínimo <i>per capita</i>	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	6
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	4
Egressos de Escola Pública (EEP), Renda $>$ 1,5 salário mínimo <i>per capita</i>	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	6
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	4
Pessoas com Deficiência (PcD)	2
Total	40

Fonte: Edital nº 230, de 12/11/2012 - PSCT 2013

O Quadro 3 demonstra que, embora o percentual de vagas destinadas aos egressos da rede pública tenha sido mantido em 50%, a Lei nº 12.711/2012 introduziu novos critérios

internos de distribuição, segmentando os candidatos segundo a renda familiar *per capita* e a autodeclaração étnico-racial. Diferente do modelo anteriormente adotado pelo IFPB, que contemplava apenas a origem escolar dos candidatos, a nova legislação passou a considerar múltiplas dimensões de vulnerabilidade social, ampliando o alcance das ações afirmativas. Dessa forma, a reserva de vagas deixou de se limitar ao critério de procedência da rede pública de ensino e passou a incorporar mecanismos voltados à promoção da equidade racial e socioeconômica, tornando o sistema de ingresso mais abrangente e alinhado aos objetivos de democratização do acesso à educação pública federal.

Quadro 4 - Distribuição de vagas no IFPB a partir de 2013, após a Lei de Cotas

Categoria	Vagas
Ampla concorrência	18
Egressos de Escola Pública (EEP), Renda $\leq$ 1,5 salário mínimo <i>per capita</i>	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	6
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	4
Egressos de Escola Pública (EEP), Independente de Renda	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	6
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	4
Pessoas com Deficiência (PcD)	2
Total	40

Fonte: Edital nº 254, de 29/08/2013 - PSCT 2014

Comparando-se os Quadros 3 e 4, observa-se que a principal alteração foi a substituição do critério de renda superior a 1,5 salário mínimo pela categoria "independente de renda", adequando a nomenclatura às regulamentações posteriores da política de cotas. A estrutura geral de reserva, contudo, permaneceu semelhante, mantendo a divisão das vagas destinadas aos egressos da rede pública de ensino segundo critérios de renda e pertencimento étnico-racial. Essa estabilidade demonstra que, após o período inicial de adaptação à Lei nº 12.711/2012, o modelo de distribuição de vagas adotado pelo IFPB passou por um processo de consolidação, preservando os princípios de inclusão social e democratização do acesso estabelecidos pela legislação federal.

Em 28 de dezembro de 2016, foi sancionada a Lei nº 13.409, que alterou a Lei nº 12.711/2012 para dispor expressamente sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência

nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (BRASIL, 2016). Essa inclusão representou um avanço importante na multidimensionalidade do sistema de cotas, reconhecendo que a deficiência constitui, por si só, um fator de exclusão histórica independente das variáveis de renda e raça.

Quadro 5 - Distribuição de vagas no IFPB a partir de 2018, após a Lei nº 13.409/2016

Categoria	Vagas
Ampla concorrência	19
Egressos de Escola Pública (EEP), Renda $\leq$ 1,5 salário mínimo <i>per capita</i>	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	4
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI) e PcD	2
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	3
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena e PcD	1
Egressos de Escola Pública (EEP), Independente de Renda	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	4
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI) e PcD	2
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	3
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena e PcD	1
Pessoas com Deficiência (PcD)	1
Total	40

Fonte: Edital nº 108, de 31/10/2017 - PSCT 2018

Com a promulgação da Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023, a política de cotas sofreu atualizações relevantes que expandiram seu alcance social. A partir dela, o novo ordenamento determina que beneficiários de cotas disputem inicialmente as vagas de ampla concorrência, recorrendo à reserva apenas quando a nota for insuficiente para o ingresso geral. Paralelamente, o critério socioeconômico foi reajustado: o limite de renda *per capita* foi reduzido de 1,5 para 1 salário-mínimo, priorizando as camadas mais vulneráveis. A legislação também inovou ao incluir expressamente o grupo dos quilombolas no sistema de reserva de vagas (Brasil, 2023). Essas mudanças implicam alterações na composição das modalidades de concorrência que precisam ser consideradas na análise longitudinal dos dados do PSCT (Quadro 6), conforme discutido no Capítulo 3.

Quadro 6 - Distribuição de vagas no IFPB a partir de 2025, após a Lei nº 14.723/2023

Categoria	Vagas
Ampla concorrência	19
Egressos de Escola Pública (EEP), Renda $\leq$ 1 salário mínimo per capita	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	7
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI) e PcD	1
Candidatos Quilombolas	1
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	1
Egressos de Escola Pública (EEP), Independente de Renda	
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI)	7
Candidatos que se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena (PPI) e PcD	1
Candidatos que não se autodeclaram Preto, Pardo ou Indígena	2
Pessoas com Deficiência (PcD)	1
Total	40

Fonte: Edital nº 112/2024, de 02/09/2024 - PSCT 2025

A análise da evolução normativa evidencia que o sistema de reserva de vagas do IFPB passou por sucessivas transformações ao longo do período estudado, pois embora a instituição já adotasse mecanismos próprios de inclusão para estudantes oriundos da rede pública antes da Lei nº 12.711/2012, a legislação federal ampliou progressivamente os critérios de elegibilidade, incorporando dimensões socioeconômicas, étnico-raciais e de deficiência. As alterações introduzidas pelas Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023 tornaram o sistema mais abrangente e complexo, configurando o contexto normativo que fundamenta a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes.

2.4 Evidências Empíricas: Impactos das Cotas no Perfil Discente

No campo empírico, as pesquisas sobre os efeitos da Lei de Cotas concentram-se majoritariamente no ensino superior federal. Senkevics e Mello (2019), em estudo de abrangência nacional, demonstraram que o perfil discente das universidades federais passou por transformações significativas após a implementação das cotas, com aumento da participação de estudantes negros, de baixa renda e oriundos de escolas públicas. Esse resultado é relevante por estabelecer um marco comparativo para análises institucionais específicas.

Em nível dos Institutos Federais, Bastos (2021) verificou, no curso Técnico em Agropecuária do IFES *Campus* Itapina, que a política de cotas constitui importante mecanismo de inclusão social, permitindo o ingresso de estudantes de baixa renda em instituições de elevada qualidade. O estudo evidenciou, contudo, que a evasão é influenciada principalmente por fatores econômicos e pela dificuldade de conciliar estudo e trabalho, reforçando a distinção conceitual entre acesso e permanência. Em sentido semelhante, Teixeira e Mariot (2023) analisaram o perfil discente do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e identificaram mudanças no perfil socioeconômico dos ingressantes após a Lei de Cotas, com aumento da participação de indivíduos oriundos de classes menos favorecidas.

Sob uma perspectiva crítica, Junior (2024) examinou a implementação das cotas para estudantes negros no ensino médio integrado de dois *campi* do IFRS e evidenciou que o processo ocorre em meio a disputas políticas, limitações institucionais e baixa participação efetiva dos grupos beneficiados. A institucionalização de práticas voltadas à equidade racial ainda se apresenta de forma parcial, e obstáculos burocráticos no ato da matrícula incluindo os processos de heteroidentificação resultam em alto índice de vagas não ocupadas por candidatos cotistas (Rafael, 2024).

No âmbito do próprio IFPB, Rafael (2024) analisou o perfil dos inscritos e a ocupação das vagas no *campus* Campina Grande, identificando desafios na efetivação plena da reserva de vagas. Esse estudo, de escopo mais restrito limitado a um único *campus* e a um período mais curto, reforça a necessidade de uma análise institucional abrangente que contemple todos os *campi* e a série histórica completa, o que a presente pesquisa se propõe a realizar.

A revisão da literatura evidencia, portanto, uma assimetria relevante: há produção consolidada sobre os efeitos das cotas no ensino superior (Senkevics; Mello, 2019; Nonato, 2018), mas os estudos sobre o ensino técnico integrado ao ensino médio ainda são relativamente escassos sobretudo aqueles que articulam análise quantitativa de dados institucionais longitudinais com abordagem crítica das políticas públicas. Ademais, a transição normativa operada pela Lei nº 14.723/2023 ainda carece de estudos que avaliem seus efeitos concretos sobre o perfil dos candidatos. Diante desse contexto, o presente trabalho posiciona-se como uma contribuição empírica ao debate, analisando o perfil dos candidatos e ingressantes do IFPB ao longo de catorze anos, articulando dados institucionais com a discussão teórica sobre ações afirmativas e democratização do acesso à educação pública.

3 METODOLOGIA

Este capítulo descreve o percurso metodológico adotado na investigação. Apresenta-se, inicialmente, a caracterização do campo empírico, seguida pela natureza e abordagem da pesquisa, pelo recorte temporal e pelo universo de análise. Na sequência, detalha-se a operacionalização das variáveis, as fontes e os procedimentos de coleta de dados, o tratamento analítico empregado e, por fim, as limitações reconhecidas do estudo.

3.1 Caracterização do Campo Empírico

O campo empírico desta investigação circunscreve-se ao IFPB, abrangendo a totalidade de seus *campi* que ofertam os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. A escolha pela abrangência institucional completa justifica-se pela capilaridade do IFPB no Estado, o que permite observar como as políticas de cotas (Leis nº 12.711/2012 e nº 14.723/2023) impactam realidades socioeconômicas distintas desde a região metropolitana de João Pessoa até o Sertão paraibano. Assim, a análise não se limita a uma unidade isolada, mas busca refletir o panorama global da política de ações afirmativas na instituição.

A configuração atual do IFPB consolida-se a partir de 2008, com a Lei nº 11.892 (Brasil, 2008), que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em 2012, marco inicial deste estudo, o PSCT contemplava dez unidades: Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, João Pessoa, Guarabira, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa Isabel e Sousa. Em 2026, a abrangência da pesquisa alcança dezoito *campi*, incluindo as unidades de Cabedelo Centro, Catolé do Rocha, Esperança, Itabaiana, Itaporanga, Pedras de Fogo, Santa Luzia e Santa Rita. Essa evolução demonstra o crescimento da oferta pública de ensino técnico no estado e reforça a relevância de analisar o perfil dos candidatos diante de uma estrutura institucional em constante expansão.

Para fins analíticos, o Campus Sousa foi desagregado em duas unidades: Unidade Sede e Unidade São Gonçalo. Embora ambas integrem a mesma estrutura administrativa, apresentam localização, oferta formativa e dinâmica de procura distintas. A Unidade Sede oferta o Curso Técnico Integrado em Informática, enquanto a Unidade São Gonçalo reúne cursos vinculados às áreas de Agropecuária, Agroindústria e Meio Ambiente. A apresentação separada evita que a agregação dos registros oculte diferenças relacionadas à procura pelos cursos, ao preenchimento das vagas e ao perfil dos candidatos e matriculados.

O PSCT constitui a porta de entrada ao Ensino Técnico Integrado do IFPB e opera, desde 2015, por meio da análise curricular do histórico escolar do Ensino Fundamental II especificamente as notas do 6º ao 8º ano. Esse modelo de seleção distingue-se dos processos baseados em provas escritas e impõe desafios analíticos específicos: a nota do candidato é função direta de sua trajetória escolar prévia, tornando o desempenho acadêmico uma variável simultaneamente de seleção e de perfil. Essa característica é central para a interpretação dos resultados apresentados no Capítulo 4.

3.2 Natureza e Abordagem da Pesquisa

Quanto à sua natureza, esta investigação classifica-se como pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos voltados à aplicação prática e à solução de problemas específicos no âmbito das políticas de ações afirmativas do IFPB (Gil, 2022). No que se refere aos objetivos, o estudo possui caráter descritivo e exploratório: descritivo porque detalha as características do perfil socioeconômico dos candidatos; exploratório porque examina padrões e possíveis associações descritivas entre variáveis ainda pouco investigadas no contexto do ensino técnico integrado.

No tocante à abordagem do problema, a pesquisa define-se como quantitativa. Conforme Richardson (2017), o método quantitativo caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos para a coleta e análise de dados, garantindo a precisão dos resultados e a identificação de padrões e tendências. Neste estudo, tal abordagem justifica-se pela necessidade de mensurar e comparar variáveis como desempenho acadêmico, renda familiar e autodeclaração étnico-racial dos inscritos nos processos seletivos entre 2020 e 2026, permitindo uma visão objetiva dos efeitos descritivos das alterações legislativas sobre o perfil dos candidatos.

Como técnica de pesquisa, adota-se a análise documental, que consiste no exame sistemático de documentos primários neste caso, os editais do PSCT, os formulários de inscrição e os relatórios consolidados do Portal do Estudante com vistas à extração e organização de informações relevantes para os objetivos do estudo (Gil, 2022). A combinação entre análise documental e estatística descritiva constitui o eixo metodológico central desta investigação.

3.3 Recorte Temporal e Universo de Análise

O recorte temporal compreende o período de 2012 a 2026, escolha estrategicamente fundamentada nos marcos legais das ações afirmativas no Brasil, tendo em vista que o ano de 2012 marca o início da série histórica com a promulgação da Lei nº 12.711/2012, estabelecendo o cenário base das cotas. O intervalo estende-se até 2026 para possibilitar a análise das mudanças na composição e da transição para a nova configuração das políticas de inclusão determinada pela Lei nº 14.723/2023. Esse período de catorze anos permite identificar não apenas dados isolados, mas padrões de evolução, retrocessos ou consolidação do acesso democrático ao ensino técnico na Paraíba.

A pesquisa analisa a trajetória normativa das políticas de cotas no período de 2012 a 2026. A análise empírica das inscrições concentra-se no período de 2020 a 2026, em razão da disponibilidade e padronização das bases institucionais. Já a análise dos matriculados abrange o período de 2021 a 2025, conforme disponibilidade dos registros consolidados de matrícula aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB.

O universo desta pesquisa é composto por todos os candidatos inscritos nos Processos Seletivos para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB entre 2020 e 2026 e corresponde a 82.156 registros. Trata-se, portanto, de um censo e não de uma amostra, uma vez que os dados disponibilizados pelo IFPB cobrem a totalidade dos inscritos em cada edição do processo seletivo, sem necessidade de procedimento amostral. Consequentemente, as médias, medianas, quartis, proporções e taxas calculadas constituem parâmetros descritivos da população observada em cada recorte temporal, e não estimativas produzidas a partir de uma amostra. A unidade de análise compreende, em um primeiro momento, o candidato inscrito no PSCT, caracterizado pelas variáveis declaradas no formulário de inscrição e no questionário socioeconômico. Em um segundo momento, a análise considera os estudantes efetivamente matriculados, a partir dos registros institucionais consolidados de matrícula.

Um desafio metodológico relevante desta investigação diz respeito à comparabilidade entre os períodos analisados. As categorias de modalidade de cota sofreram alterações ao longo da série histórica, sendo elas, a Lei nº 13.409/2016 que incluiu as pessoas com deficiência (PcD) e a Lei nº 14.723/2023 que reduziu o limite de renda *per capita* de 1,5 para 1 salário-mínimo e inseriu os Quilombolas como grupo específico. Para garantir a comparabilidade longitudinal, adotou-se a seguinte estratégia: as análises que envolvem todas as edições do PSCT utilizam agrupamentos amplos e estáveis ao longo do período (escola pública versus ampla concorrência; PPI versus Não PPI); as análises que envolvem categorias específicas como o critério de renda são segmentadas em dois subperíodos: 2020–2022 (sob a

Lei nº 12.711/2012) e 2023–2026 (sob a Lei nº 14.723/2023), com explicitação das diferenças normativas em cada caso.

Para fins analíticos, as comparações envolvendo o critério de renda foram organizadas em dois períodos distintos: o período anterior à aplicação da Lei nº 14.723/2023 nos editais analisados e o período posterior à sua implementação. Essa estratégia permite considerar as alterações normativas introduzidas pela legislação, especialmente a redefinição dos critérios de renda para acesso às vagas reservadas, preservando a comparabilidade dos resultados e evitando interpretações equivocadas decorrentes de mudanças na composição das modalidades de ingresso.

3.4 Operacionalização das Variáveis

As variáveis analisadas neste estudo foram selecionadas com base nos objetivos específicos da pesquisa e na disponibilidade de dados nos registros do IFPB. O Quadro 7 apresenta a definição operacional de cada variável, sua categoria analítica, a forma de mensuração e a fonte de coleta. Cabe destacar que a variável de autodeclaração étnico-racial apresenta uma limitação intrínseca: baseia-se exclusivamente na declaração do próprio candidato, sem processo de heteroidentificação sistemático nas edições anteriores à implementação de comissões verificadoras. Isso pode introduzir imprecisões na mensuração do grupo PPI, especialmente nas edições mais antigas da série histórica, fato que será devidamente considerado na análise e discussão dos resultados.

3.5 Coleta e Fontes de Dados

Os dados foram extraídos do Portal do Estudante, sistema institucional utilizado pelo IFPB para gerenciamento dos processos seletivos. Os candidatos inscritos utilizam sistema eletrônico para preenchimento do formulário de inscrição e resposta ao questionário socioeconômico.

A série documental analisada abrange os editais publicados entre o PSCT 2012 (Edital nº 124/2011, de 23/08/2011) e o PSCT 2026 (Edital nº 146/2025, de 28/08/2025). No total, foram analisadas quatorze edições do processo seletivo, disponíveis no Portal do Estudante e no acervo histórico do site institucional do IFPB. Todas as fontes de dados foram cedidas pela Gestão do IFPB com observância da LGPD nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Em cumprimento às disposições da LGPD, os dados individuais foram tratados de forma anonimizada: nenhuma variável que permitisse a identificação direta do candidato como nome, CPF ou endereço foi utilizada nas análises. Os registros foram processados exclusivamente em nível agregado ou por meio de identificadores internos não vinculados a dados pessoais, garantindo a privacidade dos candidatos e a integridade ética da pesquisa.

Quadro 7 – Operacionalização das variáveis do estudo

Variável	Categoria	Definição operacional	Mensuração	Fonte
Modalidade de cota	Independente	Categoria de reserva de vagas declarada pelo candidato no ato da inscrição	Nominal (AC, PPI, IR, PPI R, PUB IR, PUB R, PcD, Quilombola)	Formulário de inscrição PSCT
Renda per capita familiar	Independente	Renda bruta mensal familiar dividida pelo número de membros do núcleo, conforme declaração do candidato	Ordinal (faixas salariais)	Questionário socioeconômico
Autodeclaração étnico-racial	Independente	Cor ou raça autodeclarada pelo candidato conforme categorias do IBGE	Nominal (branca, preta, parda, amarela, indígena)	Questionário socioeconômico
Trajetória escolar	Independente	Tipo de escola frequentada integralmente no Ensino Fundamental II	Nominal (pública federal, pública estadual, pública municipal, privada)	Formulário de inscrição PSCT
Desempenho acadêmico	Dependente	Média aritmética das notas do 6º, 7º e 8º anos do Ensino Fundamental II, utilizada como critério de classificação no PSCT	Contínua (0 a 10)	Histórico escolar anexado à inscrição
Situação de matrícula	Dependente	Resultado final do processo seletivo quanto à efetivação da matrícula	Nominal (matriculado, não compareceu, desistiu, lista de espera)	Relatórios IFPB/Portal do Estudante
Taxa de ocupação de vagas	Dependente	Proporção de vagas efetivamente preenchidas em relação ao total ofertado, por modalidade	Percentual (vagas preenchidas/vagas ofertadas $\times$ 100)	Relatórios consolidados IFPB

Variável	Categoria	Definição operacional	Mensuração	Fonte
Manifestação de interesse na lista de espera	Dependente	Registro formal do candidato de interesse em permanecer na lista de espera após não convocação na chamada regular	Dicotômica (sim/não)	Portal do Estudante

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

3.6 Tratamento e Análise dos Dados

O tratamento e a análise dos dados foram realizados em duas etapas sequenciais: organização e limpeza dos dados, seguida de análise estatística descritiva. Na etapa de organização, os dados brutos exportados do sistema do IFPB foram importados para o software R / Microsoft Excel / Planilhas Google (enquanto os gráficos e os cálculos complementares foram produzidos em Python, no ambiente Google Colab), onde foram realizados os seguintes procedimentos: (i) verificação e tratamento de valores ausentes (*missing data*); (ii) padronização das categorias de modalidade de cota entre as diferentes edições do PSCT, considerando as alterações normativas descritas na Seção 2.3; (iii) recodificação de variáveis, quando necessário, como a consolidação das subcategorias de renda em grupos comparáveis no período 2021–2025; e (iv) construção de variáveis derivadas, como a taxa de ocupação de vagas por modalidade e o indicador de efetividade da matrícula. Na etapa de análise, foram empregadas as seguintes técnicas de estatística descritiva:

- Distribuição de frequências absolutas e relativas para caracterização do perfil socioeconômico e educacional dos candidatos por ano e por modalidade de cota;
- Médias e desvios-padrão para análise do desempenho acadêmico (notas do 6º ao 8º ano) por modalidade de ingresso;
- Cruzamento de variáveis (tabelas de contingência) para investigar relações entre modalidade de cota, desempenho acadêmico e efetividade da matrícula;
- Análise descritiva de séries temporais para identificação de tendências e padrões de evolução ao longo dos períodos analisados;
- Cálculo de taxas de ocupação, razão entre vagas preenchidas e vagas ofertadas, por modalidade e por ano, expressa em termos percentuais.

Nos gráficos do tipo boxplot, adotou-se o critério convencional de 1,5 vez a amplitude interquartil para a delimitação dos bigodes. A amplitude interquartil corresponde à diferença entre o terceiro e o primeiro quartil ($AIQ = Q3 - Q1$). Desse modo, os registros situados abaixo de $Q1 - 1,5 \times AIQ$ ou acima de $Q3 + 1,5 \times AIQ$ foram representados individualmente como valores discrepantes, denominados outliers.

É importante destacar que esta pesquisa não emprega testes de hipótese nem modelos de regressão, por opção metodológica compatível com seu objetivo predominantemente descritivo. Como os conjuntos de dados analisados correspondem à totalidade dos registros institucionais disponibilizados para cada recorte, as medidas calculadas constituem parâmetros da população observada, e não estimativas obtidas de uma amostra. Desse modo, para a descrição desse universo, não se aplicam margem de erro amostral nem procedimentos de generalização estatística.

3.7 Limitações da Pesquisa

Como toda investigação científica, este estudo apresenta limitações que merecem ser explicitadas antes da apresentação dos resultados, de modo a orientar a leitura crítica dos achados. A primeira limitação refere-se à natureza estritamente quantitativa da pesquisa, pois, ainda que a abordagem estatística descritiva permita a comparação de dados sob múltiplos aspectos e ao longo de uma extensa série histórica, ela não comporta a análise de trajetórias individuais, motivações ou experiências subjetivas dos candidatos. Casos atípicos (*outliers*) são identificados nas distribuições, mas não podem ser explicados em profundidade sem a complementação por métodos qualitativos como entrevistas ou grupos focais que estão fora do escopo deste trabalho.

A segunda limitação diz respeito à comparabilidade entre as diferentes edições do PSCT, visto que alterações normativas introduzidas pelas Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023 modificaram as categorias de modalidade de cota ao longo da série histórica, o que impõe restrições à comparação direta de certas variáveis entre todos os anos do período analisado. A estratégia de segmentação em subperíodos descrita na Seção 3.3 mitiga parcialmente esse problema, mas não o elimina por completo.

A terceira limitação concerne à confiabilidade da variável de autodeclaração étnico-racial nas edições mais antigas do PSCT, pois nas edições anteriores à implementação de comissões de heteroidentificação, instrumento previsto na Lei nº 14.723/2023, a categoria PPI baseia-se exclusivamente na autodeclaração do candidato, sem verificação institucional.

Isso pode introduzir tanto subdeclaração quanto superdeclaração em determinados grupos, afetando a precisão das análises relativas ao perfil racial dos candidatos.

A quarta limitação reside no expressivo volume de dados extraídos do banco do IFPB, uma vez que a riqueza e a complexidade do material coletado, embora instigantes, exigiram esforço contínuo para manter o rigor nos objetivos delimitados, o que pode ter restringido análises mais profundas de certas variáveis como o perfil de candidatos oriundos de outros estados e a correlação entre os cursos ofertados e o mercado de trabalho regional.

Em que pese tais limitações, as escolhas metodológicas realizadas refletem a interpretação adequada do campo empírico e a compatibilidade com os dados disponibilizados, oferecendo uma base sólida para a análise dos resultados. O Capítulo 4 apresenta e discute os achados obtidos a partir dos procedimentos aqui descritos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos a partir da análise dos dados de inscrições no PSCT/IFPB, no período de 2020 a 2026, e dos registros de matrícula nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, no período de 2021 a 2025. As informações são examinadas à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico apresentado anteriormente, buscando identificar tendências, mudanças e permanências no perfil dos candidatos inscritos e dos estudantes efetivamente matriculados. Inicialmente, são apresentados os dados gerais de participação nos processos seletivos, seguidos das análises relacionadas à distribuição por *campus*, curso, sexo, modalidades de ingresso e políticas de cotas. Em seguida, examina-se o perfil dos matriculados, considerando ocupação de vagas, raça/cor, renda familiar, desempenho acadêmico e idade.

4.1 Panorama Geral das Inscrições

A análise inicial dos dados concentra-se na evolução do número de candidatos inscritos nos Processos Seletivos para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB entre os anos de 2020 e 2026. O exame desse indicador permite compreender o comportamento da demanda institucional ao longo do período investigado, identificando tendências de crescimento, redução ou estabilidade na procura pelas vagas ofertadas.

Inicialmente, são apresentados os dados gerais de inscrições por ano, possibilitando a identificação das oscilações observadas na série histórica. Em seguida, a distribuição das

inscrições por *campus* é analisada com o objetivo de verificar como a expansão e a interiorização da Rede Federal influenciaram a procura pelos cursos técnicos integrados em diferentes regiões da Paraíba.

A compreensão desse panorama geral constitui etapa fundamental para as análises subsequentes, uma vez que fornece o contexto necessário para a interpretação das características sociodemográficas dos candidatos, das modalidades de ingresso e dos efeitos das políticas de ações afirmativas implementadas no âmbito do IFPB.

Tabela 1 – Número de inscritos e percentual de inscrição por ano (2020–2026)

Ano	Número de inscritos	Percentual
2020	11181	13,61%
2021	8042	9,79%
2022	9708	11,82%
2023	12450	15,15%
2024	14270	17,37%
2025	12731	15,50%
2026	13774	16,77%
Total	82156	100,00%

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 1 apresenta a distribuição dos 82.156 candidatos inscritos nos processos seletivos do IFPB entre os anos de 2020 e 2026. Observa-se que a participação anual dos inscritos não ocorreu de forma uniforme ao longo do período analisado, evidenciando oscilações que refletem diferentes contextos institucionais e sociais.

O ano de 2020 registrou 11.181 inscritos, correspondendo a 13,6% do total da série histórica. Em 2021, verifica-se uma redução significativa para 8.042 inscritos (9,8%), representando o menor quantitativo de todo o período analisado. Essa diminuição pode estar associada às ocorrências decorrentes da pandemia da COVID-19, que afetou diretamente os sistemas educacionais brasileiros, dificultando o acesso à informação, a realização de inscrições e a própria continuidade dos estudos por parte de muitos estudantes.

A partir de 2022, observa-se uma recuperação da demanda, com 9.708 inscritos (11,8%), indicando o início de uma retomada gradual dos níveis de participação. Esse movimento torna-se mais evidente em 2023, quando o número de inscritos alcança 12.450 candidatos (15,2%), superando os registros observados antes da queda ocorrida em 2021.

O crescimento continuou em 2024, ano que apresentou 14.270 inscritos (17,4%), o maior quantitativo de toda a série histórica. Esse resultado sugere um fortalecimento da procura pelos cursos ofertados pelo IFPB, possivelmente relacionado à ampliação da

divulgação dos processos seletivos, ao reconhecimento institucional da qualidade do ensino ofertado e ao aumento do interesse pela educação profissional e tecnológica.

Em 2025, houve uma pequena redução para 12.731 inscritos (15,5%), sem que isso representasse uma alteração substancial da tendência observada nos anos anteriores. O número permanece acima dos valores registrados entre 2020 e 2023, indicando a manutenção de elevados níveis de procura.

Já em 2026, observa-se nova elevação, alcançando 13.774 inscritos (16,8%), o segundo maior quantitativo da série histórica. Esse resultado reforça a percepção de que a demanda pelos processos seletivos do IFPB permanece elevada e relativamente estável em patamares superiores aos observados no início da década.

De forma geral, a análise da série histórica evidencia uma tendência de crescimento da procura pelo IFPB ao longo do período estudado, especialmente após a recuperação observada a partir de 2022. Comparando-se os extremos da série, verifica-se que o número de inscritos passou de 11.181 em 2020 para 13.773 em 2026, representando um crescimento aproximado de 23,2% no período. Tal comportamento demonstra a consolidação do IFPB como instituição de referência na oferta de educação profissional, científica e tecnológica no estado da Paraíba.

De modo geral, os dados apresentados permitem inferir que houve crescimento significativo da demanda pelos cursos ofertados pelo IFPB entre 2020 e 2026. Tal expansão pode estar relacionada a diversos fatores, como o fortalecimento da credibilidade institucional dos Institutos Federais, a ampliação da visibilidade social do IFPB, a oferta de ensino público gratuito e de qualidade, bem como o aumento da busca por qualificação profissional diante das transformações econômicas e sociais contemporâneas.

Além disso, a análise do quantitativo de inscritos constitui importante indicador para compreensão das dinâmicas de acesso à educação profissional e tecnológica no âmbito do IFPB, possibilitando o desenvolvimento de análises posteriores relacionadas ao perfil socioeconômico dos candidatos, às modalidades de concorrência e às políticas de ações afirmativas adotadas pela instituição.

Tabela 2 – Número de inscritos por *campus* e ano (2020–2026)

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Cabedelo	494	362	414	434	580	461	493
Cabedelo Centro	102	64	60	56	70	112	150
Cajazeiras	799	512	658	871	983	847	838
Campina Grande	1826	1252	1525	1909	2321	2167	2318
Catolé do Rocha	563	476	557	780	970	867	900
Esperança	279	187	251	479	544	411	453
Guarabira	512	374	426	615	657	555	610

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Itabaiana	358	234	283	436	431	467	543
Itaporanga	233	209	226	306	319	342	376
João Pessoa	3102	2367	2765	3105	3194	2809	2831
Monteiro	416	286	356	503	597	557	557
Patos	757	464	618	835	771	649	899
Pedras de Fogo	0	0	0	0	138	213	198
Picuí	502	320	411	598	689	586	607
Princesa Isabel	187	131	149	199	284	320	377
Santa Luzia	121	98	129	186	230	233	284
Santa Rita	438	365	434	504	797	578	726
Sousa - Unidade São Gonçalo	348	236	269	379	453	367	456
Sousa - Unidade Sede	144	105	177	255	242	190	158
Total	11181	8042	9708	12450	14270	12731	13774

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: O Campus Sousa foi apresentado em duas unidades analíticas em razão das diferenças de localização e oferta de cursos, conforme justificado na Seção 3.1.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das inscrições por *campus* do IFPB entre 2020 e 2026, permitindo observar a concentração territorial da demanda, as oscilações entre as unidades e o crescimento de *campi* localizados no interior do estado.

De modo geral, os totais anuais confirmam a tendência já indicada na Tabela 1: redução das inscrições em 2021, provável reflexo do contexto pandêmico, seguida de retomada a partir de 2022, com pico em 2024 e novo crescimento em 2026, quando foram registradas 13.774 inscrições. Nesta tabela, contudo, o aspecto mais relevante não é apenas a variação anual do total de inscritos, mas a forma como essa demanda se distribui entre os diferentes *campi* do IFPB.

Durante todo o período analisado, o *Campus* João Pessoa manteve-se como a unidade com maior número de inscrições. Em 2026, registrou 2.831 inscrições, correspondendo a aproximadamente 20,6% do total do PSCT naquele ano. O *Campus* Campina Grande ocupou a segunda posição, com 2.318 inscrições em 2026. Juntos, os dois *campi* concentraram cerca de 37,4% das inscrições daquele ano, evidenciando a permanência de uma forte centralização da demanda nos maiores centros urbanos da Paraíba.

Apesar dessa concentração, os dados também apontam crescimento relevante em *campi* interiorizados. O *Campus* Esperança passou de 279 inscrições em 2020 para 453 em 2026, crescimento superior a 62%. O *Campus* Princesa Isabel passou de 187 para 377 inscrições no mesmo período, praticamente duplicando sua demanda. O *Campus* Santa Luzia apresentou expansão ainda mais expressiva, passando de 121 inscrições em 2020 para 284 em 2026, o que representa aumento superior a 130%. Esses resultados sugerem ampliação do alcance territorial do IFPB e fortalecimento da procura pelos cursos técnicos integrados em regiões fora dos grandes centros urbanos.

Também merece destaque a incorporação do *Campus* Pedras de Fogo à série histórica. Sem registros de inscrições entre 2020 e 2023, a unidade passou a figurar em 2024, com 138 inscrições, alcançando 198 em 2026. Esse movimento indica inserção gradual do *campus* na rede de oferta do IFPB e crescimento de sua visibilidade junto à população local. O *Campus* Cabedelo Centro também apresentou expansão no período, passando de 102 inscrições em 2020 para 150 em 2026, crescimento aproximado de 47%.

Alguns *campi*, entretanto, apresentaram oscilações. O *Campus* Sousa – Unidade Sede registrou redução de 255 inscrições em 2023 para 158 em 2026, queda de aproximadamente 38% nesse intervalo. Já os *campi* Patos e Santa Rita evidenciaram comportamento mais volátil. Santa Rita atingiu seu maior valor em 2024, com 797 inscrições, reduziu em 2025 e voltou a crescer em 2026. Patos, por sua vez, apresentou queda entre 2023 e 2025, mas registrou forte recuperação em 2026, alcançando 899 inscrições, o maior valor da série para a unidade.

Assim, a Tabela 2 evidencia dois movimentos simultâneos: de um lado, a permanência da centralidade dos *campi* João Pessoa e Campina Grande; de outro, o crescimento de unidades interiorizadas, que ampliam a presença institucional do IFPB em diferentes regiões da Paraíba. Esse comportamento reforça a importância de analisar a política de acesso não apenas pelo total de inscrições, mas também pela sua distribuição territorial.

Tabela 3 – Número de inscritos por curso Técnico Integrado (TI) e *campus* (2020–2026)

<i>Campus</i>	Curso	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Cabedelo	TI em Meio Ambiente	152	117	139	122	224	140	138
	TI em Multimídia	201	155	217	241	251	199	150
	TI em Química	0	0	0	0	0	0	60
	TI em Recursos Pesqueiros	141	90	58	71	105	122	145
Cabedelo Centro	TI em Serviços Jurídicos	102	64	60	56	70	112	150
Cajazeiras	TI em Edificações	232	145	185	211	234	235	278
	TI em Eletromecânica	238	130	117	190	226	295	237
	TI em Informática	329	237	356	470	523	317	323
Campina Grande	TI em Edificações	373	229	260	277	348	334	393
	TI em Informática	440	418	706	872	926	716	723
	TI em Mineração	406	216	203	224	335	411	443
	TI em Petróleo e Gás	282	137	146	238	313	292	395
Catolé do Rocha	TI em Química	325	252	210	298	399	414	364
	TI em Administração	0	0	0	0	206	170	244
	TI em Edificações	312	253	230	291	309	266	341
	TI em Informática	251	223	327	489	455	431	315
Esperança	TI em Informática	158	140	172	329	285	230	142
	TI em Sistemas de Energia Renovável	121	47	79	150	259	181	311
Guarabira	TI em Contabilidade	146	109	117	166	136	118	180
	TI em Edificações	121	76	83	115	157	101	164
	TI em Informática	245	189	226	334	364	336	266

<i>Campus</i>	Curso	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Itabaiana	TI em Automação Industrial	150	125	154	170	68	166	256
	TI em Eletromecânica	208	109	129	266	142	115	119
	TI em Informática	0	0	0	0	221	186	168
Itaporanga	TI em Edificações	125	117	104	127	120	158	137
	TI em Informática	108	92	122	179	199	184	239
João Pessoa	TI em Contabilidade	349	315	362	410	434	370	367
	TI em Controle Ambiental	565	300	364	399	414	436	401
	TI em Edificações	304	245	255	245	236	248	254
	TI em Eletrônica	202	113	146	155	189	166	205
	TI em Eletrotécnica	410	266	256	295	288	401	347
	TI em Informática	804	764	1011	1194	1176	716	727
	TI em Instrumento Musical	254	241	187	238	230	260	295
	TI em Mecânica	214	123	184	169	227	212	235
	TI em Edificações	104	77	82	85	65	84	140
Monteiro	TI em Informática	0	0	0	306	401	321	205
	TI em Instrumento Musical	132	79	69	112	131	152	212
	TI em Manutenção e Suporte em Informática	180	130	205	0	0	0	0
	TI em Edificações	172	93	108	156	140	111	261
Patos	TI em Eletrotécnica	125	80	55	110	109	93	105
	TI em Informática	209	175	283	364	340	248	266
	TI em Segurança do Trabalho	251	116	172	205	182	197	267
	TI em Design de Moda	0	0	0	0	2	61	50
Pedras de Fogo	TI em Informática	0	0	0	0	136	152	148
Picuí	TI em Edificações	150	90	121	149	168	103	132
	TI em Geologia	137	56	62	116	127	142	120
	TI em Informática	165	122	180	239	236	202	185
	TI em Mineração	50	52	48	94	158	139	170
Princesa	TI em Edificações	76	45	31	46	61	61	85
Isabel	TI em Informática	51	52	83	111	129	140	102
	TI em Meio Ambiente	60	34	35	42	94	119	190
Santa Luzia	TI em Informática	121	98	129	186	150	132	170
	TI em Sistemas de Energia Renovável	0	0	0	0	80	101	114
Santa Rita	TI em Informática	215	203	318	340	434	309	351
	TI em Meio Ambiente	223	162	116	164	363	269	375
Sousa - Unid Sede	TI em Informática	144	104	177	255	242	190	158
Sousa - Unid	Técnico Integrado em Agroindústria	121	101	69	117	131	116	161
São Gonçalo	Técnico Integrado em Agropecuária	128	73	106	175	221	160	178
	Técnico Integrado em Meio Ambiente	99	63	94	87	101	91	117
Total		11181	8042	9708	12450	14270	12731	13774

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 3 apresenta a distribuição das inscrições por curso e *campus* do IFPB entre os anos de 2020 e 2026, permitindo identificar os cursos com maior capacidade de atração de candidatos, bem como as mudanças no perfil da demanda ao longo do período analisado.

Os dados evidenciam que os cursos da área de Informática constituem o principal segmento de atração de candidatos em praticamente todos os *campi* do IFPB. Em diversas unidades, o curso Técnico Integrado em Informática apresentou os maiores quantitativos de

inscrições da série histórica, destacando-se especialmente nos *campi* João Pessoa, Campina Grande, Cajazeiras, Guarabira, Itaporanga, Santa Rita e Sousa.

Esse comportamento pode estar relacionado à crescente valorização social das tecnologias digitais e à percepção de maiores oportunidades profissionais na área de tecnologia da informação.

Entre todos os cursos analisados, o Técnico Integrado em Informática do *Campus* João Pessoa apresentou os maiores números de inscritos em toda a série histórica. O curso passou de 804 candidatos em 2020 para 1.194 em 2023, mantendo-se acima de 700 inscritos mesmo após oscilações observadas em 2025 e 2026. Trata-se do curso com maior número de inscrições no conjunto analisado.

Também merecem destaque:

- Técnico Integrado em Informática – *Campus* Campina Grande (926 inscritos em 2024);
- Técnico Integrado em Informática – *Campus* Cajazeiras (523 inscritos em 2024);
- Técnico Integrado em Controle Ambiental – *Campus* João Pessoa (565 inscritos em 2020 e 436 em 2025);
- Técnico Integrado em Mineração – *Campus* Campina Grande (443 inscritos em 2026);
- Técnico Integrado em Petróleo e Gás – *Campus* Campina Grande (395 inscritos em 2026).

Esses resultados demonstram a forte procura por cursos relacionados às áreas de tecnologia, indústria, meio ambiente e infraestrutura.

Alguns cursos apresentaram crescimento expressivo ao longo da série histórica. O curso Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável, ofertado nos *campi* Esperança e Santa Luzia, merece destaque. Em Esperança, as inscrições passaram de 121 candidatos em 2020 para 311 em 2026, representando crescimento superior a 150%. Em Santa Luzia, o curso foi implantado apenas em 2024 e já alcançou 114 inscritos em 2026.

Esse comportamento sugere crescente interesse dos estudantes por áreas associadas à transição energética, sustentabilidade e fontes renováveis de energia, temas cada vez mais presentes nas agendas econômicas e ambientais.

A criação de novos cursos também influenciou o aumento da demanda institucional. O curso Técnico Integrado em Administração, implantado em Catolé do Rocha em 2024,

registrou crescimento de 206 para 244 inscritos em apenas três anos. Situação semelhante ocorreu com:

- Técnico Integrado em Química (*Campus Cabedelo*), que teve 60 inscrições em 2026;
- Técnico Integrado em Informática (*Campus Itabaiana*), implantado em 2024 com 221 inscritos;
- Técnico Integrado em Design de Moda (*Campus Pedras de Fogo*), iniciado em 2024;
- Técnico Integrado em Sistemas de Energia Renovável (*Campus Santa Luzia*), implantado em 2024.

Esses resultados indicam que a diversificação da oferta de cursos tem contribuído para ampliar o alcance institucional e atender demandas específicas das diferentes regiões do estado.

Entre os cursos que mais cresceram proporcionalmente entre 2020 e 2026 destacam-se:

- Meio Ambiente – *Campus Princesa Isabel* (60 para 190 inscritos);
- Sistemas de Energia Renovável – *Campus Esperança* (121 para 311 inscritos);
- Petróleo e Gás – *Campus Campina Grande* (282 para 395 inscritos);
- Mineração – *Campus Picuí* (50 para 170 inscritos);
- Segurança do Trabalho – *Campus Patos* (251 para 267 inscritos, após oscilações intermediárias);
- Automação Industrial – *Campus Itabaiana* (150 para 256 inscritos).

O crescimento desses cursos evidencia mudanças no perfil de interesse dos candidatos, com fortalecimento de áreas ligadas à indústria, energia, mineração, automação e sustentabilidade.

Apesar da tendência predominante de crescimento, alguns cursos apresentaram redução ou comportamento oscilante ao longo do período. O curso Técnico Integrado em Multimídia do *Campus Cabedelo*, por exemplo, atingiu seu pico em 2024 com 251 inscritos e reduziu para 150 em 2026. Situação semelhante ocorreu com o curso Técnico Integrado em Informática de Esperança, que passou de 329 inscritos em 2023 para 142 em 2026.

Também chama atenção o curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática do *Campus Monteiro*, que registrou 180 inscritos em 2020, deixou de ser ofertado posteriormente e praticamente desapareceu da série histórica, sugerindo substituição por outro curso ou reestruturação da oferta acadêmica.

A tabela evidencia ainda a forte relação entre os cursos ofertados e as características econômicas das regiões onde os *campi* estão inseridos. Em municípios com tradição agropecuária, como Sousa, observa-se elevada procura pelos cursos de Agropecuária e Agroindústria. Em Picuí e Campina Grande, destacam-se cursos relacionados à mineração e ao setor industrial. Já nos *campi* localizados em áreas urbanas mais densas, como João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita, predominam cursos voltados para tecnologia da informação, controle ambiental e áreas técnicas diversificadas.

Essa distribuição demonstra que a política de oferta de cursos do IFPB busca atender às vocações produtivas regionais, contribuindo para a formação de mão de obra qualificada alinhada às necessidades locais.

Os resultados revelam que a expansão das inscrições observada entre 2020 e 2026 foi acompanhada pela consolidação de cursos tradicionais, especialmente os da área de Informática, e pela crescente valorização de cursos vinculados à sustentabilidade, energia renovável, automação e setores industriais. Além disso, a criação de novos cursos e a interiorização da oferta contribuíram para ampliar o acesso à educação profissional em diferentes regiões da Paraíba, reforçando o papel do IFPB como agente estratégico de desenvolvimento regional e inclusão educacional.

Tabela 4 – Número total de inscritos por curso Técnico Integrado (TI) e *campus* (2020–2026)

<i>Campus</i>	Curso	Total
João Pessoa	TI em Informática	6392
Campina Grande	TI em Informática	4801
João Pessoa	TI em Controle Ambiental	2879
João Pessoa	TI em Contabilidade	2607
Cajazeiras	TI em Informática	2555
Catolé do Rocha	TI em Informática	2491
João Pessoa	TI em Eletrotécnica	2263
Campina Grande	TI em Química	2262
Campina Grande	TI em Mineração	2238
Campina Grande	TI em Edificações	2214
Santa Rita	TI em Informática	2170
Catolé do Rocha	TI em Edificações	2002
Guarabira	TI em Informática	1960
Patos	TI em Informática	1885
Campina Grande	TI em Petróleo e Gás	1803
João Pessoa	TI em Edificações	1787
João Pessoa	TI em Instrumento Musical	1705
Santa Rita	TI em Meio Ambiente	1672
Cajazeiras	TI em Edificações	1520
Esperança	TI em Informática	1456
Cajazeiras	TI em Eletromecânica	1433
Cabedelo	TI em Multimídia	1415
Patos	TI em Segurança do Trabalho	1390
João Pessoa	TI em Mecânica	1364

<i>Campus</i>	Curso	Total
Picuí	TI em Informática	1329
Sousa - Unidade Sede	TI em Informática	1270
Monteiro	TI em Informática	1233
João Pessoa	TI em Eletrônica	1176
Esperança	TI em Sistemas de Energia Renovável	1148
Itaporanga	TI em Informática	1123
Itabaiana	TI em Automação Industrial	1089
Itabaiana	TI em Eletromecânica	1088
Patos	TI em Edificações	1041
Sousa - Unidade São Gonçalo	TI em Agropecuária	1041
Cabedelo	TI em Meio Ambiente	1031
Santa Luzia	TI em Informática	986
Guarabira	TI em Contabilidade	972
Picuí	TI em Edificações	913
Itaporanga	TI em Edificações	888
Monteiro	TI em Instrumento Musical	887
Guarabira	TI em Edificações	817
Sousa - Unidade São Gonçalo	TI em Agroindústria	816
Picuí	TI em Geologia	760
Cabedelo	TI em Recursos Pesqueiros	732
Picuí	TI em Mineração	711
Patos	TI em Eletrotécnica	677
Princesa Isabel	TI em Informática	668
Sousa - Unidade São Gonçalo	TI em Meio Ambiente	652
Monteiro	TI em Edificações	637
Catolé do Rocha	TI em Administração	620
Cabedelo Centro	TI em Serviços Jurídicos	614
Itabaiana	TI em Informática	575
Princesa Isabel	TI em Meio Ambiente	574
Monteiro	TI em Manutenção e Suporte em Informática	515
Pedras de Fogo	TI em Informática	436
Princesa Isabel	TI em Edificações	405
Santa Luzia	TI em Sistemas de Energia Renovável	295
Pedras de Fogo	TI em Design de Moda	113
Cabedelo	TI em Química	60
Total		82156

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 4 apresenta o total acumulado de inscrições por *campus* e curso no período de 2020 a 2026, permitindo observar a distribuição da demanda entre as diferentes áreas de formação ofertadas pelo IFPB. Por se tratar de uma tabela consolidada, seu principal objetivo é sintetizar quais cursos e unidades concentraram maior número de inscrições ao longo da série histórica, complementando a análise anual apresentada anteriormente.

Os dados evidenciam a centralidade dos cursos da área de Informática no conjunto das inscrições. O curso Técnico Integrado em Informática do *Campus* João Pessoa aparece com o maior quantitativo acumulado, totalizando 6.392 inscrições no período, seguido pelo mesmo curso no *Campus* Campina Grande, com 4.801 inscrições. A presença da Informática também se destaca em outras unidades, como Cajazeiras, Catolé do Rocha, Santa Rita, Guarabira e

Patos, indicando que a área constitui um dos principais eixos de atração dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

Além da área de Informática, observa-se forte procura por cursos vinculados aos campos ambiental, industrial, contábil e de infraestrutura. No *Campus* João Pessoa, destacam-se os cursos Técnicos Integrados em Controle Ambiental, com 2.879 inscrições, e em Contabilidade, com 2.607 inscrições. Em Campina Grande, além de Informática, aparecem entre os maiores quantitativos os cursos de Química, Mineração, Edificações e Petróleo e Gás. Esses dados demonstram que a demanda não se restringe à tecnologia da informação, mas também alcança formações técnicas relacionadas a setores produtivos diversos.

A tabela também evidencia a relevância de *campi* localizados fora dos maiores centros urbanos do estado. Catolé do Rocha registra 2.491 inscrições em Informática e 2.002 em Edificações; Santa Rita apresenta 2.170 inscrições em Informática e 1.672 em Meio Ambiente; Cajazeiras reúne 2.555 inscrições em Informática e 1.520 em Edificações. Esses resultados indicam que a procura pelos Cursos Técnicos Integrados se distribui por diferentes regiões da Paraíba, reforçando a importância da presença territorial do IFPB para além dos *campi* João Pessoa e Campina Grande.

Na parte inferior da tabela, aparecem cursos com menor número acumulado de inscrições, como Design de Moda em Pedras de Fogo, Sistemas de Energia Renovável em Santa Luzia e Química em Cabedelo. Esses quantitativos menores devem ser interpretados com cautela, pois podem estar relacionados a fatores como implantação mais recente, menor tempo de oferta, especificidade da área ou menor densidade populacional da região atendida. Ainda assim, tais cursos revelam a diversificação da matriz de oferta do IFPB e a tentativa de atender a diferentes vocações locais e demandas formativas.

Assim, a Tabela 4 confirma dois movimentos complementares: a concentração da demanda em cursos tradicionais e de maior visibilidade, especialmente na área de Informática, e a diversificação da oferta em diferentes *campi* e áreas técnicas. Esse panorama contribui para compreender a capilaridade institucional do IFPB e a distribuição da procura pelos Cursos Técnicos Integrados no período analisado.

4.2 Distribuição das inscrições por sexo e *campus*

Tabela 5 – Número de inscritos por ano e *campus* do sexo masculino (2020–2026)

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	%
Cabedelo	246	178	198	192	292	220	245	4,08

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	%
Cabedelo Centro	33	19	15	20	26	39	54	0,53
Cajazeiras	368	241	295	367	466	430	379	6,61
Campina Grande	838	603	722	886	1094	1033	1127	16,36
Catolé do Rocha	233	212	231	361	468	400	412	6,01
Esperança	121	88	121	206	258	185	216	3,10
Guarabira	223	189	193	269	310	249	263	4,40
Itabaiana	169	101	132	217	204	201	239	3,28
Itaporanga	97	86	116	133	142	162	157	2,32
João Pessoa	1504	1159	1451	1526	1608	1389	1490	26,29
Monteiro	188	125	175	246	271	261	248	3,93
Patos	337	221	288	374	366	287	395	5,89
Pedras de Fogo	0	0	0	0	59	101	83	0,63
Picuí	215	133	168	288	302	257	262	4,22
Princesa Isabel	82	64	66	102	127	131	187	1,97
Santa Luzia	53	48	56	98	93	108	135	1,53
Santa Rita	200	169	202	240	364	278	331	4,63
Sousa - Unidade Sede	84	67	93	124	122	80	90	1,71
Sousa - Unidade São Gonçalo	130	104	96	144	165	149	178	2,51
Total	5121	3807	4618	5793	6737	5960	6491	100

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 5 apresenta a distribuição das inscrições do sexo masculino por *campus* do IFPB entre 2020 e 2026, incluindo o percentual acumulado de cada unidade no total de inscrições masculinas registradas no período. A tabela permite observar tanto a evolução anual desse segmento quanto a sua distribuição territorial entre os diferentes *campi* da instituição.

No conjunto da série histórica, o número de inscrições masculinas passou de 5.121, em 2020, para 6.491, em 2026, o que representa crescimento aproximado de 26,8% no período. Assim como ocorreu no total geral de inscrições, observa-se queda em 2021, quando foram registradas 3.807 inscrições masculinas, seguida de recuperação nos anos posteriores. O maior quantitativo da série foi registrado em 2024, com 6.737 inscrições, enquanto 2026 apresentou o segundo maior valor do período analisado.

A distribuição por *campus* evidencia maior concentração das inscrições masculinas nos *campi* João Pessoa e Campina Grande. João Pessoa apresentou o maior peso acumulado da série, com 26,29% das inscrições masculinas entre 2020 e 2026. Em 2026, o *campus* registrou 1.490 inscrições desse grupo. Campina Grande aparece na sequência, com 16,36% do total acumulado e 1.127 inscrições masculinas em 2026. Somados, esses dois *campi* concentram 42,65% das inscrições masculinas acumuladas no período, indicando a centralidade dos maiores polos urbanos na demanda masculina pelos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

Além desses dois *campi*, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Santa Rita, Guarabira e Picuí apresentam participação intermediária no total acumulado de inscrições masculinas.

Esses resultados demonstram que a demanda masculina não se restringe aos maiores centros urbanos, mas também se distribui por unidades localizadas em diferentes regiões do estado, o que reforça a importância da presença territorial do IFPB.

A análise longitudinal também aponta crescimento em alguns *campi* interiorizados. Princesa Isabel passou de 82 inscrições masculinas em 2020 para 187 em 2026, mais que dobrando o quantitativo no período. Santa Luzia apresentou movimento semelhante, passando de 53 para 135 inscrições. Também se observam trajetórias de expansão em unidades como Esperança, Itabaiana e Itaporanga, ainda que com oscilações ao longo da série. Esses dados sugerem ampliação gradual da procura masculina pelos Cursos Técnicos Integrados em municípios de menor porte.

O *Campus* Pedras de Fogo passou a registrar inscrições masculinas a partir de 2024, com 59 registros, alcançando 83 em 2026. Cabedelo Centro, por sua vez, ampliou sua participação de 33 inscrições masculinas em 2020 para 54 em 2026. Embora esses quantitativos sejam menores em comparação aos *campi* de maior porte, eles indicam inserção progressiva dessas unidades na série analisada.

Algumas variações também merecem atenção. O *Campus* Patos apresentou recuperação em 2026, alcançando 395 inscrições masculinas após registrar 287 em 2025. Já outras unidades mantiveram comportamento mais oscilante, o que indica que a evolução das inscrições masculinas não ocorre de forma homogênea entre os *campi*. Essas diferenças podem estar relacionadas à oferta de cursos, à localização das unidades, à dinâmica regional e ao perfil da demanda em cada território.

Assim, a Tabela 5 evidencia que as inscrições masculinas constituem parcela expressiva da demanda pelos Cursos Técnicos Integrados do IFPB, com forte concentração nos *campi* João Pessoa e Campina Grande, mas também com presença relevante em unidades interiorizadas. O comportamento observado reforça a necessidade de analisar o perfil dos inscritos não apenas em termos gerais, mas também segundo sexo, *campus* e distribuição territorial.

Tabela 6 – Número de inscritos por ano e *campus* do sexo feminino (2020–2026)

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	%
Cabedelo	248	184	216	242	288	241	248	3,82
Cabedelo Centro	69	45	45	36	44	73	96	0,94
Cajazeiras	431	271	363	504	517	417	459	6,79
Campina Grande	988	649	803	1023	1227	1134	1191	16,08
Catolé do Rocha	330	264	326	419	502	467	488	6,41
Esperança	158	99	130	273	286	226	237	3,23
Guarabira	289	185	233	346	347	306	347	4,71
Itabaiana	189	133	151	219	227	266	304	3,41

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	%
Itaporanga	136	123	110	173	177	180	219	2,56
João Pessoa	1598	1208	1314	1579	1586	1420	1341	23,03
Monteiro	228	161	181	257	326	296	309	4,03
Patos	420	243	330	461	405	362	504	6,25
Pedras de Fogo	0	0	0	0	79	112	115	0,70
Picuí	287	187	243	310	387	329	345	4,79
Princesa Isabel	105	67	83	97	157	189	190	2,04
Santa Luzia	68	50	73	88	137	125	149	1,58
Santa Rita	238	196	232	264	433	300	395	4,72
Sousa - Unidade Sede	60	38	84	131	120	110	68	1,40
Sousa - Unidade São Gonçalo	218	132	173	235	288	218	278	3,53
Total	6060	4235	5090	6657	7533	6771	7283	100

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 6 apresenta a distribuição das inscrições do sexo feminino por *campus* do IFPB entre 2020 e 2026, incluindo o percentual acumulado de cada unidade em relação ao total de inscrições femininas registradas no período. A tabela permite observar a evolução anual desse segmento e sua distribuição territorial entre os diferentes *campi* da instituição.

No conjunto da série histórica, o número de inscrições femininas passou de 6.060, em 2020, para 7.283, em 2026, representando crescimento aproximado de 20,2%. Assim como observado no total geral de inscrições, houve redução em 2021, quando foram registradas 4.235 inscrições femininas, seguida de recuperação nos anos posteriores. O maior quantitativo da série ocorreu em 2024, com 7.533 inscrições, enquanto 2026 apresentou o segundo maior valor do período analisado.

A distribuição por *campus* expõe maior concentração das inscrições femininas nos *campi* João Pessoa e Campina Grande. João Pessoa apresentou o maior peso acumulado da série, com 23,03% das inscrições femininas entre 2020 e 2026. Em 2026, o *campus* registrou 1.341 inscrições desse grupo. Campina Grande aparece na sequência, com 16,08% do total acumulado e 1.191 inscrições femininas em 2026. Somados, esses dois *campi* concentram 39,11% das inscrições femininas acumuladas no período, indicando a centralidade dos maiores polos urbanos também na demanda feminina pelos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

Apesar dessa concentração, observa-se participação relevante de *campi* localizados no interior do estado, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Picuí, Santa Rita e Guarabira apresentam percentuais acumulados entre aproximadamente 4,7% e 6,8% das inscrições femininas. Esses dados indicam que a presença feminina na demanda pelo PSCT não se restringe aos *campi* de maior porte, distribuindo-se por diferentes regiões da Paraíba.

A análise longitudinal revela crescimento em alguns *campi* interiorizados. Princesa Isabel passou de 105 inscrições femininas em 2020 para 190 em 2026, aumento de

aproximadamente 81%. Santa Luzia apresentou expansão de 68 para 149 inscrições no mesmo período, crescimento superior a 100%. Também se observam aumentos em Itabaiana, que passou de 189 para 304 inscrições, e em Itaporanga, que avançou de 136 para 219. Esses movimentos sugerem ampliação gradual da procura feminina pelos Cursos Técnicos Integrados em municípios de menor porte.

Também merece atenção o comportamento de *campi* com inserção mais recente ou menor participação acumulada. Pedras de Fogo passou a registrar inscrições femininas a partir de 2024, com 79 registros, alcançando 115 em 2026. Cabedelo Centro, por sua vez, apresentou oscilação ao longo da série, mas encerrou o período com 96 inscrições femininas em 2026, valor superior ao registrado em 2020. Embora esses quantitativos sejam menores em comparação aos *campi* de maior porte, eles indicam presença feminina também em unidades com menor peso relativo no total institucional.

Algumas unidades apresentaram comportamento mais oscilante. João Pessoa, embora permaneça com o maior percentual acumulado, registrou redução de 1.598 inscrições femininas em 2020 para 1.341 em 2026. Patos, por outro lado, apresentou recuperação expressiva em 2026, alcançando 504 inscrições femininas após registrar 362 em 2025. Santa Rita também oscilou ao longo do período, com pico em 2024 e posterior redução, ainda que mantendo quantitativo relevante em 2026.

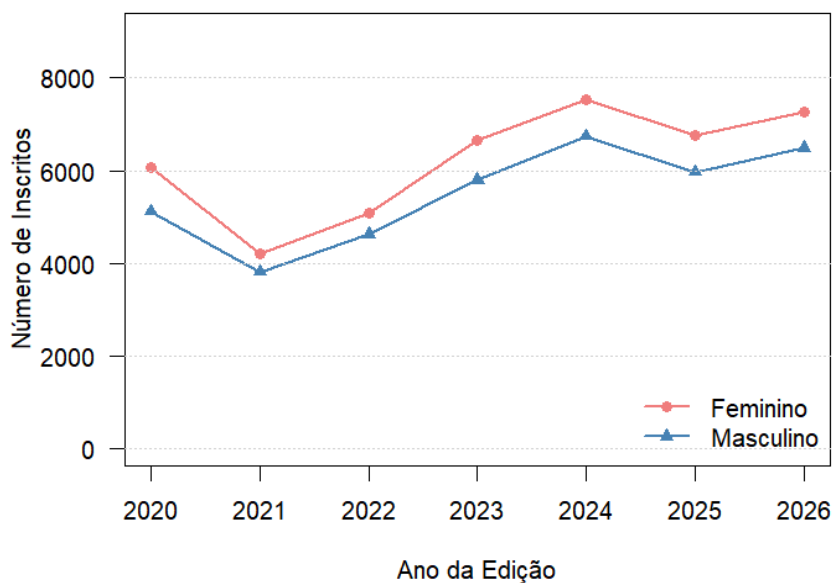
Assim, a Tabela 6 evidencia que as inscrições femininas constituem parcela majoritária da demanda pelos Cursos Técnicos Integrados do IFPB no período analisado, com concentração nos *campi* João Pessoa e Campina Grande, mas também com presença expressiva em unidades interiorizadas. Esse comportamento reforça a importância de observar o perfil dos inscritos por sexo de forma articulada à distribuição territorial da oferta, permitindo compreender melhor como a demanda feminina se apresenta nos diferentes *campi* da instituição.

Tabela 7 – Número de inscritos por ano e sexo (2020–2026)

Sexo	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	%
Masculino	5121	3807	4618	5793	6737	5960	6491	46,89
Feminino	6060	4235	5090	6657	7533	6771	7283	53,11
Total	11181	8042	9708	12450	14270	12731	13774	100

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gráfico 1 - Número de inscritos por sexo e ano (2020–2026)



A Tabela 7 apresenta a distribuição geral das inscrições no PSCT/IFPB por sexo entre 2020 e 2026, enquanto o gráfico correspondente permite visualizar a evolução anual das inscrições masculinas e femininas ao longo da série histórica. Diferentemente das Tabelas 5 e 6, que detalham a distribuição por sexo em cada *campus*, a Tabela 7 sintetiza o comportamento geral dessa variável no conjunto institucional.

Os dados demonstram que as inscrições femininas superaram as masculinas em todos os anos analisados. Em 2020, foram registradas 6.060 inscrições femininas e 5.121 masculinas. Em 2026, esses quantitativos passaram para 7.283 e 6.491, respectivamente. No acumulado do período, as mulheres representaram 53,11% das inscrições, enquanto os homens corresponderam a 46,89%, evidenciando uma predominância feminina na procura pelos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB.

O gráfico reforça essa interpretação ao mostrar que as duas curvas apresentam comportamento semelhante ao longo do tempo: queda em 2021, recuperação progressiva a partir de 2022, pico em 2024, redução em 2025 e nova elevação em 2026. No entanto, mesmo acompanhando a mesma tendência geral, a linha referente ao sexo feminino permanece acima da linha masculina durante toda a série, indicando que a maior participação das mulheres não foi um fenômeno pontual, mas uma característica constante no período investigado.

Observa-se ainda que ambos os grupos apresentaram crescimento entre 2020 e 2026. As inscrições masculinas passaram de 5.121 para 6.491, enquanto as femininas avançaram de 6.060 para 7.283. Embora o crescimento relativo masculino tenha sido ligeiramente superior, essa variação não alterou a configuração geral da série, marcada pela predominância feminina no total de inscrições.

Dessa forma, a Tabela 7 e o gráfico correspondente evidenciam que a demanda pelos Cursos Técnicos Integrados do IFPB apresenta participação expressiva de ambos os sexos, mas com presença feminina majoritária ao longo de todo o período analisado. Esse resultado contribui para a caracterização do perfil demográfico dos candidatos inscritos no PSCT, sem permitir, isoladamente, conclusões sobre matrícula efetivada, permanência ou desempenho acadêmico.

Tabela 8 – Distribuição das inscrições por *campus*, ano e percentual acumulado (2020–2026)

<i>Campus</i>	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	%
Cabedelo	494	362	414	434	580	461	493	3,94
Cabedelo Centro	102	64	60	56	70	112	150	0,75
Cajazeiras	799	512	658	871	983	847	838	6,70
Campina Grande	1826	1252	1525	1909	2321	2167	2318	16,21
Catolé do Rocha	563	476	557	780	970	867	900	6,22
Esperança	279	187	251	479	544	411	453	3,17
Guarabira	512	374	426	615	657	555	610	4,56
Itabaiana	358	234	283	436	431	467	543	3,35
Itaporanga	233	209	226	306	319	342	376	2,45
João Pessoa	3102	2367	2765	3105	3194	2809	2831	24,55
Monteiro	416	286	356	503	597	557	557	3,98
Patos	757	464	618	835	771	649	899	6,08
Pedras de Fogo	0	0	0	0	138	213	198	0,67
Picuí	502	320	411	598	689	586	607	4,52
Princesa Isabel	187	131	149	199	284	320	377	2,00
Santa Luzia	121	98	129	186	230	233	284	1,56
Santa Rita	438	365	434	504	797	578	726	4,68
Sousa - Unidade Sede	144	105	177	255	242	190	158	1,55
Sousa - Unidade São Gonçalo	348	236	269	379	453	367	456	3,05
Total	11181	8042	9708	12450	14270	12731	13774	100

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 8 apresenta a distribuição das inscrições por *campus* do IFPB entre 2020 e 2026, incluindo o percentual acumulado de cada unidade em relação ao total de 82.156 inscrições registradas no período. Dessa forma, a tabela permite observar tanto a evolução anual das inscrições quanto o peso relativo de cada *campus* no conjunto institucional.

Os dados evidenciam a permanência de forte concentração da demanda nos *campi* João Pessoa e Campina Grande. O *Campus* João Pessoa apresenta o maior peso acumulado da série, com 24,55% das inscrições registradas entre 2020 e 2026. Em 2026, a unidade contabilizou 2.831 inscrições, mantendo-se como o *campus* com maior procura no PSCT. O *Campus* Campina Grande aparece em seguida, com 16,21% do total acumulado e 2.318 inscrições em 2026. Somados, esses dois *campi* concentram 40,76% das inscrições acumuladas no período analisado, indicando a centralidade dos maiores centros urbanos do estado na demanda pelos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

Apesar dessa concentração, a tabela também demonstra a relevância dos *campi* interiorizados. Unidades como Cajazeiras, Catolé do Rocha, Patos, Santa Rita, Guarabira e Picuí apresentam participação intermediária no total acumulado, com percentuais entre aproximadamente 4% e 7%. Esses resultados indicam que a procura pelos cursos do IFPB não se limita à capital e a Campina Grande, mas se distribui por diferentes regiões da Paraíba, confirmando a importância da capilaridade institucional da Rede Federal no estado.

A análise longitudinal permite observar ainda o crescimento de alguns *campi* do interior entre 2020 e 2026. Princesa Isabel passou de 187 para 377 inscrições, praticamente duplicando sua demanda no período. Santa Luzia ampliou o número de inscrições de 121 para 284, enquanto Esperança passou de 279 para 453. Esses movimentos sugerem ampliação gradual da procura pelos cursos técnicos integrados em municípios de menor porte e reforçam a presença do IFPB em regiões fora dos principais polos urbanos.

Também se destacam os *campi* com inserção mais recente ou participação ainda reduzida na série. Pedras de Fogo passou a registrar inscrições a partir de 2024, com 138 registros, alcançando 198 em 2026. Cabedelo Centro, por sua vez, apresentou crescimento de 102 inscrições em 2020 para 150 em 2026. Embora esses quantitativos sejam menores em comparação aos *campi* de maior porte, eles indicam a diversificação territorial da oferta e a possibilidade de consolidação progressiva dessas unidades nos ciclos seletivos seguintes.

Por outro lado, alguns *campi* apresentaram oscilações no período. O *Campus* Sousa – Unidade Sede registrou redução entre 2023 e 2026, enquanto Patos e Santa Rita tiveram comportamento mais variável, com quedas em determinados anos e recuperação posterior. Essas variações mostram que a demanda por *campus* não evolui de forma homogênea, podendo ser influenciada por fatores como oferta de cursos, localização, dinâmica regional e mudanças no perfil dos candidatos.

Assim, a Tabela 8 evidencia dois movimentos complementares: a concentração das inscrições nos *campi* João Pessoa e Campina Grande e a distribuição significativa da demanda entre unidades interiorizadas. Esse resultado reforça a importância de analisar o PSCT não apenas pelo total de inscrições, mas também pela sua distribuição territorial, uma vez que o alcance institucional do IFPB se expressa tanto nos grandes centros urbanos quanto em diferentes regiões do interior paraibano.

4.3 Modalidades de Ingresso e Política de Cotas nas inscrições

Tabela 9 – Distribuição das inscrições por modalidade de ingresso e ano (2020–2026)

Edição	Ampla		EEP		Total
2020	5940	53,13%	5241	46,87%	11181
2021	4954	61,60%	3088	38,40%	8042
2022	6031	62,12%	3677	37,88%	9708
2023	7385	59,32%	5065	40,68%	12450
2024	7657	53,66%	6613	46,34%	14270
2025	5039	39,58%	7692	60,42%	12731
2026	5384	39,09%	8390	60,91%	13774
Total	42390		39766		82156

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 9 apresenta a distribuição dos inscritos segundo a modalidade de ingresso, distinguindo a proporção de candidatos da Ampla Concorrência daqueles enquadrados nas vagas reservadas para Egressos de Escolas Públicas (EEP). A análise desses dados e de suas respectivas participações percentuais permite avaliar de forma mais precisa as mudanças na composição das políticas de ação afirmativa nos processos seletivos do IFPB ao longo do período de 2020 a 2026.

Os resultados demonstram que, embora ambas as modalidades tenham acompanhado a expansão geral de inscritos na série histórica, a distribuição proporcional passou por transformações profundas:

- **Ampla Concorrência:** Em 2020, a modalidade representava a maioria absoluta dos candidatos, com 53,13% do total de inscritos (5.940 candidaturas). Esse domínio percentual atingiu seu ápice em 2022, alcançando 62,12% das inscrições. Apesar de manter volumes elevados e atingir seu pico nominal em 2024 (7.657 inscritos), a categoria registrou uma queda acentuada nos anos seguintes, encolhendo para 39,58% em 2025 e finalizando o período com 39,09% em 2026 (5.384 inscritos).
- **Egressos de Escolas Públicas (EEP):** Em contrapartida, as vagas destinadas à rede pública demonstraram um crescimento expressivo e consistente. Partindo de 46,87% das inscrições em 2020 (5.241 inscritos), a modalidade oscilou em torno dos 38% a 40% entre 2021 e 2023. Contudo, após registrar 46,34% em 2024, a categoria deu um salto histórico nos anos subsequentes.

A Inversão de Tendência (2025–2026) - A análise histórica revela uma importante reconfiguração das modalidades de ingresso na composição das inscrições. Se entre os anos de 2020 e 2024 a Ampla Concorrência manteve a liderança tanto em números absolutos quanto percentuais, o ano de 2025 marcou uma inversão drástica nessa tendência.

Em 2025, os candidatos EEP assumiram pela primeira vez o protagonismo, saltando para 60,42% do total de inscritos (7.692 candidatos), contra apenas 39,58% da Ampla

Concorrência. Essa predominância consolidou-se e ampliou-se ainda mais em 2026, quando os egressos de escola pública atingiram o ápice de 60,91% (8.390 inscrições). Com isso, a modalidade EEP superou a Ampla Concorrência em uma diferença expressiva de mais de 3 mil candidatos em termos nominais e de 21,82 pontos percentuais em termos proporcionais.

No acumulado de todo o período (2020–2026), foram contabilizadas 42.390 inscrições em Ampla Concorrência e 39.766 na modalidade EEP. Graças ao forte desempenho da Ampla Concorrência na primeira metade da série histórica, ela ainda preserva uma ligeira superioridade no consolidado, representando 51,6% do total geral acumulado. No entanto, a margem frente aos estudantes da rede pública – que fecham o período com 48,4% do montante histórico – tornou-se estreita.

Esse cenário é compatível com os efeitos esperados das políticas de reserva de vagas e com a reconfiguração normativa introduzida pela Lei nº 14.723/2023, consolidando o papel do IFPB na democratização e inclusão do acesso ao ensino público federal.

Tabela 10 – Distribuição das inscrições de EEP por faixa de renda (2020–2026)

Edição	EEP - Renda Inferior	EEP - Independente de Renda
2020	3860	1320
2021	2112	907
2022	3572	17
2023	3459	1478
2024	4431	1999
2025	221	7245
2026	153	7946

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 10 apresenta a distribuição dos candidatos egressos de escola pública segundo a faixa de renda declarada no momento da inscrição. Observa-se que, entre 2020 e 2024, predominavam os candidatos enquadrados na categoria de renda inferior, que representaram a maior parcela dos inscritos oriundos da rede pública em praticamente todo o período. Em 2024, por exemplo, essa modalidade alcançou seu maior quantitativo da série, com 4.431 inscrições.

Entretanto, a partir de 2025 verifica-se uma alteração expressiva na composição desse grupo. As inscrições na categoria EEP – Renda Inferior sofreram uma redução abrupta, passando de 4.431 registros, em 2024, para apenas 221, em 2025 e 153, em 2026. Em sentido oposto, as inscrições de candidatos classificados como EEP – Independente de Renda apresentaram crescimento acentuado, alcançando 7.245 registros em 2025 e 7.946 em 2026.

No acumulado do período, os candidatos egressos de escola pública classificados como Independente de Renda totalizaram 20.912 inscrições, superando os 17.808 registros

observados entre aqueles enquadrados na categoria de Renda Inferior. Esse resultado evidencia uma mudança estrutural no perfil dos candidatos oriundos da rede pública, especialmente nos anos mais recentes da série histórica.

A inflexão observada entre 2024 e 2025 coincide com a implementação das alterações introduzidas pela Lei nº 14.723/2023, que redefiniu os critérios de renda para acesso às vagas reservadas, reduzindo o limite de renda familiar *per capita* de um salário mínimo e meio para um salário mínimo. Dessa forma, parte dos candidatos que anteriormente se enquadravam na modalidade de renda inferior passou a concorrer nas categorias independentes de renda, contribuindo para a reconfiguração da distribuição observada nos processos seletivos mais recentes. Os resultados demonstram, portanto, que as alterações legislativas produziram mudanças imediatas sobre a composição das modalidades de ingresso destinadas aos egressos da rede pública de ensino.

Antes da análise da Tabela 11, é necessário esclarecer que os dados nela apresentados não devem ser interpretados como categorias absolutamente excludentes entre si. A organização das modalidades de cota decorre da própria lógica de classificação prevista nos editais do PSCT, especialmente a partir das alterações normativas introduzidas pela Lei nº 14.723/2023. Conforme o Edital nº 112/2024 do PSCT 2025, os candidatos inscritos nas vagas reservadas são classificados de acordo com o seu perfil socioeconômico, considerando critérios combinados, como procedência escolar pública, renda familiar, deficiência, pertencimento étnico-racial e condição quilombola.

Dessa forma, um mesmo candidato pode reunir simultaneamente mais de um critério de elegibilidade às ações afirmativas. Por exemplo, um estudante egresso de escola pública, com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e autodeclarado preto, pardo ou indígena, integra ao mesmo tempo o grupo de egressos de escola pública, o grupo de baixa renda e o grupo PPI. Assim, a Tabela 11 apresenta a evolução das modalidades e dos perfis associados às cotas, e não uma soma simples de categorias independentes.

Essa característica explica a aparente sobreposição de dados observada em algumas modalidades, sobretudo a partir de 2025, quando a nova organização das cotas passou a classificar os candidatos segundo uma combinação mais detalhada de critérios socioeconômicos e identitários. Portanto, os valores da Tabela 11 devem ser lidos como indicadores da presença e da evolução desses perfis no conjunto das inscrições, e não como totais mutuamente exclusivos.

Tabela 11 – Evolução dos perfis associados às modalidades de cota por ano (2020–2026)

Modalidade de Cota	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ARA	4	12	11	26	26	65	81
EEP - Independente de Renda - Não PPI	558	429	0	750	953	7183	7882
EEP - Independente de Renda - PcD	22	8	6	20	19	249	125
EEP - Independente de Renda - PPI	721	462	0	686	998	4577	4840
EEP - Independente de Renda - PPI - PcD	19	8	11	22	29	0	0
EEP - Independente de Renda - Quilombola	0	0	0	0	0	0	211
EEP - Renda Inferior - Não PPI	1594	929	1092	1551	1903	5964	6350
EEP - Renda Inferior - Não PPI - PcD	28	15	14	21	29	97	98
EEP - Renda Inferior - PPI	2211	1157	2454	1869	2476	3876	3936
EEP - Renda Inferior - PPI - PcD	27	11	12	18	23	0	0
EEP - Renda Inferior - Quilombola	0	0	0	0	0	104	131
PcD	54	57	77	102	157	161	210

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: Os valores iguais a zero não representam necessariamente ausência de candidatos, mas podem decorrer de alterações na nomenclatura e na forma de agrupamento das modalidades nos editais e na legislação federal.

A Tabela 11 apresenta a evolução das modalidades de cotas nos Processos Seletivos para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB entre 2020 e 2026. Os resultados evidenciam mudanças expressivas na composição das categorias de reserva de vagas ao longo do período, especialmente após as alterações promovidas pela Lei nº 14.723/2023.

Entre 2020 e 2024, destacaram-se as modalidades destinadas aos candidatos egressos de escola pública com renda inferior e autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (EEP – Renda Inferior – PPI), que registraram os maiores quantitativos de inscritos da série histórica. Em 2024, essa categoria alcançou 2.476 inscrições, constituindo uma das principais formas de acesso por meio das ações afirmativas. Também apresentaram participação relevante as modalidades EEP – Renda Inferior – Não PPI e EEP – Independente de Renda – PPI, refletindo a predominância dos critérios de renda e pertencimento étnico-racial na composição das cotas durante esse período.

A partir de 2025 observa-se uma mudança significativa na distribuição das inscrições entre as modalidades. As categorias vinculadas à condição de independente de renda passaram a concentrar a maior parte dos candidatos. A modalidade EEP – Independente de Renda – Não PPI apresentou crescimento expressivo, passando de 953 inscrições, em 2024, para

7.183, em 2025 e 7.882, em 2026. Comportamento semelhante foi observado na modalidade EEP – Independente de Renda – PPI, que saltou de 998 inscrições, em 2024, para 4.577, em 2025 e 4.840, em 2026.

Em contrapartida, as modalidades associadas ao critério de renda inferior apresentaram redução relativa de participação após a implementação da nova legislação. Esse movimento não deve ser interpretado como diminuição da procura por parte dos candidatos economicamente vulneráveis, mas como reflexo da redefinição dos critérios de classificação promovida pela Lei nº 14.723/2023, que alterou o limite de renda familiar *per capita* para enquadramento nas modalidades reservadas. Dessa forma, parte dos candidatos anteriormente classificados nas categorias de renda inferior passou a concorrer em modalidades independentes de renda, produzindo uma reconfiguração estatística das inscrições.

A tabela também evidencia os efeitos da ampliação dos grupos contemplados pelas ações afirmativas. A modalidade destinada a candidatos quilombolas surge a partir de 2025, registrando 104 inscrições na categoria de renda inferior e 131, em 2026. De forma semelhante, a modalidade EEP – Independente de Renda – Quilombola aparece pela primeira vez em 2026, com 211 inscrições, refletindo a incorporação desse grupo às políticas de reserva de vagas em decorrência das alterações legislativas recentes.

No caso das pessoas com deficiência, observa-se crescimento gradual da modalidade específica (PcD), que passou de 54 inscrições, em 2020, para 210, em 2026. Esse resultado sugere maior conhecimento das políticas de inclusão e ampliação da participação desse público nos processos seletivos do IFPB. Já as modalidades combinadas envolvendo simultaneamente pertencimento étnico-racial e deficiência apresentaram quantitativos reduzidos ao longo da série histórica, desaparecendo após as mudanças na estrutura das modalidades de ingresso implementadas nos editais mais recentes.

Em síntese, os resultados demonstram que a evolução das modalidades de cota no IFPB foi fortemente influenciada pelas alterações normativas ocorridas ao longo do período analisado. As mudanças observadas não indicam apenas crescimento ou redução de determinadas categorias, mas revelam uma reorganização estrutural do sistema de reserva de vagas, tornando-o mais abrangente e adaptado às transformações introduzidas na legislação federal sobre ações afirmativas.

Tabela 12 – Evolução dos grupos vinculados às modalidades de reserva de vagas (2020–2026)

Modalidade	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
ARA	4	12	11	26	26	65	81

Modalidade	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
EEP	5180	3019	3589	4937	6430	7466	8099
Independente de Renda	1320	907	17	1478	1999	7245	7946
Não PPI	2180	1373	1106	2322	2885	7370	8011
Não PcD	150	99	120	183	257	408	340
Renda Inferior	3860	2112	3572	3459	4431	6039	6419
Quilombola	0	0	0	0	0	104	215
Pretos, Pardos e Indígenas	5158	3011	3583	4917	6411	7460	8094

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 12 apresenta a evolução dos principais grupos de candidatos vinculados às modalidades de reserva de vagas nos Processos Seletivos para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB entre 2020 e 2026. Os resultados apresentam crescimento expressivo da participação dos grupos contemplados pelas ações afirmativas ao longo da série histórica, especialmente a partir de 2024.

Os candidatos egressos de escola pública constituem o grupo mais representativo da tabela. O número de inscrições passou de 5.180, em 2020, para 8.099, em 2026, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 56%, demonstrando a consolidação da rede pública como principal origem dos candidatos ao ensino técnico integrado do IFPB. Tendência semelhante é observada entre os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), que passaram de 5.158 inscrições, em 2020, para 8.094, em 2026, evidenciando o fortalecimento da participação dos grupos étnico-raciais contemplados pela política de cotas.

A análise das faixas de renda revela mudanças importantes na composição dos candidatos ao longo do período. Até 2024, predominavam os inscritos enquadrados na categoria de renda inferior, que alcançou 4.431 registros naquele ano. Entretanto, a partir de 2025, observa-se forte crescimento dos candidatos classificados como independentes de renda, que passaram de 1.999 inscrições, em 2024, para 7.245, em 2025, e 7.946, em 2026. Esse comportamento está diretamente relacionado às alterações promovidas pela Lei nº 14.723/2023, que redefiniu os critérios de renda utilizados na composição das modalidades de ingresso.

Os dados também evidenciam a ampliação dos grupos contemplados pelas ações afirmativas. Os candidatos quilombolas, ausentes nas edições anteriores, passaram a figurar

na série histórica a partir de 2025, registrando 104 inscrições naquele ano e 215 em 2026. Esse resultado reflete a incorporação desse segmento às políticas de reserva de vagas e demonstra a capacidade de adaptação do sistema de cotas às mudanças promovidas pela legislação federal.

Por sua vez, os registros relacionados à ampla reserva para pessoas com deficiência e demais categorias específicas apresentaram crescimento mais moderado ao longo da série histórica. Ainda assim, observa-se expansão gradual da participação desses grupos, indicando maior conhecimento das políticas de inclusão e ampliação do acesso às modalidades reservadas.

De forma geral, os resultados demonstram que a política de cotas tem contribuído para ampliar a participação de grupos historicamente sub-representados no acesso à educação profissional pública. O crescimento das inscrições entre egressos de escola pública, candidatos de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e quilombolas sugere que os mecanismos de reserva de vagas vêm desempenhando papel relevante na democratização do acesso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB.

4.4 Panorama dos Matriculados e Política de Cotas

Esta seção analisa o perfil dos estudantes efetivamente matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2021 a 2025. Diferentemente das seções anteriores, que trataram do comportamento das inscrições, o foco passa a ser a ocupação das vagas e a composição dos ingressantes segundo *campus*, curso, sexo, modalidade de ingresso, raça/cor, renda familiar, desempenho acadêmico e idade.

A análise dos matriculados permite compreender em que medida a demanda observada no processo seletivo se converteu em ingresso efetivo na instituição. Além disso, possibilita observar a participação das políticas de cotas na composição do corpo discente, considerando tanto as modalidades de ingresso quanto os diferentes perfis socioeconômicos e demográficos dos estudantes.

4.4.1 Ocupação das vagas e distribuição das matrículas por *campus* e curso

Tabela 13 – Número de vagas ofertadas e matrículas realizadas por ano (2021–2025)

Edição	Vagas	Matriculados	%
2021	2.390	2134	89,29%

Edição	Vagas	Matriculados	%
2022	2.435	2147	88,17%
2023	2.575	2419	93,94%
2024	2.855	2622	91,84%
2025	3.110	2649	85,18%
Total	13.365	11971	89,57%

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 13 apresenta o número de vagas ofertadas e de matrículas realizadas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB entre 2021 e 2025. Diferentemente das tabelas anteriores, voltadas ao comportamento das inscrições, esta tabela desloca a análise para a etapa posterior do processo seletivo, permitindo observar em que medida as vagas disponibilizadas foram efetivamente ocupadas pelos candidatos convocados.

No período analisado, o IFPB ofertou 13.365 vagas e registrou 11.971 matrículas, o que corresponde a uma taxa geral de preenchimento de 89,57%. Esse resultado indica que, de modo geral, a instituição manteve elevada capacidade de ocupação das vagas ofertadas, ainda que não tenha alcançado preenchimento integral em nenhum dos anos observados. Tal dado é relevante porque demonstra que a democratização do acesso não se limita ao volume de inscrições, mas também depende da efetivação da matrícula pelos candidatos classificados.

Observa-se crescimento tanto na oferta de vagas quanto no número absoluto de matriculados ao longo da série histórica. As vagas passaram de 2.390, em 2021, para 3.110, em 2025, enquanto as matrículas aumentaram de 2.134 para 2.649 no mesmo intervalo. Esse movimento revela ampliação da capacidade institucional de atendimento, acompanhada por aumento no número de estudantes efetivamente matriculados nos cursos técnicos integrados.

Apesar desse crescimento absoluto, a taxa de preenchimento apresentou oscilações. O melhor desempenho ocorreu em 2023, quando 2.419, das 2.575 vagas ofertadas, foram ocupadas, resultando em preenchimento de 93,94%. Em 2024, a taxa permaneceu elevada, alcançando 91,84%. Já em 2025, embora o número absoluto de matriculados tenha sido o maior da série, com 2.649 registros, a taxa de preenchimento caiu para 85,18%, em razão do aumento expressivo da oferta para 3.110 vagas.

Esse comportamento evidencia que a ampliação da oferta de vagas não implica, necessariamente, no crescimento proporcional da ocupação. Em 2025, por exemplo, a instituição registrou o maior número de vagas e de matrículas do período, mas também a menor taxa percentual de preenchimento. Esse resultado sugere a necessidade de observar, nas tabelas seguintes, como a ocupação se distribuiu por *campus*, curso e modalidade de ingresso,

a fim de identificar possíveis diferenças territoriais, institucionais ou associadas às categorias de concorrência.

Dessa forma, a Tabela 13 evidencia um quadro geral positivo de ocupação das vagas nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB, mas também aponta desafios relacionados ao preenchimento integral da oferta. A análise dos matriculados, portanto, complementa a leitura das inscrições, pois permite avançar da demanda inicial pelo processo seletivo para a efetivação concreta do ingresso na instituição.

Tabela 14 – Número de matriculados por *campus* e curso (2021–2025)

<i>Campus</i>	Curso	2021	2022	2023	2024	2025
Cabedelo	TI em Meio Ambiente	37	41	42	86	29
	TI em Multimídia	39	36	40	47	68
	TI em Recursos Pesqueiros	37	40	63	40	38
Cabedelo Centro	TI em Serviços Jurídicos	26	34	26	30	73
Cajazeiras	TI em Edificações	39	38	46	32	28
	TI em Eletromecânica	43	43	40	32	33
	TI em Informática	38	40	34	46	36
Campina Grande	TI em Edificações	83	87	83	85	79
	TI em Informática	35	40	43	39	84
	TI em Mineração	90	76	80	92	75
	TI em Petróleo e Gás	71	79	89	87	73
	TI em Química	89	80	88	75	72
Catolé do Rocha	TI em Administração	0	0	0	35	35
	TI em Edificações	81	83	66	88	68
	TI em Informática	62	54	75	87	66
Esperança	TI em Informática	32	27	27	44	34
	TI em Sistemas de Energia Renovável	33	32	36	80	70
Guarabira	TI em Contabilidade	35	37	41	34	35
	TI em Edificações	44	31	43	28	39
	TI em Informática	51	33	39	39	34
Itabaiana	TI em Automação Industrial	36	33	34	35	70
	TI em Eletromecânica	29	31	39	35	27
	TI em Informática	0	0	0	39	37
Itaporanga	TI em Edificações	42	61	80	47	65
	TI em Informática	31	33	31	63	59
João Pessoa	TI em Contabilidade	35	35	37	35	42
	TI em Controle Ambiental	30	42	41	40	35
	TI em Edificações	37	40	39	42	44

<i>Campus</i>	Curso	2021	2022	2023	2024	2025
Monteiro	TI em Eletrônica	41	40	37	37	39
	TI em Eletrotécnica	87	98	75	97	73
	TI em Informática	45	41	39	41	40
	TI em Instrumento Musical	42	39	44	35	38
	TI em Mecânica	42	38	41	41	36
	TI em Edificações	32	28	40	24	31
	TI em Informática	0	0	34	52	61
	TI em Instrumento Musical	38	30	29	27	65
Monteiro	TI em Manutenção e Suporte em Informática	31	37	0	0	0
Patos	TI em Edificações	33	37	35	42	32
	TI em Eletrotécnica	37	39	52	37	34
	TI em Informática	42	35	52	38	34
	TI em Segurança do Trabalho	36	42	57	46	36
Pedras de Fogo	TI em Design de Moda	0	0	0	0	38
Picuí	TI em Informática	0	0	0	37	78
	TI em Edificações	52	39	34	46	41
	TI em Geologia	32	42	34	44	37
	TI em Informática	39	42	46	45	40
	TI em Mineração	22	23	48	47	47
Princesa Isabel	TI em Edificações	20	21	28	36	28
	TI em Informática	18	21	23	32	33
	TI em Meio Ambiente	16	19	29	25	33
Santa Luzia	TI em Informática	29	35	41	32	37
	TI em Sistemas de Energia Renovável	0	0	0	33	33
Santa Rita	TI em Informática	33	30	73	60	66
	TI em Meio Ambiente	37	41	87	65	74
Sousa - Unid Sede	TI em Informática	23	25	28	35	24
Sousa - Unid São Gonçalo	TI em Agroindústria	30	25	29	33	26
	TI em Agropecuária	36	31	42	30	28
	TI em Meio Ambiente	36	43	40	43	19
Total		2134	2147	2419	2622	2649

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 14 apresenta a distribuição do número de matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, segundo *campus*, curso e ano, no período de 2021 a 2025. Essa tabela aprofunda a análise iniciada na Tabela 13, pois permite observar não apenas

o total de matrículas realizadas em cada edição, mas também a forma como essas matrículas se distribuíram entre as diferentes unidades e cursos da instituição.

Os dados evidenciam crescimento gradual no número total de matriculados ao longo da série histórica. Em 2021, foram registradas 2.134 matrículas, em 2022, 2.147, já em 2023, 2.419, enquanto em 2024, 2.622; e em 2025, 2.649. Esse movimento indica ampliação da ocupação institucional dos Cursos Técnicos Integrados no período analisado, ainda que a evolução não tenha ocorrido de maneira uniforme entre todos os *campi* e cursos.

Observa-se que alguns cursos mantiveram quantitativos elevados e relativamente estáveis ao longo dos anos, especialmente em *campi* de maior porte, como João Pessoa e Campina Grande. No *Campus* Campina Grande, destacam-se cursos como Edificações, Mineração, Petróleo e Gás e Química, que apresentam números expressivos de matriculados em toda a série. No *Campus* João Pessoa, o curso de Eletrotécnica também apresenta participação relevante, com elevados quantitativos anuais de matrículas. Esses resultados demonstram a permanência de cursos tradicionais com forte capacidade de ocupação de vagas.

Por outro lado, a tabela também revela oscilações importantes em determinados cursos. Em alguns casos, há crescimento expressivo em anos específicos, como no curso Técnico Integrado em Meio Ambiente do *Campus* Cabedelo, que registrou 86 matrículas, em 2024, mas caiu para 29, em 2025. Situação semelhante pode ser observada em cursos que apresentaram expansão recente, como Serviços Jurídicos no *Campus* Cabedelo Centro, que passou de 30 matrículas, em 2024, para 73, em 2025, e Informática no *Campus* Pedras de Fogo, que alcançou 78 matrículas, em 2025.

Os valores iguais a zero em determinados anos não devem ser interpretados, necessariamente, como ausência de procura ou fracasso de ocupação, mas como possível reflexo da inexistência de oferta, da não abertura de turma ou de mudanças na organização institucional da oferta em determinados períodos. Esse aspecto é observado, por exemplo, em cursos que passam a apresentar matrículas apenas a partir de 2023, 2024 ou 2025, indicando expansão ou reorganização da oferta de cursos técnicos integrados em alguns *campi*.

A Tabela 14 também evidencia o papel da interiorização do IFPB na ampliação do acesso à educação profissional. *Campi* localizados fora dos maiores centros urbanos, como Catolé do Rocha, Itaporanga, Santa Rita, Picuí, Patos, Monteiro, Santa Luzia e Pedras de Fogo, apresentam participação relevante na composição das matrículas, o que demonstra que a ocupação das vagas não se concentra exclusivamente nos *campi* historicamente mais consolidados.

Dessa forma, a Tabela 14 mostra que a ampliação das matrículas nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB ocorreu de maneira combinada entre a manutenção de cursos tradicionais, a expansão de ofertas em *campi* do interior e a abertura ou consolidação de novas turmas em determinados cursos. Trata-se, portanto, de uma tabela essencial para compreender a distribuição territorial e acadêmica dos matriculados, servindo de base para a análise acumulada apresentada na Tabela 15.

Tabela 15 – Número total de matriculados por *campus* e curso (2021–2025)

<i>Campus</i>	Curso	Acumulado
João Pessoa	TI em Eletrotécnica	430
Campina Grande	TI em Edificações	417
Campina Grande	TI em Mineração	413
Campina Grande	TI em Química	404
Campina Grande	TI em Petróleo e Gás	399
Catolé do Rocha	TI em Edificações	386
Catolé do Rocha	TI em Informática	344
Santa Rita	TI em Meio Ambiente	304
Itaporanga	TI em Edificações	295
Santa Rita	TI em Informática	262
Esperança	TI em Sistemas de Energia Renovável	251
Campina Grande	TI em Informática	241
Cabedelo	TI em Meio Ambiente	194
Cabedelo	TI em Multimídia	230
Cabedelo	TI em Recursos Pesqueiros	218
Itaporanga	TI em Informática	217
Patos	TI em Segurança do Trabalho	217
Picuí	TI em Edificações	212
Picuí	TI em Informática	212
Itabaiana	TI em Automação Industrial	208
João Pessoa	TI em Informática	206
João Pessoa	TI em Edificações	202
Patos	TI em Informática	201
Patos	TI em Eletrotécnica	199
João Pessoa	TI em Instrumento Musical	198
João Pessoa	TI em Mecânica	198
Guarabira	TI em Informática	196
Cajazeiras	TI em Informática	194
João Pessoa	TI em Eletrônica	194
Cajazeiras	TI em Eletromecânica	191
Cabedelo Centro	TI em Serviços Jurídicos	189

<i>Campus</i>	Curso	Acumulado
Monteiro	TI em Instrumento Musical	189
Picuí	TI em Geologia	189
João Pessoa	TI em Controle Ambiental	188
Picuí	TI em Mineração	187
Guarabira	TI em Edificações	185
João Pessoa	TI em Contabilidade	184
Cajazeiras	TI em Edificações	183
Guarabira	TI em Contabilidade	182
Sousa - Unidade São Gonçalo	TI em Meio Ambiente	181
Patos	TI em Edificações	179
Santa Luzia	TI em Informática	174
Sousa - Unidade São Gonçalo	TI em Agropecuária	167
Esperança	TI em Informática	164
Itabaiana	TI em Eletromecânica	161
Monteiro	TI em Edificações	155
Monteiro	TI em Informática	147
Sousa - Unidade São Gonçalo	TI em Agroindústria	143
Sousa - Unidade Sede	TI em Informática	135
Princesa Isabel	TI em Edificações	133
Princesa Isabel	TI em Informática	127
Princesa Isabel	TI em Meio Ambiente	122
Pedras de Fogo	TI em Informática	115
Itabaiana	TI em Informática	76
Catolé do Rocha	TI em Administração	70
Monteiro	TI em Manutenção e Suporte em Informática	68
Santa Luzia	TI em Sistemas de Energia Renovável	66
Pedras de Fogo	TI em Design de Moda	38
Total		11971

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 15 apresenta o número total acumulado de matriculados por *campus* e curso no período de 2021 a 2025. Diferentemente da Tabela 14, que permite observar a variação anual das matrículas, a Tabela 15 sintetiza o comportamento do período, possibilitando identificar os cursos e unidades que concentraram maior número de estudantes efetivamente matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB.

Os dados evidenciam que o maior acumulado de matrículas ocorreu no curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do *Campus* João Pessoa, com 430 matriculados, entre 2021 e

2025. Em seguida, destacam-se quatro cursos do *Campus* Campina Grande: Edificações, com 417 matriculados; Mineração, com 413; Química, com 404; e Petróleo e Gás, com 399. Esse resultado indica a forte presença de cursos tradicionais e historicamente consolidados entre aqueles com maior volume de matrículas no período analisado.

A concentração de cursos do *Campus* Campina Grande entre os maiores acumulados chama atenção. A presença de quatro cursos dessa unidade entre os cinco primeiros colocados sugere elevada capacidade de ocupação de vagas e estabilidade da oferta ao longo da série. Esse comportamento pode estar relacionado ao porte do *campus*, à diversidade de cursos ofertados e à consolidação regional da unidade como polo de formação técnica.

Embora João Pessoa apresente o maior acumulado em um curso específico, observa-se que a distribuição dos matriculados não se restringe à capital. A presença de Campina Grande, Catolé do Rocha, Santa Rita, Itaporanga, Esperança, Patos, Picuí e outros *campi*, entre os cursos com acumulados relevantes demonstra que a efetivação das matrículas ocorre de forma territorialmente distribuída, refletindo o papel da interiorização do IFPB na ampliação do acesso ao ensino técnico integrado.

Também é importante destacar que os maiores acumulados não devem ser interpretados apenas como maior procura dos candidatos. Eles refletem, simultaneamente, a demanda pelo curso, a quantidade de vagas ofertadas, a continuidade da oferta ao longo dos anos e a capacidade de preenchimento em cada *campus*. Assim, cursos com menor acumulado podem não representar baixa atratividade, mas sim oferta mais recente, menor número de vagas, descontinuidade de turmas ou especificidades locais da matriz de cursos.

Dessa forma, a Tabela 15 contribui para compreender a distribuição acumulada dos matriculados no IFPB, evidenciando a permanência de cursos tradicionais com alta ocupação, a relevância dos grandes *campi* e, ao mesmo tempo, a participação de unidades interiorizadas no conjunto das matrículas. Essa leitura complementa a análise anual da Tabela 14 e prepara a discussão das tabelas seguintes, especialmente aquelas relacionadas ao perfil dos matriculados por modalidade de ingresso e política de cotas.

Tabela 16 – Matrículas realizadas em relação às vagas ofertadas por *campus* e ano (2021–2025)

	2021		2022		2023		2024		2025	
	Mat	Ofert	Mat	Ofert	Mat	Ofert	Mat	Ofert	Mat	Ofert
Cabedelo	113	120	117	120	145	160	173	160	135	160
Cabedelo Centro	26	40	34	30	26	30	30	30	73	80
Cajazeiras	120	120	121	120	120	120	110	120	97	120
Campina Grande	368	405	362	405	383	405	378	405	383	450

	2021		2022		2023		2024		2025	
	Mat	Ofert	Mat	Ofert	Mat	Ofert	Mat	Ofert	Mat	Ofert
Catolé do Rocha	143	140	137	140	141	160	210	200	169	200
Esperança	65	80	59	80	63	80	124	120	104	120
Guarabira	130	120	101	120	123	120	101	120	108	120
Itabaiana	65	80	64	80	73	80	109	120	134	160
Itaporanga	73	120	94	135	111	135	110	160	124	160
João Pessoa	359	360	373	360	353	360	368	360	347	360
Monteiro	101	120	95	120	103	120	103	160	157	200
Patos	148	160	153	160	196	160	163	160	136	160
Pedras de Fogo	0	0	0	0	0	0	37	40	116	120
Picuí	145	160	146	200	162	200	182	200	165	200
Princesa Isabel	54	105	61	105	80	105	93	120	94	120
Santa Luzia	29	40	35	40	41	40	65	80	70	80
Santa Rita	70	80	71	80	160	160	125	160	140	160
Sousa	125	140	124	140	139	140	141	140	97	140
Total	2134	2.390	2147	2.435	2419	2.575	2622	2.855	2649	3.110

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: Em alguns *campi* e anos, o número de matrículas realizadas supera o total de vagas ofertadas inicialmente. Esses casos foram mantidos conforme os registros institucionais consolidados e devem ser interpretados considerando possíveis ajustes posteriores de oferta, chamadas complementares, remanejamentos ou procedimentos administrativos de matrícula.

A Tabela 16 apresenta a relação entre as matrículas realizadas e as vagas ofertadas por *campus* do IFPB, no período de 2021 a 2025. Enquanto a Tabela 13 sintetiza a taxa geral de preenchimento das vagas por ano, a Tabela 16 permite observar como esse comportamento se distribuiu territorialmente entre as diferentes unidades da instituição.

No conjunto do período, os dados confirmam que o IFPB manteve elevada taxa de ocupação das vagas ofertadas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Em termos gerais, o percentual de preenchimento foi de 89,29% em 2021, 88,17% em 2022, 93,94% em 2023, 91,84% em 2024 e 85,18% em 2025. Esses resultados indicam que, embora a instituição tenha conseguido efetivar a maior parte das matrículas previstas, houve oscilações importantes entre os anos e entre os *campi*.

Alguns *campi* apresentaram ocupação bastante elevada e regular ao longo da série. João Pessoa, por exemplo, manteve quantitativos de matrículas muito próximos ao total de vagas ofertadas em todos os anos, registrando 359 matrículas para 360 vagas em 2021, 373 para 360 em 2022, 353 para 360 em 2023, 368 para 360 em 2024 e 347 para 360 em 2025. Esse comportamento evidencia forte capacidade de preenchimento das vagas e estabilidade da procura pelos cursos ofertados na capital.

Situação semelhante pode ser observada em *campi* como Cajazeiras, Guarabira, Catolé do Rocha, Patos e Cabedelo, que apresentaram, em diferentes anos, números de matrículas iguais ou superiores às vagas ofertadas. Esses resultados sugerem elevada procura e boa efetivação da matrícula nessas unidades, ainda que o comportamento varie de acordo com o ano e com a organização da oferta.

Por outro lado, a tabela também evidencia *campi* com preenchimento mais baixo ou mais irregular. Princesa Isabel e Itaporanga, por exemplo, apresentaram taxas proporcionalmente menores em vários anos da série, indicando desafios mais persistentes de ocupação plena das vagas ofertadas. Em 2025, Sousa também apresentou redução expressiva, com 97 matrículas para 140 vagas, o que aponta para a necessidade de observar possíveis fatores locais relacionados à demanda, à oferta de cursos ou à efetivação da matrícula.

O ano de 2025 merece atenção específica. Embora tenha registrado o maior número absoluto de matrículas do período, com 2.649 matriculados, também apresentou a menor taxa geral de preenchimento, pois a oferta total aumentou para 3.110 vagas. Esse resultado demonstra que a ampliação da oferta institucional não foi acompanhada, na mesma proporção, pela efetivação das matrículas em todos os *campi*. Em alguns casos, como Campina Grande, Monteiro, Itabaiana, Picuí e Princesa Isabel, o aumento da oferta de vagas parece ter ampliado o desafio de preenchimento integral.

Outro ponto relevante é a presença de matrículas superiores às vagas ofertadas em determinados *campi* e anos. Esse comportamento pode indicar ajustes institucionais posteriores à oferta inicial, chamadas complementares, remanejamentos ou diferenças entre a oferta prevista inicialmente e a matrícula consolidada. Por essa razão, esses casos devem ser interpretados com cautela, como relação entre vagas inicialmente ofertadas e matrículas efetivamente registradas, e não simplesmente como erro de preenchimento da tabela.

A Tabela 16 também evidencia o avanço da interiorização da oferta. O *Campus* Pedras de Fogo, que não apresentava vagas e matrículas nos três primeiros anos da série, passou a registrar 37 matrículas para 40 vagas, em 2024, e 116 matrículas para 120 vagas, em 2025. Esse dado demonstra a incorporação gradual de novas unidades ao processo de ocupação dos Cursos Técnicos Integrados e reforça a importância da expansão territorial do IFPB.

Dessa forma, a Tabela 16 contribui para compreender que a ocupação das vagas não ocorre de maneira homogênea entre os *campi*. A análise revela unidades com preenchimento estável e elevado, *campi* em processo de consolidação e casos em que a ampliação da oferta exige maior atenção institucional. Assim, a tabela reforça que a democratização do acesso não

depende apenas da quantidade de vagas ofertadas, mas também da capacidade de convertê-las em matrículas efetivas nos diferentes territórios atendidos pelo IFPB.

4.4.2 Distribuição dos matriculados por sexo

Tabela 17 – Número de matriculados por *campus*, ano e sexo (2021–2025)

<i>Campus</i>	Sexo	2021	2022	2023	2024	2025
Cabedelo	Feminino	67	67	96	92	74
	Masculino	46	50	49	81	61
Cabedelo Centro	Feminino	18	25	16	18	50
	Masculino	8	9	10	12	23
Cajazeiras	Feminino	72	68	72	63	55
	Masculino	48	53	48	47	42
Campina Grande	Feminino	228	217	247	213	241
	Masculino	140	145	136	165	142
Catolé do Rocha	Feminino	82	93	81	122	101
	Masculino	61	44	60	88	68
Esperança	Feminino	37	37	46	73	65
	Masculino	28	22	17	51	39
Guarabira	Feminino	72	67	74	60	71
	Masculino	58	34	49	41	37
Itabaiana	Feminino	37	42	39	65	87
	Masculino	28	22	34	44	47
Itaporanga	Feminino	49	62	70	57	67
	Masculino	24	32	41	53	57
João Pessoa	Feminino	188	196	196	176	172
	Masculino	171	177	157	192	175
Monteiro	Feminino	61	58	62	67	87
	Masculino	40	37	41	36	70
Patos	Feminino	72	86	118	99	73
	Masculino	76	67	78	64	63
Pedras de Fogo	Feminino	0	0	0	22	74
	Masculino	0	0	0	15	42
Picuí	Feminino	84	94	90	111	99
	Masculino	61	52	72	71	66
Princesa Isabel	Feminino	28	42	42	57	64
	Masculino	26	19	38	36	30
Santa Luzia	Feminino	15	19	27	41	39
	Masculino	14	16	14	24	31
Santa Rita	Feminino	44	45	104	74	87
	Masculino	26	26	56	51	53

<i>Campus</i>	Sexo	2021	2022	2023	2024	2025
Sousa - Unidade Sede	Feminino	12	12	19	17	13
	Masculino	11	13	9	18	11
Sousa - Unidade São Gonçalo	Feminino	62	70	70	68	47
	Masculino	40	29	41	38	26

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 17 apresenta a distribuição dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB por *campus*, ano e sexo, no período de 2021 a 2025. Essa tabela aprofunda a análise da composição dos estudantes efetivamente matriculados, permitindo observar se a predominância feminina identificada entre os inscritos também se mantém na etapa de matrícula.

Os dados evidenciam que, no conjunto institucional, as matrículas femininas superaram as masculinas ao longo do período analisado. Considerando o acumulado de 2021 a 2025, foram registradas 7.058 matrículas femininas e 4.913 masculinas, o que confirma a maior presença de mulheres entre os estudantes ingressantes nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB. Esse resultado é relevante porque demonstra que a participação feminina não se restringe à fase de inscrição, mas também se materializa na efetivação da matrícula.

A predominância feminina aparece de forma recorrente na maioria dos *campi*. Em unidades como Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, Monteiro, Picuí, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita e Sousa – Unidade São Gonçalo, os totais femininos acumulados superam os masculinos ao longo da série. Esse comportamento sugere uma presença feminina consistente e territorialmente ampla na ocupação das vagas dos cursos técnicos integrados.

Alguns *campi* apresentam diferenças expressivas entre os sexos. No *Campus* Campina Grande, por exemplo, foram registradas 1.146 matrículas femininas e 728 masculinas no acumulado do período. Em Catolé do Rocha, os totais foram 479 matrículas femininas e 321 masculinas; em Picuí, 478 femininas e 322 masculinas; e em Santa Rita, 354 femininas e 212 masculinas. Esses dados indicam que, em determinadas unidades, a diferença entre mulheres e homens matriculados é bastante acentuada.

Por outro lado, a tabela também revela casos de maior equilíbrio ou oscilações pontuais. No *Campus* João Pessoa, embora o acumulado feminino ainda seja superior, com 928 matrículas femininas contra 872 masculinas, a diferença é menor que a observada em outros *campi*. Além disso, em 2024, o número de matriculados do sexo masculino em João

Pessoa superou o feminino, com 192 homens e 176 mulheres. Situação semelhante ocorre em alguns anos específicos de Patos e Sousa – Unidade Sede, demonstrando que a predominância feminina não elimina variações locais e anuais.

A análise também deve considerar que a composição por sexo pode variar de acordo com os cursos ofertados em cada *campus*. *Campi* com cursos historicamente associados a determinadas áreas técnicas podem apresentar maior ou menor equilíbrio entre homens e mulheres, a depender das características da oferta, da tradição local e das expectativas sociais relacionadas às áreas de formação. Portanto, os dados da Tabela 17 não devem ser interpretados apenas como resultado da distribuição populacional por sexo, mas também como reflexo da combinação entre oferta de cursos, territorialidade e perfil da demanda.

Dessa forma, a Tabela 17 demonstra que a presença feminina entre os matriculados constitui uma característica marcante dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB no período de 2021 a 2025. Ao mesmo tempo, evidencia que essa predominância se manifesta de maneira desigual entre os *campi*, com unidades de forte maioria feminina, outras mais equilibradas e alguns casos de oscilação anual. Essa leitura prepara a análise da Tabela 18, que sintetiza a relação entre matriculados por sexo no conjunto institucional.

Tabela 18 – Distribuição dos matriculados por sexo (2021–2025)

Ano	Feminino	Masculino	% Feminino	% Masculino
2021	1228	906	57,54%	42,46%
2022	1300	847	60,55%	39,45%
2023	1469	950	60,73%	39,27%
2024	1495	1127	57,02%	42,98%
2025	1566	1083	59,12%	40,88%
Total	7058	4913	58,96%	41,04%

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 18 sintetiza a distribuição dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB por sexo, considerando o acumulado do período de 2021 a 2025. Enquanto a Tabela 17 detalha essa distribuição por *campus* e ano, a Tabela 18 permite visualizar a composição geral dos estudantes efetivamente matriculados segundo essa variável.

Os dados demonstram predominância feminina entre os matriculados. No período analisado, foram registradas 7.058 matrículas femininas, correspondentes a 58,96% do total, enquanto as matrículas masculinas somaram 4.913, equivalentes a 41,04%. A diferença entre

os dois grupos é de 2.145 matrículas, evidenciando uma presença feminina majoritária na efetivação do ingresso nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

Esse resultado reforça a tendência já observada na etapa das inscrições, em que as mulheres também aparecem como grupo numericamente predominante. Contudo, a participação feminina entre os matriculados é ainda mais expressiva do que a observada entre os inscritos, o que sugere que a presença das mulheres não apenas se manifesta na procura pelos cursos, mas também se confirma na ocupação efetiva das vagas.

É importante destacar, entretanto, que essa comparação deve ser feita com cautela, pois os recortes temporais não são exatamente os mesmos: a análise das inscrições abrange o período de 2020 a 2026, enquanto a análise dos matriculados concentra-se entre 2021 e 2025. Ainda assim, a leitura conjunta das tabelas permite identificar uma tendência consistente de maior participação feminina tanto na demanda inicial pelo PSCT quanto na matrícula efetivada.

Dessa forma, a Tabela 18 confirma que a presença feminina constitui uma característica relevante do perfil discente ingressante nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB. Esse dado contribui para a compreensão do perfil demográfico dos matriculados e reforça a importância de considerar a variável sexo nas análises sobre acesso, ocupação de vagas e democratização da educação profissional.

4.4.3 Modalidades de ingresso e ações afirmativas entre os matriculados

Tabela 19 – Distribuição das matrículas por modalidade de ingresso e ano (2021–2025)

Modalidade	2021	2022	2023	2024	2025
Ampla	1271	1222	1294	1268	1663
EEP	850	903	1089	1321	956
PcD	22	34	56	49	59
ARA	3	2	6	5	7
Total	2146	2161	2445	2643	2685

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: Os totais apresentados nesta tabela correspondem à soma dos registros por modalidade de ingresso, podendo haver diferenças em relação ao total geral de matriculados em razão da existência de modalidades específicas de ação afirmativa e de critérios combinados de classificação.

A Tabela 19 apresenta a distribuição das matrículas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB por modalidade de ingresso, no período de 2021 a 2025. A tabela permite observar como os estudantes efetivamente matriculados se distribuíram entre Ampla Concorrência, Egressos de Escola Pública (EEP), Pessoas com Deficiência (PcD) e

Assentados da Reforma Agrária (ARA), oferecendo uma primeira leitura da ocupação das vagas segundo as políticas de acesso.

Os dados demonstram que a Ampla Concorrência concentrou o maior número de matrículas em todos os anos analisados. Em 2021, foram registradas 1.271 matrículas nessa modalidade; em 2022, 1.222; em 2023, 1.294; em 2024, 1.268; e, em 2025, 1.663. Observa-se, portanto, relativa estabilidade entre 2021 e 2024, seguida de crescimento expressivo em 2025. Esse aumento pode estar relacionado à ampliação da oferta de vagas no referido ano e à dinâmica de classificação dos candidatos, inclusive considerando que, após as alterações legislativas recentes, candidatos cotistas também concorrem inicialmente às vagas de ampla concorrência, quando alcançam pontuação suficiente.

As matrículas de candidatos egressos de escola pública também apresentam participação expressiva ao longo de toda a série. A modalidade EEP passou de 850 matrículas, em 2021, para 903 em 2022, 1.089 em 2023, e 1.321 em 2024, atingindo seu maior valor nesse último ano. Em 2025, contudo, houve redução para 956 matrículas. Essa oscilação sugere que a ocupação das vagas por estudantes da rede pública deve ser analisada em conjunto com as mudanças recentes na organização das modalidades de concorrência e com os critérios de classificação adotados nos editais.

A presença das modalidades PcD e ARA aparece em menor escala numérica, mas possui relevância qualitativa para a análise das ações afirmativas. As matrículas de pessoas com deficiência passaram de 22 registros, em 2021, para 59, em 2025, indicando crescimento da participação desse grupo ao longo do período. Já a modalidade ARA manteve quantitativos reduzidos, variando entre 2 e 7 matrículas anuais, o que demonstra uma presença menos expressiva em termos absolutos, mas ainda relevante no contexto da diversidade de políticas de acesso adotadas pela instituição.

É importante destacar que os totais apresentados na Tabela 19 devem ser interpretados com cautela, pois as modalidades de ação afirmativa podem envolver critérios combinados e registros administrativos específicos. Assim, a soma das linhas não deve ser lida, necessariamente, como total único de estudantes sem sobreposição, mas como distribuição das matrículas segundo as modalidades registradas no sistema institucional.

De modo geral, a Tabela 19 evidencia que a Ampla Concorrência permanece como a modalidade com maior volume de matrículas, mas confirma também a presença consistente das ações afirmativas na composição do corpo discente ingressante. A participação expressiva dos egressos de escola pública, associada ao crescimento das matrículas PcD, reforça que a política de reserva de vagas cumpre papel relevante na diversificação do acesso aos Cursos

Técnicos Integrados do IFPB. Essa leitura será aprofundada na Tabela 20, que detalha especificamente a distribuição das matrículas de EEP por faixa de renda.

Tabela 20 – Distribuição das matrículas de EEP por faixa de renda (2021–2025)

Modalidade	2021	2022	2023	2024	2025
EEP - Renda Inferior	544	581	670	797	538
EEP - Independente de Renda	306	322	419	524	666
Total	850	903	1089	1321	1204

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 20 apresenta a distribuição das matrículas de candidatos egressos de escola pública segundo a faixa de renda, no período de 2021 a 2025. A tabela aprofunda a análise da modalidade EEP apresentada anteriormente, permitindo observar como os estudantes oriundos da rede pública se distribuem entre as categorias de renda inferior e independente de renda.

Entre 2021 e 2024, observa-se predominância dos matriculados classificados como EEP – Renda Inferior. Em 2021, essa categoria registrou 544 matrículas, contra 306 na modalidade EEP – Independente de Renda. Nos anos seguintes, esse padrão se manteve: foram 581 matrículas de renda inferior em 2022, 670 em 2023 e 797 em 2024. Esse comportamento evidencia que, durante a maior parte da série, a ocupação das vagas reservadas para egressos de escola pública esteve fortemente associada ao critério de vulnerabilidade socioeconômica.

A categoria EEP – Independente de Renda também apresentou crescimento ao longo do período. O número de matrículas passou de 306 em 2021 para 322 em 2022, 419 em 2023 e 524 em 2024. Ainda que, nesses anos, essa categoria tenha permanecido abaixo da faixa de renda inferior, sua expansão demonstra que a reserva de vagas para estudantes de escola pública contempla também candidatos que, embora não se enquadrem no critério de baixa renda, pertencem ao grupo prioritário definido pela origem escolar.

O ano de 2025 marca uma mudança importante na composição das matrículas EEP. Nesse ano, a categoria EEP – Independente de Renda registrou 666 matrículas, superando os 538 registros da categoria EEP – Renda Inferior. Essa inversão deve ser interpretada à luz das alterações introduzidas pela Lei nº 14.723/2023, que redefiniu o critério de renda familiar *per capita*, reduzindo o limite de enquadramento de 1,5 salário-mínimo para 1 salário-mínimo. Com isso, parte dos candidatos que anteriormente poderia ser classificada nas faixas de menor

renda passou a figurar em categorias independentes de renda, produzindo uma reconfiguração estatística das modalidades.

Dessa forma, a Tabela 20 indica que a política de reserva de vagas para egressos de escola pública permaneceu relevante na composição dos matriculados, mas sofreu alteração interna em sua distribuição por renda, especialmente em 2025. A mudança observada não deve ser compreendida como redução simples da presença de estudantes em situação de vulnerabilidade, mas como reflexo da reorganização dos critérios legais e administrativos de classificação das modalidades de ingresso.

É importante observar, ainda, que os registros de 2025 exigem leitura cautelosa, pois a soma das categorias de renda apresentadas na tabela supera o total de matrículas EEP informado para o mesmo ano. Essa diferença pode decorrer da forma de classificação institucional dos perfis socioeconômicos, de critérios combinados de modalidade ou de necessidade de conferência da base. Por isso, recomenda-se que a tabela seja interpretada como distribuição dos registros por faixa de renda vinculada à modalidade EEP, e não necessariamente como soma de categorias plenamente excludentes.

Tabela 21 – Distribuição das matrículas por modalidades e grupos associados às ações afirmativas (2021–2025)

Modalidade	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Ampla	1271	1222	1294	1268	1663	6.718
EEP	850	903	1089	1321	956	5.119
Renda Inferior	544	581	670	797	538	3.130
Independente de Renda	306	322	419	524	666	2.237
PPI	706	753	886	1088	637	4.070
Não PPI	225	238	258	263	180	1.164
Quilombola	0	0	0	0	9	9
PcD	22	34	56	49	59	220
ARA	3	2	6	5	7	23

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: As categorias apresentadas na tabela combinam modalidades gerais de ingresso e critérios específicos de ação afirmativa. Por essa razão, os valores não devem ser somados como categorias mutuamente excludentes, mas interpretados como registros da presença desses grupos no conjunto das matrículas.

A Tabela 21 apresenta a distribuição das matrículas por modalidades e grupos associados às políticas de ingresso no período de 2021 a 2025. Diferentemente das Tabelas 19 e 20, que analisam separadamente as modalidades gerais e as faixas de renda dos egressos de escola pública, esta tabela reúne, em uma mesma síntese, categorias amplas de concorrência e critérios específicos vinculados às ações afirmativas, como renda, pertencimento étnico-racial, deficiência, condição quilombola e assentamento da reforma agrária.

No acumulado do período, a Ampla Concorrência registrou 6.718 matrículas, permanecendo como a categoria com maior número absoluto de registros. Em seguida, destacam-se os egressos de escola pública, com 5.119 matrículas. Esse resultado evidencia que, embora a Ampla Concorrência ainda concentre a maior parte dos matriculados, a política de reserva de vagas para estudantes oriundos da rede pública possui participação expressiva na composição do corpo discente ingressante dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

Entre os grupos vinculados às ações afirmativas, os candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI) apresentam o maior quantitativo acumulado, com 4.070 matrículas entre 2021 e 2025. Esse número supera amplamente o total de matriculados classificados como Não PPI, que somaram 1.164 registros no mesmo período. Tal diferença confirma a relevância do componente étnico-racial na ocupação das vagas reservadas e reforça a importância da política de cotas em um estado como a Paraíba, cuja população possui expressiva presença de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

A análise por faixa de renda demonstra que os matriculados classificados como Renda Inferior totalizaram 3.130 registros, enquanto os classificados como Independente de Renda somaram 2.237. Esse resultado indica que, no conjunto do período, a presença de estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica foi predominante entre os grupos associados às cotas. Contudo, a distribuição anual revela mudança importante em 2025, quando a categoria Independente de Renda alcançou 666 matrículas, superando os 538 registros de Renda Inferior. Essa inflexão deve ser interpretada à luz das alterações introduzidas pela Lei nº 14.723/2023, que redefiniu o critério de renda familiar *per capita* e reorganizou a classificação das modalidades.

A presença de pessoas com deficiência também se mostra relevante, ainda que em menor escala numérica. A modalidade PcD acumulou 220 matrículas no período, com crescimento entre 2021 e 2025, passando de 22 para 59 registros. Esse movimento sugere ampliação gradual da participação desse grupo nas matrículas efetivadas, reforçando a importância da Lei nº 13.409/2016 e das políticas institucionais voltadas à inclusão de pessoas com deficiência.

A categoria Quilombola aparece apenas em 2025, com 9 matrículas, refletindo a incorporação recente desse grupo às políticas de reserva de vagas após as alterações da Lei nº 14.723/2023. Embora o quantitativo ainda seja reduzido, sua presença na tabela possui significado importante, pois marca o início da identificação desse segmento no conjunto dos matriculados. Já a modalidade ARA apresentou 23 matrículas acumuladas entre 2021 e 2025,

mantendo participação numericamente pequena, porém relevante enquanto ação afirmativa voltada a públicos específicos.

É importante destacar que as categorias da Tabela 21 não devem ser interpretadas como mutuamente excludentes. Algumas linhas indicam modalidades gerais de ingresso, como Ampla Concorrência e EEP, enquanto outras representam critérios específicos de classificação, como renda, PPI, PcD e Quilombola. Assim, os valores não devem ser somados como se correspondesse a um total único de estudantes, mas lidos como indicadores da presença desses perfis no conjunto das matrículas.

Dessa forma, a Tabela 21 evidencia que a composição dos matriculados no IFPB resulta da combinação entre concorrência ampla e diferentes dimensões das ações afirmativas. A presença expressiva de egressos de escola pública, candidatos PPI e estudantes de renda inferior demonstra que a política de cotas contribui para diversificar o perfil dos ingressantes. Ao mesmo tempo, a emergência da categoria Quilombola e o crescimento das matrículas PcD indicam que o sistema de reserva de vagas vem se tornando mais abrangente e sensível a múltiplas formas de desigualdade.

4.4.4 Perfil racial e socioeconômico dos matriculados

Tabela 22 – Distribuição das matrículas por raça/cor dos matriculados (2021–2025)

Raça	2021	2022	2023	2024	2025
Parda	1078	1163	1326	1465	1421
Branca	782	752	827	864	950
Preta	138	109	150	174	158
Amarela	11	16	0	0	0
Indígena	3	4	1	6	6
Não declarado	122	103	115	113	114

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 22 apresenta a distribuição das matrículas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB segundo a autodeclaração de raça/cor dos estudantes, no período de 2021 a 2025. Essa informação permite aprofundar a análise do perfil dos matriculados, deslocando o olhar das modalidades de ingresso para a composição étnico-racial do corpo discente efetivamente ingressante.

Os dados evidenciam a predominância de estudantes autodeclarados pardos em todos os anos analisados. Em 2021, esse grupo registrou 1.078 matrículas em 2022, 1.163; em 2023, 1.326; em 2024, 1.465; e em 2025, 1.421. No acumulado do período, os estudantes pardos

somaram 6.453 matrículas, correspondendo a aproximadamente 53,91% do total de matriculados. Esse resultado demonstra que a população parda constitui o principal grupo racial entre os estudantes ingressantes nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB.

O segundo maior grupo é formado por estudantes autodeclarados brancos, que totalizaram 4.175 matrículas entre 2021 e 2025, o equivalente a cerca de 34,88% do total. Embora permaneça abaixo do grupo pardo durante toda a série, a categoria branca apresenta quantitativos expressivos, passando de 782 matrículas, em 2021, para 950, em 2025.

Os estudantes autodeclarados pretos somaram 729 matrículas no período, correspondendo a aproximadamente 6,09% do total. Quando considerados conjuntamente os estudantes autodeclarados pretos e pardos, o grupo negro totaliza 7.182 matrículas, o que representa cerca de 59,99% dos matriculados entre 2021 e 2025. Esse percentual se aproxima da composição demográfica da Paraíba, onde a população negra constitui maioria, reforçando a relevância regional das políticas de democratização do acesso ao IFPB.

A presença de estudantes indígenas e amarelos aparece em quantitativos reduzidos. Os estudantes indígenas somaram 20 matrículas no acumulado do período, enquanto os autodeclarados amarelos totalizaram 27 matrículas, concentradas apenas nos anos de 2021 e 2022. Esses números reduzidos exigem leitura cautelosa, pois podem refletir tanto a baixa presença desses grupos na demanda pelos cursos quanto limites relacionados à autodeclaração e ao registro institucional da variável raça/cor.

A categoria “Não declarado” também merece atenção. Foram registrados 567 casos no acumulado do período, representando aproximadamente 4,74% do total de matriculados. Embora esse percentual não seja majoritário, sua permanência ao longo de todos os anos indica a importância de aperfeiçoar o preenchimento e a padronização das informações raciais nas bases institucionais, especialmente em pesquisas que buscam acompanhar os efeitos das ações afirmativas.

É importante destacar que a Tabela 22 não deve ser confundida com a Tabela 21. Enquanto a Tabela 21 apresenta grupos associados às modalidades de ingresso e às políticas de ação afirmativa, a Tabela 22 considera a autodeclaração racial de todos os matriculados, independentemente da modalidade pela qual ingressaram. Assim, um estudante autodeclarado pardo, preto ou indígena pode aparecer na Tabela 22, mesmo que tenha ingressado pela ampla concorrência.

Dessa forma, a Tabela 22 revela que a composição racial dos matriculados no IFPB é majoritariamente formada por estudantes pardos e, de modo mais amplo, por estudantes negros, quando somadas as categorias preta e parda. Esse resultado reforça a importância das

políticas de cotas e de acompanhamento institucional do perfil étnico-racial dos ingressantes, especialmente em um estado cuja população apresenta expressiva presença de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Tabela 23 – Distribuição das matrículas por faixa de renda familiar (2021–2025)

Faixa de Renda Familiar	2021	2022	2023	2024	2025
Salário Mínimo de Referência (R\$)	1.100,00	1.212,00	1.320,00	1.412,00	1.518,00
Até 1 Salário Mínimo	966	1079	1252	1347	1434
De 1 a 3 Salários Mínimos	816	717	808	885	764
De 3 a 5 Salários Mínimos	209	216	208	221	238
Mais de 5 Salários Mínimos	143	135	151	169	213

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 23 apresenta a distribuição das matrículas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB segundo a faixa de renda familiar dos estudantes, no período de 2021 a 2025. Essa tabela permite observar o perfil socioeconômico dos matriculados, complementando a análise das modalidades de ingresso e das políticas de ação afirmativa apresentadas nas tabelas anteriores.

Os dados evidenciam que a faixa de renda familiar de até 1 salário mínimo concentra o maior número de matriculados em todos os anos da série. Em 2021, foram registrados 966 estudantes nessa faixa; em 2022, 1.079; em 2023, 1.252; em 2024, 1.347; e em 2025, 1.434. No acumulado do período, esse grupo totalizou 6.078 matrículas, correspondendo a aproximadamente 50,77% do total de matriculados entre 2021 e 2025. Esse resultado indica que mais da metade dos estudantes matriculados pertencem a famílias com renda declarada de até 1 salário mínimo, o que reforça a relevância social dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB para grupos em situação de maior vulnerabilidade econômica.

A segunda faixa mais representativa corresponde aos estudantes com renda familiar entre 1 e 3 salários mínimos. Essa categoria somou 3.990 matrículas no período, equivalente a aproximadamente 33,33% do total. Embora apresente oscilações anuais, com 816 registros em 2021, 717 em 2022, 808 em 2023, 885 em 2024 e 764 em 2025, mantém participação expressiva em toda a série. Quando somadas as duas primeiras faixas, observa-se que 10.068 matriculados, ou cerca de 84,10% do total, pertencem a famílias com renda de até 3 salários mínimos.

As faixas de renda mais elevadas apresentam menor participação relativa. Os estudantes com renda familiar entre 3 e 5 salários mínimos totalizaram 1.092 matrículas no período, correspondendo a aproximadamente 9,12% do total. Já os estudantes com renda

familiar superior a 5 salários mínimos somaram 811 matrículas, o equivalente a cerca de 6,77%. Esses resultados demonstram que, embora haja presença de estudantes de diferentes condições socioeconômicas, a composição geral dos matriculados é majoritariamente formada por famílias de menor renda.

Observa-se, ainda, que a faixa de renda superior a 5 salários mínimos apresentou crescimento ao longo da série, passando de 143 matrículas em 2021 para 213 em 2025. Esse aumento, porém, não altera a predominância das faixas mais baixas de renda. A maior parte dos matriculados permanece concentrada nas duas primeiras categorias, o que confirma o papel do IFPB como instituição de acesso relevante para estudantes oriundos de famílias com menor poder aquisitivo.

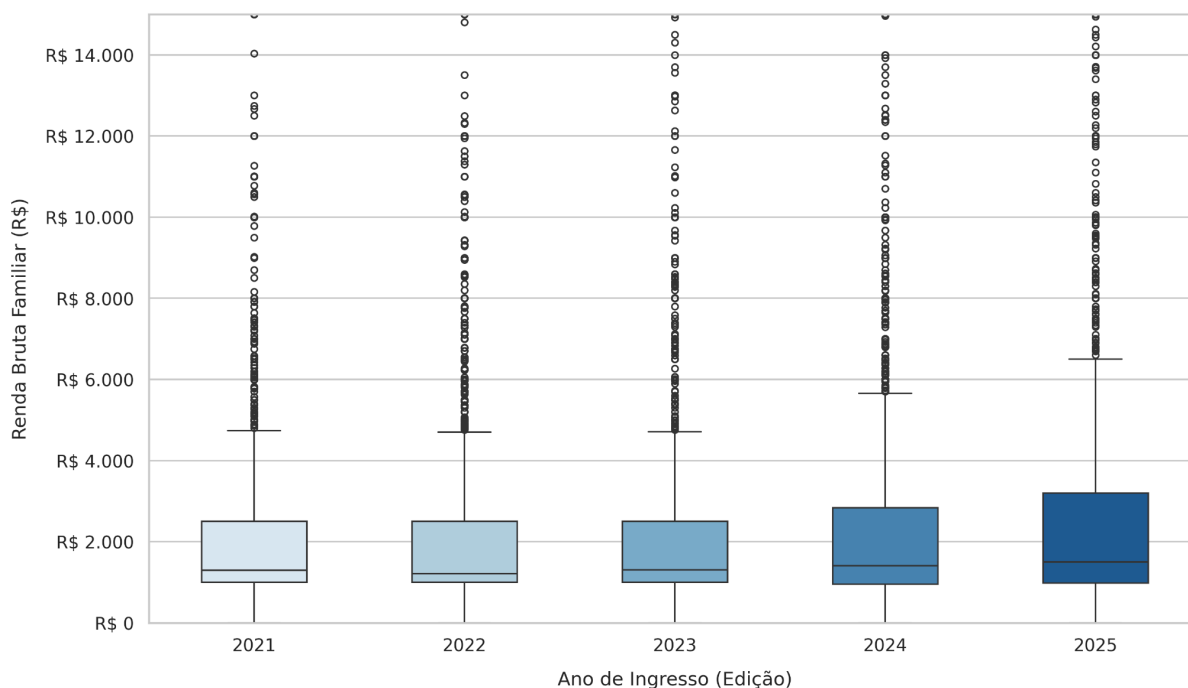
É importante considerar que os valores apresentados na tabela estão organizados a partir do salário mínimo de referência de cada ano, que variou de R\$ 1.100,00, em 2021, para R\$ 1.518,00, em 2025. Desse modo, a comparação entre os anos deve levar em conta que as faixas acompanham uma referência monetária variável, o que torna a análise mais adequada quando realizada em termos de grupos de renda relativa, e não apenas em valores absolutos.

Dessa forma, a Tabela 23 evidencia que o perfil socioeconômico dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB é marcado pela predominância de estudantes pertencentes a famílias de baixa renda. Esse resultado dialoga diretamente com os objetivos das políticas de ação afirmativa e com a função social da Rede Federal, ao indicar que a instituição tem alcançado parcela significativa da população que historicamente enfrenta maiores obstáculos de acesso ao ensino público de qualidade.

Tabela 24 – Medidas estatísticas da renda bruta familiar dos matriculados, todas as modalidades (2021–2025)

Métrica Estatística	2021	2022	2023	2024	2025
Salário Mínimo de Referência (R\$)	1.100,00	1.212,00	1.320,00	1.412,00	1.518,00
Mínimo (R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Média Geral (R\$)	2.156,95	2.250,67	2.309,48	2.585,43	2.885,11
1º Quartil (25% dos alunos ganham até) (R\$)	1.000,00	1.000,00	1.000,00	950,00	983,00
Mediana / 2º Quartil (50% dos alunos ganham até) (R\$)	1.300,00	1.212,00	1.302,00	1.412,00	1.500,00
3º Quartil (75% dos alunos ganham até) (R\$)	2.500,00	2.500,00	2.500,18	2.835,25	3.200,00
Máximo (R\$)	30.000,00	29.276,00	26.000,00	30.000,00	30.000,00

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gráfico 2 – Boxplot da renda bruta familiar dos matriculados por ano (2021–2025)

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: Os pontos situados além dos bigodes representam valores discrepantes — outliers — conforme o critério de 1,5 vez a amplitude interquartil descrito na Seção 3.6. O eixo vertical do boxplot foi limitado para melhorar a visualização da concentração central dos dados, sem prejuízo da análise dos valores máximos apresentados na Tabela 24.

A Tabela 24 apresenta medidas estatísticas da renda bruta familiar dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, considerando todas as modalidades de ingresso no período de 2021 a 2025. O gráfico boxplot correspondente complementa a análise ao permitir visualizar a distribuição da renda, a posição da mediana, a dispersão dos dados e a presença de valores extremos em cada ano.

Os dados indicam que a renda média familiar dos matriculados apresentou crescimento ao longo da série, passando de R\$ 2.156,95, em 2021, para R\$ 2.885,11, em 2025. Esse aumento acompanha, em parte, a elevação do salário mínimo de referência no período, que passou de R\$ 1.100,00, em 2021, para R\$ 1.518,00, em 2025. No entanto, a análise da média deve ser feita com cautela, pois a presença de valores muito elevados, como rendas máximas de R\$ 30.000,00 em alguns anos, tende a puxar a média para cima.

Por essa razão, a mediana constitui uma medida mais adequada para compreender o perfil típico da renda familiar dos matriculados. Observa-se que a mediana permaneceu próxima ao valor de um salário mínimo ao longo de todo o período: R\$ 1.300,00 em 2021, R\$ 1.212,00 em 2022, R\$ 1.302,00 em 2023, R\$ 1.412,00 em 2024 e R\$ 1.500,00 em 2025. Isso

significa que, em cada ano analisado, metade dos estudantes matriculados possuía renda familiar igual ou inferior a valores próximos ao salário mínimo vigente.

O primeiro quartil também reforça essa leitura. Em 2021, 2022 e 2023, 25% dos matriculados apresentavam renda familiar de até R\$ 1.000,00. Em 2024, esse limite foi de R\$ 950,00 e, em 2025, de R\$ 983,00. Esses valores indicam a presença significativa de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, mesmo quando consideradas todas as modalidades de ingresso, inclusive a ampla concorrência.

O terceiro quartil, por sua vez, mostra que 75% dos matriculados possuíam renda familiar de até R\$ 2.500,00 em 2021 e 2022, R\$ 2.500,18 em 2023, R\$ 2.835,25 em 2024 e R\$ 3.200,00 em 2025. Assim, embora existam registros de rendas familiares mais elevadas, a maior parte dos estudantes permanece concentrada em faixas de renda baixa ou intermediária. Esse resultado dialoga com a Tabela 23, na qual se verificou que a maioria dos matriculados está concentrada nas faixas de até 1 salário mínimo e de 1 a 3 salários mínimos.

O boxplot confirma visualmente essa concentração. As caixas, que representam o intervalo entre o primeiro e o terceiro quartil, permanecem situadas nas faixas inferiores da escala de renda, demonstrando que a maior parte dos matriculados se concentra em níveis relativamente baixos de renda familiar. A linha interna de cada caixa, correspondente à mediana, aparece próxima ao salário mínimo de referência de cada ano, reforçando a interpretação de que o perfil predominante dos matriculados é de famílias com renda limitada.

Ao mesmo tempo, o gráfico evidencia a presença de numerosos valores discrepantes acima da parte superior das caixas, especialmente em rendas superiores a R\$ 5.000,00. Esses pontos indicam a existência de estudantes com rendas familiares mais altas, mas que representam uma parcela minoritária do conjunto. A distância entre a mediana e os valores máximos revela uma distribuição assimétrica à direita, característica de bases em que a maioria dos registros se concentra em valores baixos e poucos casos apresentam rendas muito elevadas.

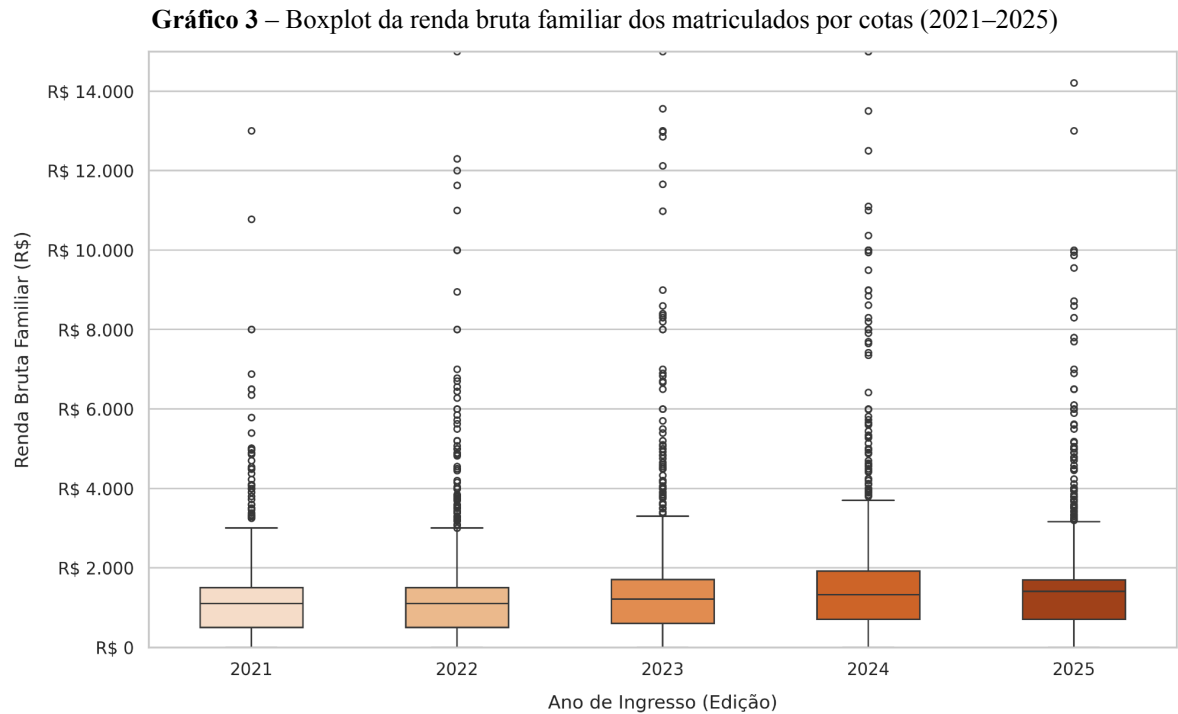
Também chama atenção o registro de renda mínima igual a R\$ 0,00 em todos os anos. Esse dado deve ser interpretado com cautela, pois pode representar famílias sem renda declarada, situações de desemprego, ausência de rendimento formal ou registros administrativos específicos. Por isso, não deve ser lido automaticamente como erro, mas como informação que exige contextualização metodológica.

Dessa forma, a análise conjunta da Tabela 24 e do boxplot indica que, apesar da presença de rendas familiares elevadas em casos pontuais, o perfil geral dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB permanece marcado pela concentração em faixas de

renda baixa e intermediária. Esse resultado reforça a função social da instituição e evidencia a importância das políticas de democratização do acesso, especialmente em um contexto no qual parcela expressiva dos estudantes pertence a famílias com renda próxima ou inferior a poucos salários mínimos.

Tabela 25 – Medidas estatísticas da renda bruta familiar dos matriculados por cotas (2021–2025)					
Métrica Estatística	2021	2022	2023	2024	2025
Salário Mínimo de Referência (R\$)	1.100,00	1.212,00	1.320,00	1.412,00	1.518,00
Mínimo (R\$)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Média Geral (R\$)	1.279,41	1.456,84	1.548,78	1.708,95	1.639,58
1º Quartil (25% das cotas ganham até) (R\$)	500,00	500,00	600,00	700,00	700,00
Mediana / 2º Quartil (50% das cotas ganham até) (R\$)	1.100,00	1.100,00	1.212,00	1.320,00	1.412,00
3º Quartil (75% das cotas ganham até) (R\$)	1.500,00	1.500,00	1.700,00	1.920,00	1.695,00
Máximo (R\$)	13.000,00	19.424,63	20.000,00	30.000,00	23.753,00

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba



Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: Os pontos situados além dos bigodes representam valores discrepantes — outliers — conforme o critério de 1,5 vez a amplitude interquartil descrito na Seção 3.6. O eixo vertical do boxplot foi limitado para melhorar a visualização da concentração central dos dados, sem prejuízo da análise dos valores máximos apresentados na Tabela 25.

A Tabela 25 apresenta medidas estatísticas da renda bruta familiar dos matriculados por cotas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2021 a 2025, excluindo-se os estudantes ingressantes pela ampla concorrência. O gráfico boxplot correspondente complementa a tabela ao representar visualmente a distribuição da renda familiar desse grupo, permitindo observar a concentração dos dados, a mediana, a dispersão e a presença de valores extremos.

Os resultados indicam que a renda média familiar dos matriculados por cotas apresentou crescimento entre 2021 e 2024, passando de R\$ 1.279,41 para R\$ 1.708,95. Em 2025, houve leve redução da média para R\$ 1.639,58. Embora esse movimento sinalize variação positiva ao longo da série, a média deve ser interpretada com cautela, pois a presença de valores muito elevados, como R\$ 30.000,00 em 2024 e R\$ 23.753,00 em 2025, tende a elevar artificialmente essa medida.

Por essa razão, a mediana oferece uma leitura mais precisa do perfil típico dos matriculados por cotas. Observa-se que, em todos os anos, a mediana permaneceu próxima ao salário mínimo de referência: R\$ 1.100,00 em 2021, R\$ 1.100,00 em 2022, R\$ 1.212,00 em 2023, R\$ 1.320,00 em 2024 e R\$ 1.412,00 em 2025. Isso significa que metade dos estudantes matriculados por cotas possuía renda familiar igual ou inferior a valores próximos ao salário mínimo vigente em cada ano.

O primeiro quartil reforça a presença de estudantes em situação de maior vulnerabilidade econômica. Em 2021 e 2022, 25% dos matriculados por cotas possuíam renda familiar de até R\$ 500,00. Em 2023, esse limite passou para R\$ 600,00 e, em 2024 e 2025, para R\$ 700,00. Esses valores demonstram que parcela significativa dos estudantes cotistas pertence a famílias com renda bastante reduzida, o que confirma a função social das políticas de reserva de vagas.

O terceiro quartil também revela concentração em faixas de renda relativamente baixas. Em 2021 e 2022, 75% dos matriculados por cotas tinham renda familiar de até R\$ 1.500,00. Em 2023, esse valor foi de R\$ 1.700,00; em 2024, de R\$ 1.920,00; e, em 2025, de R\$ 1.695,00. Assim, mesmo considerando a presença de alguns registros de renda mais elevada, a maior parte dos estudantes cotistas permanece concentrada em patamares de renda familiar compatíveis com maior vulnerabilidade socioeconômica.

O boxplot confirma visualmente essa interpretação. As caixas, que representam a concentração central dos dados entre o primeiro e o terceiro quartil, permanecem próximas à parte inferior da escala de renda em todos os anos. A linha interna das caixas, correspondente

à mediana, mantém-se próxima ao salário mínimo, evidenciando que o perfil predominante dos matriculados por cotas é composto por estudantes de famílias de baixa renda.

Ao mesmo tempo, o gráfico evidencia a presença de valores discrepantes acima das caixas, representados pelos pontos mais altos no boxplot. Esses valores indicam que há estudantes cotistas com rendas familiares mais elevadas, especialmente nas modalidades independentes de renda. No entanto, esses casos aparecem como exceções dentro da distribuição e não alteram a tendência central dos dados, marcada pela concentração em rendas baixas.

Outro aspecto relevante é a ocorrência de renda mínima igual a R\$ 0,00 em todos os anos. Esse dado deve ser interpretado com cautela, pois pode representar famílias sem renda formal declarada, situações de desemprego, ausência temporária de rendimento ou registros administrativos específicos. Portanto, esses valores não devem ser tratados automaticamente como erro, mas como indicadores que exigem contextualização metodológica.

Comparando-se a Tabela 25 com a Tabela 24, observa-se que a renda dos matriculados por cotas apresenta valores centrais inferiores aos observados no conjunto de todas as modalidades. Esse resultado reforça que as políticas de ação afirmativa alcançam, de modo relevante, estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente aqueles oriundos de famílias com renda próxima ou inferior ao salário mínimo.

Dessa forma, a análise conjunta da Tabela 25 e do boxplot demonstra que, embora existam casos pontuais de rendas familiares mais elevadas entre os matriculados por cotas, a estrutura geral da distribuição confirma a predominância de estudantes de baixa renda. Esse resultado fortalece a compreensão de que as cotas no IFPB não atuam apenas como mecanismo formal de reserva de vagas, mas como instrumento concreto de democratização do acesso ao ensino técnico integrado para grupos social e economicamente vulnerabilizados.

4.4.5 Desempenho acadêmico dos matriculados

Tabela 26 – Medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados pela ampla concorrência (2021–2025)

Métrica Estatística	2021	2022	2023	2024	2025
Mínimo	6	6	6,3	7	6,4
Média	8,75	8,98	9,06	9,17	9,15
1º Quartil (25%)	8,4	8,7	8,8	9	8,9
Mediana (50%)	8,8	9,1	9,2	9,2	9,2
3º Quartil (75%)	9,3	9,4	9,4	9,5	9,5
Máximo	10	10	10	10	10

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 26 apresenta as medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados pela ampla concorrência nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2021 a 2025. A tabela reúne os valores mínimo, médio, quartis, mediana e máximo das notas, permitindo observar a distribuição do desempenho acadêmico dos estudantes ingressantes nessa modalidade.

Os dados evidenciam que os matriculados pela ampla concorrência apresentaram desempenho elevado ao longo de toda a série histórica. A média das notas passou de 8,75, em 2021, para 8,98, em 2022, alcançando 9,06 em 2023, 9,17 em 2024 e 9,15 em 2025. Embora haja pequena redução entre 2024 e 2025, o conjunto da série indica manutenção de médias altas, sempre próximas ou superiores a 9,0 a partir de 2022.

A mediana confirma essa tendência de elevado desempenho. Em 2021, metade dos candidatos matriculados pela ampla concorrência possuía nota igual ou superior a 8,8. Nos anos seguintes, a mediana passou para 9,1, em 2022, e 9,2, entre 2023 e 2025. Esse comportamento indica que o desempenho típico dos matriculados por ampla concorrência se concentrou em patamares bastante elevados, revelando forte seletividade nessa modalidade de ingresso.

Os quartis também reforçam essa interpretação. O primeiro quartil passou de 8,4, em 2021, para 9,0, em 2024, e 8,9, em 2025, demonstrando que mesmo os 25% dos matriculados com menores notas dentro da ampla concorrência apresentaram desempenho relativamente alto. O terceiro quartil variou entre 9,3 e 9,5, indicando que a parcela superior da distribuição se manteve muito próxima da nota máxima.

As notas máximas foram iguais a 10,0 em todos os anos analisados, o que demonstra a presença constante de candidatos com desempenho máximo na modalidade. Já as notas mínimas variaram entre 6,0 e 7,0, sendo o menor valor registrado em 2021 e 2022, e o maior mínimo em 2024, com 7,0. Essa elevação do valor mínimo em 2024 sugere maior concentração das matrículas da ampla concorrência em notas mais altas naquele ano.

É importante destacar que, como o PSCT utiliza a análise curricular do Ensino Fundamental como critério de classificação, as notas apresentadas não correspondem a uma prova única aplicada pelo IFPB, mas ao desempenho escolar acumulado pelos candidatos em sua trajetória anterior. Assim, os resultados da Tabela 26 devem ser interpretados como expressão da trajetória acadêmica prévia dos estudantes e da dinâmica seletiva do processo de ingresso.

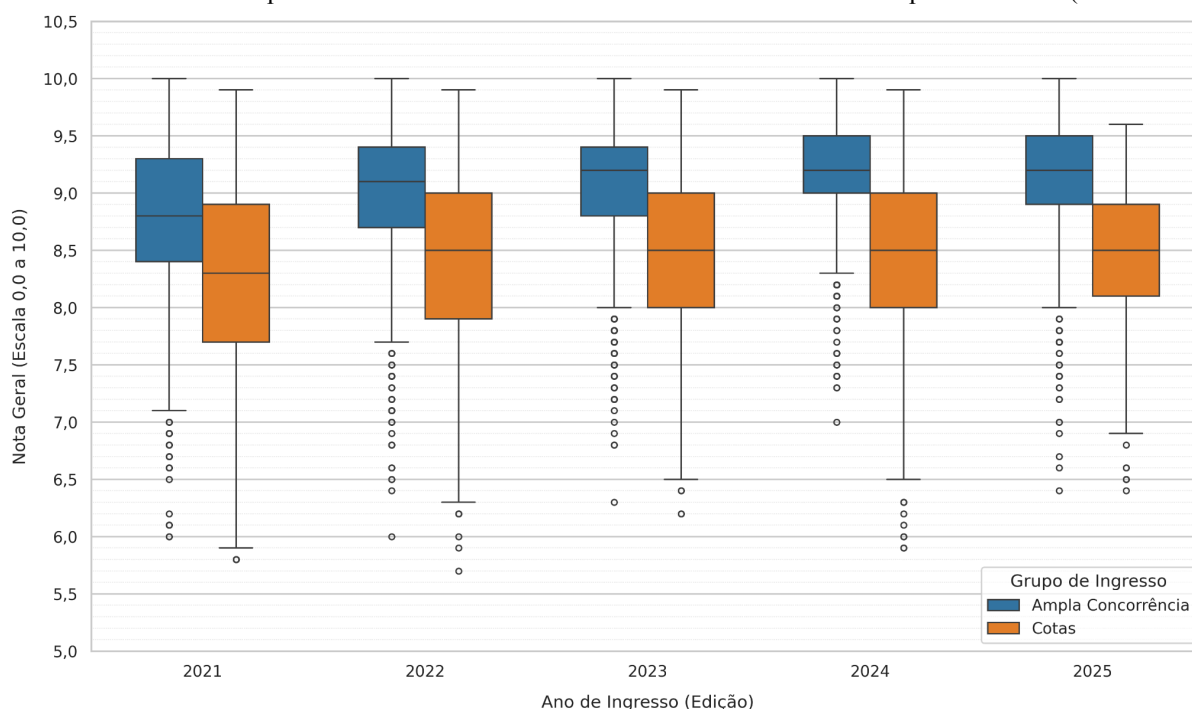
Dessa forma, a Tabela 26 indica que a ampla concorrência reúne candidatos matriculados com notas elevadas e distribuição concentrada nos estratos superiores da escala de 0 a 10. Esse resultado confirma a forte competitividade dessa modalidade e prepara a comparação com a Tabela 27, que apresentará as medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados por cotas.

Tabela 27 – Medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados por cotas (2021–2025)

Métrica Estatística	2021	2022	2023	2024	2025
Mínimo	5,8	5,7	0	5,9	6,4
Média	8,24	8,42	8,46	8,46	8,47
1º Quartil (25%)	7,7	7,9	8	8	8,1
Mediana (50%)	8,3	8,5	8,5	8,5	8,5
3º Quartil (75%)	8,9	9	9	9	8,9
Máximo	9,9	9,9	9,9	9,9	9,6

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Gráfico 4 – Boxplot das notas dos candidatos matriculados por cotas (2021–2025)



Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Nota: Os pontos situados além dos bigodes representam valores discrepantes — outliers — identificados conforme o critério de 1,5 vez a amplitude interquartil descrito na Seção 3.6.

A Tabela 27 apresenta as medidas estatísticas das notas dos candidatos matriculados por cotas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2021 a 2025. O gráfico boxplot correspondente complementa a análise ao representar visualmente a

distribuição dessas notas, permitindo observar a mediana, a dispersão, os quartis e a presença de valores extremos ao longo da série histórica.

Os dados evidenciam que os candidatos matriculados por cotas apresentaram desempenho acadêmico elevado em todos os anos analisados. As médias variaram de 8,24, em 2021, a 8,47, em 2025, mantendo-se sempre acima de 8,0. Esse resultado indica que os estudantes ingressantes por cotas apresentaram trajetória escolar compatível com bom desempenho no processo seletivo, reforçando que a política de reserva de vagas não representa redução de mérito acadêmico, mas mecanismo de equidade no acesso.

A mediana das notas confirma essa tendência. Em 2021, metade dos candidatos matriculados por cotas possuía nota igual ou superior a 8,3. Nos anos seguintes, a mediana permaneceu em 8,5, entre 2022 e 2025. Esse comportamento demonstra estabilidade no desempenho típico dos estudantes cotistas, com concentração das notas em patamares elevados da escala de 0 a 10.

A análise dos quartis reforça essa interpretação. O primeiro quartil passou de 7,7, em 2021, para 8,1, em 2025, indicando que mesmo os 25% dos matriculados por cotas com menores notas apresentaram desempenho relativamente alto. O terceiro quartil manteve-se entre 8,9 e 9,0 ao longo da série, revelando que a parcela superior da distribuição se aproxima dos níveis mais altos de pontuação.

O boxplot confirma visualmente essa concentração. As caixas, que representam o intervalo entre o primeiro e o terceiro quartil, permanecem situadas nas faixas superiores da escala de notas em todos os anos, demonstrando que a maior parte dos matriculados por cotas se concentrou entre aproximadamente 8,0 e 9,0. A linha interna das caixas, correspondente à mediana, também se mantém elevada e estável, especialmente a partir de 2022.

As notas máximas também se mantiveram próximas do limite superior da escala, alcançando 9,9, entre 2021 e 2024, e 9,6 em 2025. Esses valores mostram que, em todos os anos analisados, houve candidatos matriculados por cotas com desempenho muito próximo da nota máxima possível. Tal dado é relevante para afastar interpretações equivocadas que associem as cotas à ausência de desempenho acadêmico elevado.

Observa-se, contudo, a presença de um valor mínimo igual a 0,0 em 2023, também visível no boxplot como valor extremo inferior. Esse registro deve ser interpretado com cautela, pois pode decorrer de inconsistência cadastral, ausência de informação, registro administrativo específico ou outro tratamento da base de dados. Como se trata de valor extremo isolado, sua presença não altera a tendência geral da distribuição, mas justifica atenção metodológica na leitura das medidas estatísticas, especialmente da média.

Quando comparada à Tabela 26, referente à ampla concorrência, a Tabela 27 mostra médias e medianas ligeiramente inferiores entre os matriculados por cotas. Essa diferença, entretanto, não deve ser lida como inferioridade acadêmica dos estudantes cotistas, mas como reflexo das desigualdades educacionais anteriores ao ingresso no IFPB, que afetam as condições de escolarização, acesso a recursos pedagógicos e trajetória formativa dos candidatos.

É importante lembrar que o PSCT utiliza como critério de classificação a análise curricular do Ensino Fundamental, e não uma prova única aplicada pela instituição. Assim, as notas refletem o percurso escolar anterior dos candidatos e devem ser interpretadas em articulação com as desigualdades sociais, econômicas e territoriais que estruturam a educação básica brasileira.

Dessa forma, a análise conjunta da Tabela 27 e do boxplot demonstra que os estudantes matriculados por cotas apresentam desempenho acadêmico consistente e elevado, com médias superiores a 8,0, medianas estáveis em torno de 8,5 e máximos próximos da nota 10. O resultado reforça a compreensão de que as ações afirmativas não eliminam o mérito, mas ampliam as condições de acesso de estudantes historicamente submetidos a trajetórias escolares desiguais.

Tabela 28 – Média das notas dos candidatos matriculados por modalidades e grupos de cotas (2021–2025)

Modalidade da Cota	2021	2022	2023	2024	2025
ARA	7,3	7,4	7,95	7,56	8,64
Independente de Renda	8,31	8,52	8,55	8,62	8,52
Não PPI	8,43	8,49	8,7	8,57	8,04
PPI	8,16	8,38	8,37	8,39	8,61
PcD	7,85	8,07	8,15	8,41	8,28
Renda Inferior	8,28	8,44	8,52	8,47	8,33
Quilombola	-	-	-	-	8,10

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 28 apresenta a média das notas dos candidatos matriculados por modalidades e grupos associados às cotas nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2021 a 2025. Diferentemente da Tabela 27, que analisa os matriculados por cotas de forma agregada, esta tabela permite observar diferenças internas entre os grupos contemplados pelas ações afirmativas, como renda, pertencimento étnico-racial, deficiência, assentamento da reforma agrária e condição quilombola.

Os dados indicam que, de modo geral, as médias das notas dos candidatos matriculados por cotas permaneceram em patamares elevados ao longo de toda a série. As modalidades Independente de Renda, PPI, Não PPI e Renda Inferior apresentaram médias, na maior parte dos anos, superiores a 8,0, demonstrando que os estudantes ingressantes pelas políticas de reserva de vagas possuem desempenho acadêmico consistente no processo seletivo.

A modalidade Independente de Renda apresentou médias bastante estáveis, variando de 8,31, em 2021, a 8,62, em 2024, com 8,52, em 2025. Esse comportamento sugere regularidade no desempenho dos matriculados desse grupo ao longo do período. A categoria Renda Inferior também manteve médias elevadas, passando de 8,28, em 2021, para 8,33, em 2025, com pico de 8,52, em 2023. Esses resultados reforçam que os candidatos em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica apresentaram desempenho compatível com a exigência acadêmica do processo seletivo.

Os grupos PPI e Não PPI também registraram médias próximas entre si. No caso dos candidatos PPI, as médias variaram de 8,16, em 2021, a 8,61, em 2025, revelando crescimento no último ano da série. Já os candidatos Não PPI apresentaram médias entre 8,04 e 8,70, com maior valor em 2023 e redução em 2025. Essa proximidade entre os grupos indica que, dentro das modalidades de cotas, o desempenho médio não apresenta diferenças acentuadas quando observado apenas pelo critério étnico-racial.

A modalidade PcD apresentou médias ligeiramente inferiores às de alguns outros grupos em parte da série, mas também manteve desempenho elevado, passando de 7,85, em 2021, para 8,28, em 2025, com maior média em 2024, quando alcançou 8,41. Esse resultado indica crescimento e estabilidade positiva no desempenho médio dos candidatos com deficiência matriculados, ainda que a análise deva considerar o menor número absoluto de registros desse grupo em comparação às demais modalidades.

A categoria ARA apresentou maior oscilação, com médias de 7,30 em 2021, 7,40 em 2022, 7,95 em 2023, 7,56 em 2024 e 8,64 em 2025. A elevação registrada em 2025 é expressiva, mas deve ser interpretada com cautela, pois grupos com menor quantidade de matriculados tendem a apresentar médias mais sensíveis a variações individuais. Assim, pequenas mudanças no número de estudantes podem produzir oscilações mais perceptíveis na média anual.

A categoria Quilombola aparece apenas em 2025, com média de 8,10, em razão da incorporação recente desse grupo às políticas de reserva de vagas após as alterações introduzidas pela Lei nº 14.723/2023. Embora o dado ainda não permita análise de tendência

histórica, sua presença na tabela é relevante por marcar o início do acompanhamento específico desse grupo entre os matriculados.

De modo geral, a Tabela 28 reforça que as políticas de cotas não estão associadas à ausência de desempenho acadêmico. Ao contrário, os diferentes grupos contemplados pelas ações afirmativas apresentam médias majoritariamente superiores a 8,0, demonstrando que os estudantes ingressantes por essas modalidades possuem trajetória escolar compatível com o processo seletivo adotado pelo IFPB.

É importante destacar, contudo, que a comparação entre os grupos deve ser feita com prudência. As médias apresentadas não devem ser utilizadas para hierarquizar estudantes ou modalidades, mas para compreender a composição interna dos matriculados por cotas. Como o PSCT utiliza a análise curricular do Ensino Fundamental como critério de classificação, as notas refletem trajetórias escolares anteriores, marcadas por diferentes condições sociais, econômicas, territoriais e educacionais.

Dessa forma, a Tabela 28 contribui para qualificar a análise das ações afirmativas ao demonstrar que, mesmo entre grupos historicamente sujeitos a desigualdades de acesso, o desempenho médio dos matriculados permanece elevado. Esse resultado fortalece a compreensão de que as cotas atuam como mecanismo de equidade, ampliando oportunidades sem romper com critérios acadêmicos de classificação.

4.4.6 Perfil etário dos matriculados

Tabela 29 – Distribuição das idades dos matriculados por faixa etária (2021–2025)

Ano	até 17 anos	18 a 25 anos	26 a 35 anos	36 a 45 anos	46 a 55 anos	mais de 55 anos	Total
2021	2085	34	8	4	3	0	2134
2022	2104	33	3	4	2	1	2147
2023	2366	45	4	3	1	0	2419
2024	2586	31	2	2	0	1	2622
2025	2618	30	1	0	0	0	2649

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 29 apresenta a distribuição das idades dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB por faixa etária, no período de 2021 a 2025. Essa variável permite compreender o perfil etário dos estudantes efetivamente ingressantes, considerando que os cursos técnicos integrados são destinados, predominantemente, a estudantes que concluíram o Ensino Fundamental e ingressam no Ensino Médio.

Os dados evidenciam forte concentração dos matriculados na faixa etária de até 17 anos em todos os anos analisados. Em 2021, foram registrados 2.085 estudantes nessa faixa; em 2022, 2.104; em 2023, 2.366; em 2024, 2.586; e em 2025, 2.618. No acumulado do período, essa faixa reuniu 11.759 matriculados, correspondendo a aproximadamente 98,23% dos registros com idade informada. Esse resultado confirma que o público dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB é majoritariamente composto por adolescentes em idade compatível com a etapa regular do Ensino Médio.

A faixa de 18 a 25 anos aparece como o segundo maior grupo, embora com participação bastante reduzida. Foram registrados 34 matriculados nessa faixa em 2021, 33 em 2022, 45 em 2023, 31 em 2024 e 30 em 2025, totalizando 173 estudantes no período. Esse quantitativo corresponde a aproximadamente 1,45% do total, indicando a presença de estudantes com pequeno atraso escolar, retomada de trajetória educacional ou ingresso em idade superior à esperada para o Ensino Médio regular.

As demais faixas etárias apresentam participação residual. Entre 26 e 35 anos, foram registrados 18 matriculados no acumulado do período; entre 36 e 45 anos, 13; entre 46 e 55 anos, 6; e acima de 55 anos, apenas 2 registros. Esses números indicam que, embora os Cursos Técnicos Integrados sejam frequentados quase integralmente por adolescentes, há casos pontuais de ingresso de estudantes adultos, o que revela a existência de trajetórias escolares não lineares dentro da instituição.

A presença desses matriculados em faixas etárias superiores não deve ser interpretada como inconsistência de forma automática. Ela pode estar associada a estudantes da Educação de Jovens e Adultos, retomada de estudos após interrupções, mudanças de percurso escolar ou especificidades pessoais e familiares. Entretanto, por se tratar de quantitativos muito baixos, tais casos devem ser analisados com cautela e não alteram o perfil geral da série histórica.

Observa-se, ainda, que a concentração na faixa de até 17 anos permaneceu estável ao longo de todo o período, mesmo com o crescimento do número absoluto de matriculados entre 2021 e 2025. Isso demonstra que a ampliação das matrículas não modificou substancialmente o perfil etário dos ingressantes, que continuou fortemente vinculado à idade regular de transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Dessa forma, a Tabela 29 evidencia que o perfil etário dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados do IFPB é amplamente compatível com a natureza dessa oferta educacional. A predominância de estudantes com até 17 anos confirma que o processo seletivo atende majoritariamente adolescentes em idade escolar regular, ao mesmo tempo em

que preserva a possibilidade de acesso de estudantes com trajetórias educacionais diferenciadas.

Tabela 30 – Medidas estatísticas da idade dos matriculados (2021–2025)

Métrica Estatística	2021	2022	2023	2024	2025
Total Alunos	2134	2147	2419	2622	2649
Média	15,7	15,7	15,7	15,7	15,7
Moda	15	16	16	16	16
Mínimo	1	1	1	1	1
1º Quartil (25%)	15	15	15	15	15
Mediana (50%)	16	16	16	16	16
3º Quartil (75%)	16	16	16	16	16
Máximo	55	56	51	65	31

Elaborado pelo autor. Fonte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

A Tabela 30 apresenta as medidas estatísticas da idade dos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2021 a 2025. Enquanto a Tabela 29 distribui os estudantes por faixas etárias, a Tabela 30 permite observar com maior precisão a tendência central e a dispersão das idades dos ingressantes.

Os dados evidenciam grande estabilidade no perfil etário dos matriculados ao longo de toda a série histórica. A média de idade permaneceu em 15,7 anos em todos os anos analisados, indicando que, apesar do crescimento no número absoluto de matrículas, não houve alteração relevante na idade média dos estudantes ingressantes. Esse resultado confirma que os Cursos Técnicos Integrados do IFPB atendem majoritariamente adolescentes em idade compatível com a etapa regular do Ensino Médio.

A mediana também reforça essa interpretação, permanecendo igual a 16 anos em todos os anos da série. Isso significa que metade dos matriculados possuía até 16 anos em cada edição analisada. A moda, por sua vez, foi de 15 anos em 2021 e de 16 anos entre 2022 e 2025, demonstrando que as idades mais recorrentes se concentram exatamente no intervalo esperado para o ingresso nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

A análise dos quartis confirma a forte concentração etária. O primeiro quartil foi igual a 15 anos em todos os anos, enquanto o terceiro quartil permaneceu igual a 16 anos. Isso significa que 50% dos matriculados estavam concentrados entre 15 e 16 anos, com baixa dispersão em torno da mediana. Esse resultado dialoga diretamente com a Tabela 29, na qual se observou que a ampla maioria dos estudantes matriculados estava na faixa de até 17 anos.

Apesar dessa concentração, a tabela registra idades máximas elevadas em alguns anos: 55 anos em 2021, 56 em 2022, 51 em 2023, 65 em 2024 e 31 em 2025. Esses valores indicam a existência de casos pontuais de estudantes adultos matriculados nos Cursos Técnicos Integrados. Embora sejam registros numericamente residuais, sua presença revela que a trajetória escolar dos matriculados não é inteiramente homogênea, havendo situações de ingresso em idade superior à esperada para o Ensino Médio regular.

Por outro lado, chama atenção a presença de idade mínima igual a 1 ano em todos os anos analisados. Esse dado deve ser interpretado com cautela, pois é incompatível com o perfil esperado para estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio. Trata-se, possivelmente, de inconsistência cadastral, erro de preenchimento, problema de conversão da data de nascimento ou codificação administrativa de informação ausente. Por essa razão, os valores mínimos não devem ser utilizados para caracterizar o perfil etário dos matriculados.

Mesmo com a presença desses valores extremos, as medidas centrais da Tabela 30 permanecem consistentes. A estabilidade da média, da mediana e dos quartis demonstra que o perfil predominante dos matriculados se concentra entre 15 e 16 anos. Assim, os valores mínimos e máximos devem ser compreendidos como registros atípicos, sem alterar a tendência geral observada no conjunto dos dados.

Dessa forma, a Tabela 30 confirma que o público dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB é majoritariamente formado por adolescentes em idade regular de ingresso no Ensino Médio. Ao mesmo tempo, a presença de poucos registros em idades mais elevadas e de valores mínimos inconsistentes reforça a importância da qualificação contínua das bases institucionais, especialmente em pesquisas que utilizam variáveis cadastrais para caracterização do perfil discente.

5 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou a trajetória normativa das políticas de cotas aplicadas ao ingresso nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB, no período de 2012 a 2026, e examinou, de forma descritiva, o perfil estatístico das inscrições no PSCT entre 2020 e 2026, bem como dos estudantes matriculados entre 2021 e 2025. O estudo foi desenvolvido a partir de dados institucionais consolidados, editais do processo seletivo e marcos legais relacionados à política de reserva de vagas, especialmente as Leis nº 12.711/2012, nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023.

Ao articular legislação, dados de inscrição e dados de matrícula, o trabalho buscou compreender de que modo as políticas de ação afirmativa se expressam no contexto específico da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente em uma instituição multicampi como o IFPB, marcada por forte capilaridade territorial no estado da Paraíba. Essa abordagem permitiu observar não apenas a evolução das normas, mas também a configuração concreta do acesso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, considerando variáveis como ano, *campus*, curso, sexo, modalidade de ingresso, raça/cor, renda familiar, desempenho acadêmico e idade.

5.1 Respondendo aos Objetivos da Pesquisa e à Evolução do Perfil Discente

Em relação ao objetivo geral, a pesquisa demonstrou que as políticas de reserva de vagas ocupam papel relevante na democratização do acesso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB. Os dados analisados indicam que o sistema de cotas não pode ser compreendido apenas como mecanismo formal de distribuição de vagas, mas como instrumento de ampliação das oportunidades educacionais para grupos historicamente submetidos a condições desiguais de escolarização.

No que se refere às inscrições, o estudo identificou um universo de 82.156 registros entre 2020 e 2026, a série histórica revelou queda no número de inscritos em 2021, seguida de recuperação nos anos posteriores, com maior procura pelos cursos técnicos integrados em 2024 e manutenção de demanda expressiva nos anos seguintes. Esse comportamento evidencia a relevância social da oferta do IFPB e confirma a importância dos Cursos Técnicos Integrados como alternativa de formação pública, gratuita e de qualidade para estudantes concluintes do Ensino Fundamental.

A análise por *campus* e curso demonstrou que a procura pelos cursos do IFPB está distribuída por diferentes regiões da Paraíba, mas ainda apresenta concentração relevante em unidades de maior porte, especialmente João Pessoa e Campina Grande. Essa concentração não elimina o papel da interiorização institucional, mas revela que a expansão territorial convive com assimetrias de demanda, oferta, tradição dos cursos e percepção social sobre determinadas áreas de formação.

Quanto ao perfil dos inscritos por sexo, os resultados evidenciaram predominância feminina ao longo de toda a série histórica. Essa tendência também foi observada entre os matriculados, indicando que a presença das mulheres não se restringe ao momento da inscrição, mas se mantém na etapa de ingresso efetivo. Esse dado é relevante porque

evidencia a importância de considerar o sexo como variável de análise na caracterização do público atendido pelos Cursos Técnicos Integrados.

No campo das modalidades de ingresso, os dados apontaram a relevância dos candidatos egressos de escola pública e dos grupos vinculados às ações afirmativas. A presença expressiva de candidatos PPI, de estudantes de baixa renda, de pessoas com deficiência, de candidatos vinculados à reforma agrária e, mais recentemente, de quilombolas, evidencia que o sistema de reserva de vagas constitui uma dimensão central da política de acesso ao IFPB. A partir de 2025, observa-se reconfiguração importante das modalidades, especialmente em razão das alterações promovidas pela Lei nº 14.723/2023.

A análise dos matriculados, por sua vez, permitiu observar a conversão da demanda em ingresso efetivo. Entre 2021 e 2025, foram registradas 13.365 vagas ofertadas e 11.971 matrículas realizadas, correspondendo a uma taxa geral de ocupação de 89,57%. Esse resultado indica elevado preenchimento das vagas, embora também revele que a ocupação não ocorreu de maneira integral em todos os anos, *campi* e cursos. Assim, a democratização do acesso deve ser analisada não apenas pela existência de vagas e inscrições, mas também pela efetivação da matrícula.

A composição dos matriculados confirmou a importância das ações afirmativas na formação do corpo discente, pois os dados revelaram presença expressiva de estudantes oriundos de escola pública, de candidatos vinculados às modalidades de cotas e de estudantes autodeclarados pretos e pardos. A análise da raça/cor mostrou predominância de estudantes pardos e, quando somados pretos e pardos, o grupo negro representa parcela majoritária dos matriculados. Esse resultado dialoga com a composição demográfica da Paraíba e reforça a relevância regional das políticas de cotas.

O perfil socioeconômico dos matriculados também confirma a função social do IFPB. A maior parte dos estudantes encontra-se nas faixas de renda familiar mais baixas, especialmente até um salário mínimo e entre um e três salários mínimos. No caso dos matriculados por cotas, as medidas estatísticas da renda familiar demonstraram concentração ainda mais acentuada em patamares reduzidos, com medianas próximas ao salário mínimo de referência em cada ano. Esses dados evidenciam que a política de reserva de vagas alcança estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ainda que existam registros pontuais de rendas mais elevadas, sobretudo em modalidades independentes de renda.

5.2 Transições legislativas, modalidades de ingresso e desempenho acadêmico

A trajetória normativa analisada no trabalho demonstrou que o sistema de cotas passou por sucessivas transformações desde a Lei nº 12.711/2012. Inicialmente estruturada em torno da reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública, com subdivisões por renda e pertencimento étnico-racial, a política foi ampliada pela Lei nº 13.409/2016, que incorporou as pessoas com deficiência, e posteriormente pela Lei nº 14.723/2023, que reduziu o critério de renda *per capita* e incluiu os quilombolas entre os grupos contemplados.

Essas alterações produziram mudanças importantes na forma de organização das modalidades de ingresso. A partir de 2025, observa-se crescimento expressivo das categorias independentes de renda e redução relativa das categorias classificadas como renda inferior. Esse movimento não deve ser interpretado como simples diminuição da presença de estudantes vulneráveis, mas como resultado da redefinição dos critérios legais de enquadramento e da reorganização administrativa das modalidades de concorrência.

A inclusão dos quilombolas no sistema de cotas também representa um marco importante, ainda que os registros desse grupo ainda sejam recentes e numericamente reduzidos, sua presença a partir das edições posteriores à Lei nº 14.723/2023 evidencia a ampliação do alcance social das ações afirmativas. Esse dado reforça a necessidade de acompanhamento contínuo das novas modalidades, especialmente para avaliar sua consolidação nos processos seletivos futuros.

No que se refere ao desempenho acadêmico, os resultados demonstraram que os candidatos matriculados pela ampla concorrência apresentaram médias e medianas elevadas ao longo do período analisado. Entretanto, os matriculados por cotas também apresentaram desempenho consistente, com médias superiores a 8,0 e medianas em torno de 8,5. Assim, os dados não sustentam interpretações que associam as cotas à ausência de mérito acadêmico ou à redução da qualidade do ingresso.

A comparação entre ampla concorrência e cotas indica que as notas dos matriculados pela ampla concorrência tendem a ser ligeiramente superiores, mas essa diferença deve ser compreendida à luz das desigualdades educacionais anteriores ao ingresso no IFPB. Como o PSCT utiliza a análise curricular do Ensino Fundamental como critério de classificação, as notas refletem trajetórias escolares já marcadas por diferentes condições sociais, econômicas, territoriais e pedagógicas.

Dessa forma, os resultados reforçam a compreensão de que as cotas não eliminam o mérito, mas reposicionam o debate sobre mérito em uma perspectiva de equidade. O desempenho dos estudantes cotistas demonstra que a política de reserva de vagas amplia

oportunidades para grupos historicamente excluídos, sem afastar critérios acadêmicos de classificação.

Por fim, a análise etária confirmou que o público dos Cursos Técnicos Integrados do IFPB é majoritariamente composto por adolescentes em idade regular de ingresso no Ensino Médio. As medidas estatísticas indicaram média de 15,7 anos e mediana de 16 anos em todos os anos analisados, com forte concentração entre 15 e 16 anos. A presença residual de estudantes em faixas etárias mais elevadas revela trajetórias escolares não lineares, enquanto valores mínimos inconsistentes reforçam a necessidade de qualificação contínua das bases cadastrais.

5.3 Limitações e Recomendações para Estudos Futuros

Como toda pesquisa documental e quantitativa, este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. A primeira limitação refere-se à natureza descritiva da análise, pois embora os dados permitam identificar tendências, padrões e mudanças na composição das inscrições e matrículas, não é possível afirmar relações causais diretas entre as alterações legislativas e todos os comportamentos observados na série histórica.

Como desdobramento dessa limitação, estudos futuros poderão empregar medidas destinadas a quantificar a associação entre as variáveis analisadas. Entre as variáveis qualitativas, poderá ser utilizado o V de Cramér, especialmente em cruzamentos envolvendo sexo, campus, modalidade de ingresso, raça/cor, faixa de renda e situação de matrícula. Para as variáveis quantitativas, poderão ser empregados coeficientes de correlação adequados às características das distribuições, como os coeficientes de Pearson ou de Spearman. Esses procedimentos poderão ampliar a compreensão das relações existentes entre as variáveis, embora não sejam, isoladamente, suficientes para demonstrar causalidade.

A segunda limitação diz respeito à comparabilidade entre as modalidades de ingresso ao longo do tempo, visto que as mudanças promovidas pelas Leis nº 13.409/2016 e nº 14.723/2023 alteraram a estrutura das categorias de concorrência, dificultando comparações lineares entre todos os anos. Por essa razão, algumas variações devem ser compreendidas como reconfigurações normativas e administrativas, e não apenas como crescimento ou redução de determinados grupos.

A terceira limitação refere-se à qualidade e padronização das bases institucionais, pois a pesquisa identificou registros atípicos em variáveis como renda, idade e notas, além de

pequenas diferenças entre totais de determinadas tabelas. Esses casos não comprometem as tendências gerais observadas, mas evidenciam a importância de aprimorar continuamente os procedimentos de registro, validação e consolidação dos dados institucionais.

A quarta limitação está relacionada à ausência de acompanhamento longitudinal da permanência e do êxito dos estudantes após a matrícula. O presente estudo analisou o acesso e a composição dos matriculados, mas não examinou evasão, retenção, conclusão do curso, desempenho acadêmico durante a trajetória escolar no IFPB ou inserção posterior no ensino superior e no mundo do trabalho.

A quinta limitação decorre da ausência de uma base integrada que permita reconstituir, de maneira sistemática, todas as etapas compreendidas entre a inscrição e a efetivação da matrícula. O estudo não examinou individualmente as convocações, o envio da documentação, os deferimentos, os indeferimentos, as desistências e as matrículas efetivamente realizadas. Essa restrição impede identificar com precisão quantos candidatos deixaram de ocupar uma vaga por problemas relacionados à juntada documental, ao acesso aos sistemas digitais ou ao não atendimento das exigências estabelecidas nos editais.

Diante dessas limitações, recomenda-se que estudos futuros acompanhem os estudantes ingressantes ao longo de sua permanência na instituição, verificando taxas de evasão, conclusão, retenção e êxito por modalidade de ingresso. Recomenda-se, ainda, que a ocupação das vagas seja mensurada em diferentes momentos: após a chamada regular, ao término das chamadas complementares, no início das atividades acadêmicas e após períodos determinados de permanência. Esse acompanhamento permitiria distinguir a ocupação inicial da vaga de sua efetiva manutenção e produzir indicadores de vacância por campus, curso, modalidade de ingresso e período letivo.

Também se recomenda a realização de levantamento específico da trajetória dos candidatos entre a inscrição e a matrícula, contemplando classificação, convocação, envio de documentos, deferimento ou indeferimento e efetivação da matrícula. Essa análise permitiria identificar as causas de perda de vagas, especialmente aquelas relacionadas a falhas na anexação de documentos, ausência de confirmação do envio, dificuldades de acesso digital e insuficiência de apoio institucional durante o procedimento de matrícula.

Também são recomendadas pesquisas qualitativas com estudantes cotistas, especialmente nos *campi* do interior, para compreender experiências de pertencimento, desafios socioeconômicos, dificuldades de transporte, acesso à assistência estudantil e condições concretas de permanência.

Recomenda-se, igualmente, investigar as necessidades pedagógicas dos estudantes no momento do ingresso, mediante avaliações diagnósticas ou instrumentos de autonivelamento, especialmente em conhecimentos básicos de Matemática. Estudos posteriores poderão avaliar os efeitos de ações de reforço e nivelamento sobre o desempenho acadêmico, a retenção, a permanência e o êxito dos estudantes, verificando se essas intervenções contribuem para reduzir dificuldades acumuladas ao longo do Ensino Fundamental.

Sugere-se, ainda, a construção de painéis institucionais permanentes de acompanhamento das políticas de ações afirmativas no IFPB, integrando dados de inscrição, classificação, convocação, envio e análise documental, matrícula, ocupação e vacância das vagas, permanência, evasão, conclusão e assistência estudantil. Tal medida contribuiria para a identificação dos pontos de perda existentes entre as diferentes etapas do processo seletivo, para o aprimoramento da gestão acadêmica e para o fortalecimento das políticas públicas de acesso, permanência e êxito.

Em síntese, a pesquisa demonstrou que as políticas de cotas desempenham papel relevante na democratização do acesso aos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IFPB. Os dados evidenciam a ampliação da participação de estudantes oriundos de escola pública, de grupos étnico-raciais historicamente sub-representados, de estudantes de baixa renda, de pessoas com deficiência e de novos grupos incorporados pela legislação recente, como os quilombolas.

Conclui-se, portanto, que as ações afirmativas constituem instrumento indispensável para a promoção da equidade no ensino público federal. No caso do IFPB, elas contribuem para aproximar a composição do corpo discente da realidade social e demográfica da Paraíba, reafirmando a função social da instituição na oferta de uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade. Ao mesmo tempo, os resultados demonstram que a democratização do acesso deve ser acompanhada por políticas permanentes de monitoramento, assistência estudantil, permanência e êxito, para que o direito de ingressar se converta, efetivamente, no direito de permanecer, aprender e concluir a formação.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Joaquim. O sucesso do ensino profissional: que futuro? Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstreams/0b34b1da-a802-4d33-8ae4-9e43f958ecb2/download>. Acesso em: 28 jun. 2026.

BASTOS, Renato de Angeli Ferreira. Política de cotas, função social e perfil socioeconômico dos estudantes ingressantes: uma análise do curso técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus* Itapina. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 73, de 1999. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1999. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1501>. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.678.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas nas instituições federais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114723.htm. Acesso em: 28 jun. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

GERALDO, Aparecida das Graças; TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli. Políticas de ações afirmativas: uma breve análise do programa de cotas. *Exitus*, Santarém, v. 2, n. 2, p. 61-76, jul./dez. 2012.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

IBGE. Censo Demográfico 2022: identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73105&view=detalhes>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Conselho Superior. Resolução nº 65/2011, de 23 de agosto de 2011. João Pessoa: IFPB, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 124/2011, de 23 de agosto de 2011. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos – PSCT 2012. João Pessoa: IFPB, 2011. Disponível em: <http://editor.ifpb.edu.br/ingresso/processo-seletivo/tecnico-subsequente/2011/Edital124-2011>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 188/2012, de 27 de agosto de 2012. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos – PSCT 2013. João Pessoa: IFPB, 2012. Disponível em: <http://editor.ifpb.edu.br/ingresso/processo-seletivo/tecnico-subsequente/2012/psct-2013>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 226/2012, de 2012. Suspende o calendário do Processo Seletivo para os Cursos Técnicos – PSCT 2013. João Pessoa: IFPB, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 230/2012, de 12 de novembro de 2012. Retifica as regras do Processo Seletivo para os Cursos Técnicos – PSCT 2013. João Pessoa: IFPB, 2012. Disponível em: <http://editor.ifpb.edu.br/ingresso/processo-seletivo/tecnico-subsequente/2012/psct-2013>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 254/2013, de 29 de agosto de 2013. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos – PSCT 2014. João Pessoa: IFPB, 2013. Disponível em: <http://editor.ifpb.edu.br/ingresso/processo-seletivo/Cursos-tecnicos/psct-2014>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 108/2017, de 31 de outubro de 2017. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos – PSCT 2018. João Pessoa: IFPB, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 120/2023, de 28 de agosto de 2023. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – PSCT 2024. João Pessoa: IFPB, 2023. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/processoseletivo/processo/1/edicao/303/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 112/2024, de 2 de setembro de 2024, retificado pelos Editais nº 119/2024 e nº 132/2024. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – PSCT 2025. João Pessoa: IFPB, 2024. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/processoseletivo/processo/1/edicao/333/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. Edital nº 146/2025, de 28 de agosto de 2025. Processo Seletivo para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio – PSCT 2026. João Pessoa: IFPB, 2025. Disponível em: <https://estudante.ifpb.edu.br/processoseletivo/processo/1/edicao/403/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. Ensino superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom et al. (org.). Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília, DF: Ipea, 2015. cap. 3, p. 95-118.

NONATO, Brécia França. Lei de cotas e SiSU: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às Instituições Federais. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/be795fed-282c-4b23-98e0-f828650e9cd/c/content>. Acesso em: 28 jun. 2026.

NUNES, Antonio de Assis Cruz et al. Políticas de ação afirmativa no Brasil: reflexões históricas. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 33824-33841, abr. 2021. DOI: 10.34117/bjdv7n4-031.

OLIVEIRA, Patrícia Pinheiro; ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida. Ações afirmativas na pós-graduação: análise das políticas implementadas em Institutos Federais do Sul do Brasil. *Aracê*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. e12413, 2026. DOI: 10.56238/arev8n3-016. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/12413>. Acesso em: 28 jun. 2026.

R Core Team (2026). *_R: A Language and Environment for Statistical Computing_*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. <https://www.R-project.org/>.

RAFAEL, Anselmo Barros. O SiSU e a Lei de Cotas: uma análise sobre o perfil dos inscritos e a ocupação das vagas em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2024.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Instituto Federal da Paraíba, Campina Grande, 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019. DOI: 10.1590/198053145980.

JUNIOR, Paulo Roberto Faber Tavares. As disputas no processo de implementação da política de cotas para estudantes negras e negros no ensino médio integrado dos Institutos Federais: estudo de caso nos *campi* Canoas e Restinga do IFRS. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

TEIXEIRA, Thiago; MARIOT, Cibele. A Lei de Cotas e seus impactos no perfil discente do Instituto Federal de Santa Catarina. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, Marília, v. 9, e023003, 2023. DOI: 10.36311/2447-780X.2023.v9.e023003.

UNESCO. Manual para garantir inclusão e equidade na educação. Brasília, DF: UNESCO, 2019. 47 p. ISBN 978-85-7652-245-4.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Trabalho de Conclusão de Curso - versão final

Assunto:	Trabalho de Conclusão de Curso - versão final
Assinado por:	Joao Emerson
Tipo do Documento:	Dissertação
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- João Emerson Rodrigues da Silva, ALUNO (202022230008) DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA - JOÃO PESSOA, em 21/07/2026 14:09:47.

Este documento foi armazenado no SUAP em 21/07/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1920007

Código de Autenticação: bdc725d6fe

